

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARCELO ANTONIO FONTANIVE

**PANTANAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM A PARTIR
DAS CATEGORIAS DE ESTÉTICA E NATUREZA**

DOURADOS - MS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARCELO ANTONIO FONTANIVE

**PANTANAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM A PARTIR
DAS CATEGORIAS DE ESTÉTICA E NATUREZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
– Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências
Humanas, da Universidade Federal da Grande
Dourados, como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Benito Oliveira Ferraz

DOURADOS - MS

2011

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família,
pai, (In Memoriam) Ivo Antônio Fontanive,
mãe, Delci Fontanive,
esposa, Alessandra de Freitas Fontanive,
filho, Felipe Rafael Fontanive

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à orientação do Prof. Dr. Cláudio Benito O. Ferraz, obrigado pela compreensão em momentos difíceis, amizade e por acreditar nesse trabalho!

Aos meus familiares, em especial meus pais Ivo e Delcí, minhas irmãs, minha sogra Dirce, Márcia e Ivanete e seus esposos Delcir (Chico) e Lucival.

Ao Professor. Dr. Eudes Fernando Leite e a Professora Dra. Flaviana G. Nunes, pelas ricas contribuições na banca de qualificação e defesa respectivamente.

Ao pessoal da Escola Estadual Adê Marques, pelo apoio aos estudos e conseqüente desenvolvimento desse trabalho, em especial ao Diretor Ronaldo, a coordenadora Ramona e a Professora Maria Sellamari.

Aos Coordenadores em exercício durante os anos de 2009 a 2011, Professora Dra. Lisandra P. Lamoso, Prof. Dr. Jones Dari Goettert e Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva.

Aos secretários da coordenação da pós, Cleber e Daniele.

Ao CAPES, pela bolsa e conseqüente maior viabilidade ao trabalho.

Aos professores que tive durante o cumprimento dos créditos desse programa, em especial Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza, Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva, Prof. Pós-Dr. Edvaldo C. Moretti.

Ao meu grande amigo Robinson Pinheiro dos Santos, estendo aqui meu respeito e consideração, conte comigo!

Aos colegas da turma de 2009, em especial ao Danilo Dantas, Naman Brito, José Alonso (Bil) e Thiago Vedana.

Aos colegas da turma 2010, Anedmafer Fernandes e Bianchi Gobbo,

A todos os meus alunos ao longo desses últimos 08 anos.

Epígrafe

“o que eu gostaria de dizer é que o chão do Pantanal, o meu
chão, fui encontrar também em Nova Iorque, em Paris, na Itália,
etc....”

Manoel de Barros

MARCELO ANTONIO FONTANIVE

**PANTANAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM A PARTIR
DAS CATEGORIAS DE ESTÉTICA E NATUREZA**

COMISSÃO JULGADORA
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Cláudio Benito Oliveira Ferraz (FCT/UNESP)

2º Examinador: Profa. Dra. Flaviana Gasparotti Nunes (FCH/UFGD)

3º Examinador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite (FCH/UFGD)

Dourados, 29 de abril de 2011

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICO	8
Resumo	9
<i>Abstract</i>	10
INTRODUÇÃO	11
1. PALAVRAS INICIAIS	14
2. PARTE TEÓRICO-METODOLÓGICA	17
2.1- CRÍTICA AO PENSAMENTO CLÁSSICO E A BUSCA POR UMA GEOGRAFIA DA DIFERENÇA.....	19
2.2- A QUESTÃO DA LINGUAGEM NAS CIÊNCIAS	26
2.3- METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO E INTERPRETAÇÃO HERMENÊUTICA	32
2.4- AS BASES DA IDÉIA DE NATUREZA NA GEOGRAFIA MODERNA	36
2.5- OS REFERENCIAIS DA CONCEPÇÃO DE ESTÉTICA PARA A NATUREZA PANTANEIRA	40
2.5.1- Kant	41
2.5.2- Hegel	47
2.6- A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO.....	52
2.7- A QUESTÃO DA MÍDIA.....	61
3. PARTE EMPÍRICA	65
3.1- ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	65
3.1.1 - Análise geral das idéias a partir dos questionários	77
3.2 - ANÁLISE DAS MÍDIAS.....	79
3.2.1 - Análise geral do conteúdo a partir dos enunciados midiáticos	82
3.3 - ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO	85
3.3.1 Análise geral das idéias a partir dos materiais didáticos.	88
4. A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE NATUREZA PANTANEIRA	91

4.1- OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO ESPANHA E PORTUGAL.....	91
4.2- A MODERNIDADE CIENTÍFICA – A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF	97
4.3- A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO: O BRASIL E SUA IDENTIDADE	101
5. AMARROS E CONCLUSÕES: O PANTANAL A PARTIR DA ESTÉTICA DA NATUREZA – CONTRIBUIÇÕES PARA A LINGUAGEM GEOGRÁFICA...	107
Anexos	124

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01: O Pantanal é trabalhado na sua disciplina?	66
<hr/>	
Gráfico 02: O Pantanal é trabalhado no Ensino Fundamental em qual ano?	66
<hr/>	
Gráfico 03: O Pantanal é trabalhado no Ensino Médio em qual ano?	67
<hr/>	
Gráfico 04: Quando o Pantanal é trabalhado em suas aulas, qual recurso utiliza?	68
<hr/>	
Gráfico 05: Entre os conteúdos trabalhados quando aborda o Pantanal, qual é detentor de maior interesse dos alunos?	70
<hr/>	
Gráfico 06: Em sua opinião a forma com que o Pantanal vem sendo trabalhado nos livros didáticos é:	71
<hr/>	
Gráfico 07: O pantanal é Uma Paisagem?	74
<hr/>	

RESUMO

A presente dissertação é fruto do aprofundamento de temas estudados pelo Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas. É uma leitura de mundo a partir de um estudo de caso, o Pantanal, o qual é abordado por meio dos referenciais de estética e natureza, centrais para melhor compreender como este é hegemonicamente percebido e divulgado no contexto do ensino de Geografia. O resgate das categorias de estética e natureza, no âmbito da ciência e da filosofia, demonstra muitos aspectos da construção histórica do entendimento majoritário sobre o Pantanal que ecoam no discurso dos professores e dos livros didáticos de Geografia e, bem como, nos enunciados midiáticos, principalmente na mídia eletrônica, que é aquela analisada neste trabalho. A estrutura do trabalho é composta pela caracterização da linguagem nas ciências humanas, pela concepção de natureza na Geografia Moderna e pelo entendimento da estética moderna nas idéias de Kant e Hegel. Constatamos a partir desse referencial teórico e da metodologia de análise de conteúdo, que, com base em questionários aplicados a alguns professores de Geografia das redes pública e privada do Estado do Mato Grosso do Sul, o Pantanal é tido enquanto uma paisagem natural, uma região fechada e acabada em seu sentido estético de riqueza e beleza natural, sendo a natureza, portanto, uma categoria que representa a individualidade desse lugar. Por outro lado, questões pertinentes aos aspectos de preservação e degradação do meio ambiente também são amplamente divulgadas por esses veículos e permeiam o imaginário pantaneiro. Dessa forma, constrói-se um Pantanal marcado pela dualidade, pois de um lado temos a perfeição da beleza estética de flora e fauna e, do outro lado, a imperfeição representada por ações irresponsáveis e comprometedoras desse meio natural para as gerações futuras. O conjunto dessas idéias sobre o Pantanal se faz presente no discurso oficial da Geografia, tanto dos professores quanto dos livros didáticos, e representa um entendimento sobre o mesmo pautado numa concepção que aparentemente se contradiz, mas que acabam confluindo para acobertar a profunda diversidade desse lugar. Tomando por verdade, de acordo, com idéias deleuzianas, apenas diferenças conceituadas em modelos representativos de identificação de semelhança, os quais visam transformar as diferenças em conceitos que buscam as identificações de semelhanças, negando, assim, tudo aquilo que destoa, desarmoniza ou possa contradizer esse pensamento uniformizador característico da razão clássica moderna. Tendo como referencial teórico o pensamento de Gilles Deleuze, mais especificamente aquele presente em sua obra *Diferença e Repetição*, buscamos, a partir de seus conceitos de multiplicidade, rizoma e agenciamentos, acenar com possibilidades outras de leitura do Pantanal. De uma visão mais próxima dos sentidos humanos e da dinâmica escalar dos fenômenos que permeia a vida cotidiana das pessoas nesse lugar, possibilitando uma leitura mais rica por parte do discurso geográfico, ampliando os sentidos de leitura do mesmo. Buscamos abrir possibilidades para uma Geografia da diferença que permita ao fenômeno Pantanal ser não apenas natureza separada das relações humanas, mas multiplicidade de sentidos na contingência espacial do lugar. O Pantanal é natureza humanamente produzida enquanto acontecimento do mundo pensado/vivido nas condições sociais ali territorializadas em suas potencialidades, em seus devires e mudanças múltiplas.

Palavra – Chaves: Pantanal; Natureza; Estética; Ensino de Geografia;

ABSTRACT

This dissertation is the result of deepening the topics studied by Geographic Languages Research Group. It is a world reading from a case study, the Pantanal, which is addressed by the benchmarks of aesthetics and nature are central to better understand how this is predominantly perceived and reported in the context of teaching geography. The rescue of the categories of aesthetics and nature, in science and philosophy, demonstrates many aspects of the historical construction of the prevailing understanding of the Pantanal that echo the discourse of teachers and textbooks and geography, as well as in media statements, especially in electronic media, which is one analyzed in this study. The structure of the work consists of the characterization of language in the humanities, the concept of nature in modern geography and the understanding of modern aesthetics in the ideas of Kant and Hegel. We find from this theoretical framework and methodology of content analysis, which, based on questionnaires with some Geography teachers from public and private state of Mato Grosso do Sul, the Pantanal is considered as a natural landscape, a region closed and completed in its aesthetic sense of richness and natural beauty, with nature, therefore, a category that represents the individuality of this place. Moreover, issues related to aspects of preservation and environmental degradation are also widely disseminated by these vehicles and permeate the imaginary wetland. Thus, we build a Pantanal marked by duality, because on one hand we have the perfection of beauty of flora and fauna and on the other hand, the imperfection represented by such irresponsible actions and compromising the natural environment for future generations. This set of ideas about the Pantanal is present in the official discourse of geography, both teachers and textbooks, and represents an understanding of the same design that guided a seemingly contradicts himself, but who end up coming together to cover up the profound diversity of this place . Taking as a fact, according with Deleuzian ideas, only differences reputable representative models for the identification of similarity, which aim to transform the differences in concepts that seek IDs similarities, thus denies them everything that jars, or may contradict disharmonize standardizing the thought characteristic of modern classical reason. Having the theoretical thinking of Gilles Deleuze, more specifically the present in his work *Difference and Repetition*, seek, from their concepts of multiplicity.

Key – Word: Pantanal; Nature; Estetica; Geography Education.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho constitui um reflexo de minha trajetória dentro da Geografia que teve início em 2001 na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Francisco Beltrão/Paraná. Nessa instituição tive meus primeiros contatos com essa especialidade do saber científico, primeiramente na aproximação com uma série de disciplinas, textos, professores e, posteriormente na inserção em dois projetos de iniciação científica que discutiam a idéia de natureza e Geografia no bojo da produção intelectual e filosófica dos renomados pensadores Immanuel Kant e Alexander von Humboldt. Em 2004 essa experiência viria a se alargar com meus primeiros contatos com o ensino de geografia exercendo docência em cursinhos pré-vestibulares e escolas privadas de cidades vizinhas. Em 2006, registro minha mudança para a cidade de Ponta Porã no estado do Mato Grosso do Sul onde assumi o cargo de professor efetivo com atuação específica no Ensino Básico da rede pública.

A forma com que a temática do Pantanal era comentada pelas pessoas que habitam essa cidade, os comentários de colegas professores, alunos e a maneira com que os livros didáticos, a mídia eletrônica e a televisão abordam as questões pertinentes a este enunciado me chamaram a atenção. Tal interesse ficou ainda mais aguçado a partir do momento que cursei a disciplina Linguagens geográficas: os conceitos de lugar, região, fronteira e paisagem através do diálogo entre ciência e arte – no 2º semestre de 2008 – ministrada pelo Prof. Dr. Cláudio Benito O. Ferraz. Pois foram a partir dos textos e debates desenvolvidos nessas aulas que construímos um projeto de pesquisa com base na problematização do discurso geográfico atual tomando enquanto estudo de caso o Pantanal e seus referenciais de estética e natureza. A escolha do Pantanal apresenta-se enquanto um tema muito rico que permite estabelecer uma série de parâmetros significativos que escapam da possibilidade de interpretação produzida pelo discurso oficial da Geografia. Sendo assim, buscamos através da linguagem geográfica tecer pontos de contato entre, o discurso da ciência, da mídia, do material didático e dos professores de Geografia, visando a dinamizar o entendimento do sentido humano sobre a natureza e estética pantaneira. As bases teóricas que irão nortear esse trabalho são

aquelas produzidas por Gilles Deleuze e Felix Guattari, mais especificamente aquelas em que trabalham a *filosofia da diferença* e a *teoria da multiplicidade*.¹

Dessa forma a estrutura do trabalho contempla em seu início, nos capítulos I e II, motivos que nos levaram a construção dessa pesquisa e a parte teórico-metodológica da mesma. Nela buscamos evidenciar a atual postura e influência da razão clássica no discurso da Geografia moderna e acenamos para outras possibilidades de entendimento desta a partir da Filosofia da diferença, pois, compreendo que é necessária uma nova postura da ciência geográfica frente ao seu processo de construção e validação do conhecimento científico. Procuramos deixar claro nessa parte também a forma com que nos posicionamos nesse trabalho sobre a questão da linguagem nas ciências humanas, destacando o papel da hermenêutica e análise de conteúdo no desenvolvimento dessas idéias. Na parte final sistematizamos aquilo que acreditamos serem as bases da atual idéia de estética e natureza no interior do discurso da Filosofia e da Geografia Moderna, apontando como isso ecoa no entendimento majoritário sobre a idéia de Pantanal e como também impossibilita outras formas de entendimento sobre o mesmo. Pensadores como Kant e Hegel são centrais para esse debate pois figuram como estruturadores de uma série de idéias que desembocam no atual discurso da geografia e da mídia sobre a estética e natureza do Pantanal. Posteriormente, apresentamos algumas idéias gerais, que, embora superficiais no sentido de como pensar a educação e a mídia, expressam nosso entendimento e questionamento da atual estrutura posta sobre esses segmentos.

No capítulo III sistematizamos a parte empírica do trabalho que é composta por três momentos: análise dos questionários com os professores do Ensino Básico que atuam em redes públicas e privadas, análise do material didático e análise do discurso da mídia sobre o Pantanal. Aqui buscamos identificar as possíveis relações de (dês) continuidade, afirmação ou negação desses discursos sobre o Pantanal, bem como, identificar possíveis traços de influência do pensamento de Kant e Hegel em suas compreensões de estética e natureza.

¹ Conceito de Deleuze que assim o contextualiza: “a multiplicidade não deve designar uma combinação do múltiplo e do uno, mas, ao contrário, uma organização própria do múltiplo como tal, que de modo algum tem necessidade da unidade para formar um sistema” (Deleuze, 2006, p. 260) O múltiplo é pensar a diferença pela diferença, não busca semelhanças e representações, uniformidades, etc. É o dever de potencialidades contingenciais que acontecem no espaço, de forma rizomática, não se restringindo à uma evolução seqüencial e arbórea.

O capítulo IV refere-se ao constructo histórico da idéia majoritária de natureza e estética que se pratica sobre o Pantanal. Destacando alguns aspectos do processo da colonização espanhola e portuguesa na região, apontamos também para os sentidos humanos construídos a partir do contexto da modernidade científica e da construção da identidade brasileira elaborada a partir da construção do modelo Estado Nação.

No capítulo V “Amarros e conclusões: o Pantanal a partir da estética da natureza – contribuições para a linguagem geográfica” ‘é o momento que buscamos organizar o pensamento frente à diversidade de elementos que se entrecruzam para além do discurso midiático, do livro didático-científico sobre o Pantanal. Trabalhando algumas idéias de Deleuze, principalmente aquelas pertinentes a sua obra *Diferença e Repetição* buscamos direcionar o entendimento da natureza e estética do Pantanal para além da sua compreensão unicamente pautada na lógica da contradição e da causa e efeito. O objetivo é apresentar uma geografia da diferença que possibilite o entendimento do Pantanal no âmbito de um sistema aberto, preche de uma pluralidade de significados de acordo os processos regionalizados e territorializados que se cristalizam nesse espaço no exercício do viver e do sentido humano construído no Pantanal.

1. PALAVRAS INICIAIS

Quando cheguei a Mato Grosso do Sul para assumir o cargo de professor efetivo de Geografia da rede estadual de ensino no município de Ponta Porã, nunca tinha visitado o Pantanal. Meu contato com o Pantanal era como o usual para a maioria dos brasileiros que não é da região, ou seja, por meio de imagens e textos televisivos ou impressos em que se apresenta o lugar como uma paisagem naturalmente bela e prodigiosa, cheia de mistérios e animais.

Embora soubesse, pelos estudos feitos de Geografia, que a paisagem pantaneira não se estendia até os domínios de Ponta Porã, deparei-me, paradoxalmente, com o autodenominado “Estado do Pantanal” que estava estranhamente ali deslocado de sentido em suas imagens repetidamente divulgadas pelas mídias. Ao iniciar meu trabalho de professor, acabei por abordar o tema Pantanal, tendo por base os livros didáticos e as diretrizes apontadas pela Secretaria Estadual de Educação, mas por não estar no Pantanal, minha aulas se reduziam àquilo que esses materiais apresentavam, ou seja, uma região de beleza natural única e incomparável, patrimônio ambiental, que sofria com a interferência humana, que os pantaneiros sabiam viver em harmonia com a natureza e que tínhamos de preservar os jacarés, tuiuiús e os ciclos de cheias/vazantes. Algumas fotos e documentários passados nas aulas reforçavam ainda mais essas noções e leituras.

Ao visitar a região pantaneira pela primeira vez, percebi que os referenciais turísticos empregados para atender o consumidor que ali chegava insistiam com o mesmo conjunto imagético sobre o Pantanal. No entanto, algo de inusitado acontecia. A tão propalada “natureza paradisíaca” só seria paraíso se os chalés e quartos alugados tivessem muitas das comodidades de um mundo estranho aos elementos considerados “autênticos do universo pantaneiro” (televisão, geladeira, lancha a motor, aparelho de som de última geração, computador interligado a internet, celular e até ar condicionado).

Quando finalmente fui conhecer os jacarés, constatei que eles já haviam sido devidamente alimentados, pois assim podíamos passar por entre os mesmos, até tocá-los, sem perigo de algum ataque feroz. Realmente o conjunto de fauna, flora e hidrografia forma paisagens belíssimas, notadamente ao entardecer; contudo, a quantidade de mosquitos impedia que saíssemos dos quartos para um contato mais

direto com a magia do momento. Além disso, muitas imagens trabalhadas com photoshop acabavam valorizando perspectivas estéticas que ampliavam a beleza do lugar muito além do real, mas sem o inconveniente dos insetos. Fui estabelecendo analogia com outros lugares em que as belezas naturais também são o chamativo para a exploração turística e fui deduzindo que, apesar da singularidade biológica e localizacional do Pantanal, ele não era tão diferente assim dos outros lugares do mundo.

Ao caminhar pela cidade de Corumbá, para além da zona portuária e cidade velha, mas até mesmo nessas áreas voltadas para o turismo, a miséria fruto da profunda desigualdade social ali se encontrava, como em qualquer outra cidade do mundo. No hotel, quando ligava a televisão deparava com notícias de passeata de pais pelas ruas centrais da cidade pedindo mais segurança para seus filhos contra a violência do narcotráfico, igual a muitas reivindicações em outras cidades médias e grandes pelo Brasil afora.

Boa parte da poluição nas beiras dos rios e lagoas próximas da cidade se caracterizava por lixo oriundo de sacolas plásticas de supermercados, latinhas de cerveja, garrafas pet de refrigerantes e resto de comidas industrializadas. Ao começar a pensar sobre isso, deparei-me com um artigo que transcrevia parte da entrevista feita com Manoel de Barros, o denominado “poeta pantaneiro”, que assim apresentava esse lugar: “(...) o que eu gostaria de dizer é que o chão do Pantanal, o meu chão, fui encontrar também em Nova Iorque, em Paris, na Itália, etc.” (Citado por FERRAZ, s/d, p. 16).

O estranhamento inicial da frase foi se desfazendo quando lia a análise do autor a respeito da afirmação do poeta e interagia essas idéias com o que empiricamente havia observado e vivenciado na região pantaneira.

O “chão do Pantanal”, que o poeta encontra em outras grandes cidades e países do mundo, não é necessariamente o solo argiloso e arenoso esculpido pelos ciclos das águas na bacia hidrográfica do rio Paraguai, essa singularidade física é única e específica daquela região, mas o “chão do Pantanal” tão comum aos demais lugares do mundo é de ordem mais geográfica. Não essa Geografia hegemonicamente produzida nos centros de pesquisas e repassada em propostas pedagógicas e livros didáticos, mas uma Geografia praticada pelo cotidiano do ser humano, enraizada nas condições existenciais de cada indivíduo que busca o sentido mais profundo de se localizar e se orientar no mundo de hoje (FERRAZ, s/d, p. 16).

Isso significava que não podia tomar a natureza pantaneira como uma mentira, que sua idéia de beleza fosse um engodo para exploração turística, pelo contrário, era fisicamente sentida a sua existência – minha pele carrega até hoje as marcas dos mosquitos aí territorializados – e com certeza sua beleza singular é um atrativo para as pessoas. Contudo, reduzir toda aquela multiplicidade de elementos, fenômenos, fatos, pessoas e coisas ao referencial do Pantanal enquanto perfeição da ordem e beleza natural é não permitir um melhor entendimento da dinâmica espacial que acontece enquanto território pantaneiro.

A princípio, deduzi que havia uma contradição tanto no interior do discurso midiático quanto do discurso científico, presente nos livros didáticos, no tratamento do Pantanal. Enquanto passavam imagens e textos abordando as maravilhas naturais, ao mesmo tempo não tinham como deixar de apresentar as condições ambientais advindas da ação humana no local. Contudo, o conceito de contradição não conseguia atender a toda multiplicidade de elementos diferenciados que vislumbrava naquela espacialidade.

Foi buscando melhor entender essa sensação de não satisfação explicativa que me levou a esta pesquisa. Ao entrar em contato com o pensamento de Gilles Deleuze, os referenciais advindos dos conceitos por ele criados ou recriados permitiram estabelecer proposições e elaborar funções explicativas que indicaram aproximações teóricas mais tangíveis para a situação por mim observada.

Não sei se as respostas vão ser suficientemente claras e precisas, acho que não, mas pelo menos delineiam *agenciamentos*² e intercessores que potencializam caminhos mais criativos e instigantes a serem construídos. Mas isso é um trilhar que se desdobrará e irá além da pesquisa aqui apresentada; irei tão somente aqui apontar a pertinência de um olhar diferenciado para a leitura geográfica da questão.

² Conceito Deleuziano, que de acordo com Zourabichvili (2006) remete-se ao contexto de todas as vezes que descrevemos e ordenamos um conjunto de relações materiais com um regime de signos correspondentes. Desse modo, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão.

2. PARTE TEÓRICO-METODOLÓGICA

A partir dos objetivos desta pesquisa, assim como conscientes de ter como elemento aglutinador de minha reflexão a discussão da linguagem geográfica, delimitando a abordagem da mesma sobre o conceito de natureza; também devido ao que consegui levantar em trabalho de campo, assim como em decorrência de minha experiência como professor de ensino médio da rede pública do estado do Mato Grosso do Sul, vamos neste capítulo abordar alguns dos elementos que consideramos necessários pontuar para discutir a questão proposta.

Por entender ser necessário deixar mais claro para o leitor o referencial de entendimento sobre os vários aspectos que envolvem a discussão do conceito de natureza no Pantanal, esse capítulo foi estruturado em vários pequenos subitens, cada um tratando de um desses elementos que elegemos como necessários para o melhor entendimento da problemática aqui proposta.

O subitem 2.1 irá estabelecer os referenciais filosóficos que embasam nossa concepção de ciência, em especial de discurso científico da Geografia, como forma de estabelecer os parâmetros de abordagem adotados. Destaca-se aí a filosofia de Gilles Deleuze, em particular suas idéias relativas ao espaço enquanto fator central para se elaborar o *pensamento da diferença* na interação com a *teoria da multiplicidade*, contrapondo esta ao pensamento da razão clássica, aquele que se fundamenta na busca de semelhanças e na elaboração de representações.

No subitem 2.2 abordaremos os aspectos relativos a questão da linguagem científica, a qual nos moveu no caminho desta pesquisa. Aí pontuaremos a herança hegemônica da concepção de linguagem como representação e reprodutora do real, assim como capaz de apresentar a verdade essencial e absoluta dos fatos estudados a partir de seu rigor lógico-discursivo. A crítica a essa concepção e o apontar outros enfoques para o sentido da linguagem advêm aqui dos estudos de Bakhtin, Vygotsky e Walter Benjamin.

A seguir, no subitem 2.3, iremos discorrer sobre a metodologia empregada para estabelecer a interpretação dos discursos presentes nas falas dos professores que responderam aos questionários, assim como dos textos e imagens que elegemos durante a seleção das reportagens da mídia e nos livros didáticos. Nesse aspecto optamos pela metodologia da *análise do conteúdo* e da *interpretação hermenêutica* como formas que

permitem melhor apreender os aspectos ocultos e subentendidos das falas, textos e imagens.

Nossa pesquisa, como já anteriormente apontado, tem como elemento delineador a questão da linguagem geográfica e a melhor compreensão das características e mecanismos de percepção da natureza pantaneira pelos que com ela estabelecem contato, de forma direta ou não; diante disso, optamos no subitem 2.4 discutir como o conceito de natureza foi majoritariamente trabalhado pela Geografia. Para tal, focamos a matriz desse pensamento na Geografia moderna a partir das idéias de Kant, as quais, de forma mais ou menos coerente com os parâmetros sistematizados pelo referido filósofo, perduram majoritariamente no discurso oficial da Geografia, independente do referencial teórico do geógrafo.

No subitem seguinte focamos o nosso entendimento das bases da atual leitura estética que se faz da natureza, notadamente a presente nos enunciados midiáticos ou didáticos sobre o Pantanal. Como detectamos que as matrizes desse discurso caminham pela visão do Pantanal enquanto natureza pura e perfeita, bela, ou enquanto natureza imperfeita e problemática, selvagem, delimitamos nossa abordagem a partir das concepções de Kant e Hegel, cada um responsável pela herança de uma dessas visões estéticas da natureza. Daí subdividirmos esse subitem em 2.5.1, que trata do pensamento estético de Kant, e 2.5.2, que foca a Hegel.

Nossa pesquisa tem como objetivo tornar mais rica a linguagem geográfica; por entendermos seu conteúdo enquanto um discurso científico que possui sua maior expressão social no universo da sala de aula, tornou-se necessário discorrermos alguns pontos de nossa concepção de escola e de ensino, os quais contextualizam os referenciais das posturas teóricas e políticas aqui assumidas, ou indicadas. É isso que faremos no subitem 2.6, quando abordaremos a questão do ensino. Não discutiremos o ensino de Geografia, apenas apresentaremos as bases teóricas de nossa concepção, que também se vincula à filosofia de Gilles Deleuze e dos pensadores que com ele dialogam.

Encerraremos essa parte teórica com o subitem 2.7, que levanta algumas considerações sobre o papel da mídia em geral, não especificando aí a imprensa ou a jornalística/eletrônica, que foi por nós analisada, e visa tão somente indicar alguns parâmetros do nosso entendimento sobre essa esfera da comunicação moderna que possui grande influência na formação do imaginário social. A consequência disso, no

caso dessa pesquisa, é o papel dos referenciais divulgados pela mídia quanto ao entendimento majoritário que se tem sobre o Pantanal em suas bases naturais.

Logicamente que os elementos abordados nos diversos subitens que compõem este capítulo são bem mais complexos, assim como a questão mais específica por nós focada, a estética da natureza, cobram abordagens mais profundas e que aqui serão apenas pontuadas. Esclarecemos tal postura por entendemos que nosso objetivo não é estabelecer análises verticalizadas sobre estética, sobre o conceito de natureza, ensino/aprendizagem ou mídia, mas, partindo de nossa fundamentação teórica em Gilles Deleuze, amarrar nosso olhar sobre esses elementos na direção de se ampliar o referencial conceitual da linguagem geográfica a partir do caso Pantanal. O que realmente almejamos e contribuir para se pensar uma *Geografia da diferença*.

Portanto, os referenciais adotados para abordar os vários elementos nos diversos subitens deste capítulo não visam esgotar a questão nem se colocam como os únicos possíveis para discutir o sentido de natureza no Pantanal, mas entendemos que, diante da economia de nossa dissertação, foram pertinentes.

2.1- CRÍTICA AO PENSAMENTO CLÁSSICO E A BUSCA POR UMA GEOGRAFIA DA DIFERENÇA

Para abordar nosso objeto de pesquisa a partir da perspectiva geográfica que não se coloque como definidora de uma verdade a priori já estabelecida, ou apenas oculta pela aparência enganadora dos sentidos e prazeres cotidianos, precisaremos trilhar um caminho alternativo ao convencional do discurso científico deste ramo do conhecimento humano. Tentar elaborar sentidos geográficos para o que se entende por natureza a partir do que se fala, ou se cala, sobre o Pantanal pressupõe um mergulho no lugar e, ao mesmo tempo, estabelecer *agenciamentos escalares*³ outros, tanto teóricos quanto territoriais.

Não é possível falar do Pantanal sem sair dele, buscar fenômenos, objetos e lugares outros que permitem ao pesquisador melhor contextualizar espacialmente a

³ Como já explicado na página 09, o agenciamento é fruto do sentido sígnico referenciados com base em um conjunto de objetos aos quais o entendimento humano está operando. Agenciamentos escalares é uma construção de sentido com base nas proporções escalares (de sentido), que os fenômenos do mundo se manifestam em um determinado local. Proporcionado maneiras ímpares de experimentação, contato, diálogo, experiência, entendimento e representação do mundo.

singularidade, a diferença única dessa região. Contudo, adentrar e delimitar a região pantaneira não pode significar a mera identificação de semelhanças, sejam estas físicas, biológicas, químicas, econômicas, históricas, culturais etc., pois o rol de elementos que estabeleceriam essa suposta identidade do lugar é tão variado cujo resultado final seria uma superficial e enganadora articulação de igualações entre elementos tão diferentes.

Para que o empírico não nos confunda, é melhor tomá-lo como elemento inerente ao nosso pensar, no entanto, desde que entendamos o pensar não sendo o mesmo que o mundo natural. Contudo, essa distinção não significa separação e hierarquização entre o pensar e o mundo pensável, como a razão científica hegemonicamente acaba praticando. Se percebemos, através de nossos sentidos corpóreos humanos, que o Pantanal é diverso, nosso pensar não pode buscar uma idealização metafísica de igualdade para ilusoriamente representar a esta formação como algo em si fechado, pronto e re-cognicível em suas partes a priori definidas assim. Como se aquilo que pensamos e falamos sobre o Pantanal já se encontrasse naquela forma natural dada, o nosso pensar apenas constatava tal fato e, ao constatar a isso, o mesmo torna-se uma entidade delimitada e atendendo naturalmente aos mecanismos de funcionamento lógico da razão instrumental.

Se a diversidade da vida e dos fenômenos é um problema para o considerado “correto” pensar, a solução não está na eliminação da diversidade, tida como engodo, para a edificação de uma suposta verdade a partir de semelhanças e uniformidades idealmente pensadas, pelo contrário; diversidade não é um problema da vida ou do como percebemos a vida, a diversidade é a própria vida em sua dinâmica manifestação.

Eis aí o grande desafio, qual seja, pensar a diversidade do mundo enquanto processo imanente a vida em pensamento, mas um pensamento que não se confunde com a natureza, sabe-se distinto, todavia, não distante. Diante disso, nossa opção foi buscar fundamento de análise a partir de intelectuais que se definissem como pensadores da diferença. O nome que mais se destacou foi o de Gilles Deleuze, notadamente pela forte presença do referencial espacial como basilar para a elaboração de sua concepção de filosofia e do conhecimento em geral. Vamos aqui, neste capítulo, pontuar alguns elementos do pensamento desse autor, a partir de textos dele próprio e de alguns de seus divulgadores no Brasil, com base no que entendo ser o mais pertinente para a abordagem do nosso objeto de pesquisa e dos objetivos da mesma, notadamente a

contribuição para uma ampliação dos elementos constituintes da linguagem geográfica.

Iniciemos com uma rápida delimitação de diferenças entre a imagem do pensamento clássica, aquela que busca a representação das semelhanças, em relação ao pensamento que visa a diferença enquanto um “modo de existência”, ou no dizer de Deleuze (2004, p. 170), um pensar como “máquina de guerra nômade”.

De acordo com Schopke (2004, p. 24), “o pensamento não é, estritamente falando, algo natural”, ou seja, não é um processo de desenvolvimento natural entre elementos biológicos e químicos do cérebro na identificação da lógica das coisas externas ao homem, estabelecendo aí os princípios de identificação e re-cognição das semelhanças do mundo enquanto razão que o representa. É algo que se dá numa ordem de “segunda natureza”, produto de um refinamento da razão humana, forjando a direção de nosso pensar a um exercício de criar os sentidos da diferença ao invés de buscar reconhecer no mundo e seus objetos aquilo que *a priori* se apresentaria como pré estabelecido e passível de atividade re-cognitiva.

Pensar, como atividade, é sempre um segundo poder do pensamento, não o exercício natural de uma faculdade, mas um extraordinário acontecimento no próprio pensamento, para o próprio pensamento (DELEUZE apud SCHOPKE, 2004, p. 24).

Nossa mente tem como materialidade existencial um órgão biológico, portanto natural, que organiza as apreensões e percepções captadas pelos diversos sentidos corpóreos do homem, outro fator natural, mas que estabelece significados para o até então desconhecido através de uma potência racional/imaginativa que não é algo em si natural; o pensamento é algo intrínseco ao próprio ato de pensar, enquanto linha de fuga em relação ao mundo natural, para poder criar sentidos originais e diferenças deste mundo.

Bem longe desta concepção é o que encontramos na concepção clássica da razão ocidental, aquela que Deleuze (2006, p. 24) chama de “imagem moral do pensamento”. Nesta, o pensamento acaba se apresentando enquanto um mero reconhecedor do mundo e de seus objetos, pois ao processar sentido a sua exterioridade, ele o fará a partir de representações pré-existentes; desta feita, este pensar visa habilitar o gerenciamento cognitivo daquilo que se enquadra em seus preceitos racionalistas construídos a partir de representações anteriores e instrumentalizados pela razão.

Segundo Deleuze (2006), os pilares nos quais o pensamento se sustenta na razão clássica iniciam-se na Antiguidade Grega, principalmente com Sócrates e Platão. Nela o pensamento acontece naturalmente enquanto unidade de todas as faculdades que o homem dispõe. O homem por si próprio é dotado de uma boa natureza e boa vontade, tal natureza é direcionada sempre ao encontro da verdade, que tem por essência inata, ser absoluta. Toda e qualquer força estranha ao pensamento, que possa, por algum motivo, interferir em seu funcionamento natural, como as paixões, as preferências pessoais, deve ser ignorada, de forma que não possa direcionar o pensamento para o caminho da falsidade ou do erro. Outra característica fundamental da representação clássica está na necessidade e aplicação de um método, no sentido de caminho direcionador e regulador do pensamento para que o pensador/filosofo a partir de sua aplicabilidade teórica ou prática possa atingir a verdade plena.

Quando o pensamento opera desprovido ou alienado de sua possibilidade de criação, refutando suas tendências sensíveis e corpóreas, o produto de seu conhecimento direciona a vida para valores outros, não comprometidos com nada que vá além de uma determinada base moral, carregada de valores e ideologias usurpadoras da vida; tal postura ao invés de criar novos sentidos e possibilidades para a vida acaba por favorecer apenas o reconhecimento de algo moralmente dito como natural, uma forma de dominação e o desenvolvimento de um projeto societário que se pauta na injustiça e na ilusão de liberdade e felicidade, bem como apenas justifica os desígnios de legalidade e do poder de suas instituições e de uma classe hegemônica.

Um pensamento que se torna servo dessa moral, torna-se enfadonho, puramente formal e conceitual. Em vez de ameaçador, inventivo e criador, torna-se melancolicamente um “re-conhecedor” dos valores vigentes, um expectador distanciado da vida – sem forças para produzir novos modos de existência. Definitivamente a filosofia ainda se encontra a serviço da moral (SCHOPKE, 2004, p. 28).

O caminho ao qual buscamos dar direção nessa pesquisa é diferente. O referencial teórico filosófico aqui assumido visa fundamentar um pensar científico cujo objetivo é territorializar nos meandros de nosso texto uma máquina de guerra em relação ao processo de construção do conhecimento da ordem moral posta e dos valores e poderes vigentes supostamente ditos como únicos e necessários. Dessa forma, busca-se afirmar um pensar geográfico a partir da *diferença* e da *multiplicidade*.

A *diferença* é justamente aquilo que não se enquadra em um modelo de representação *a priori* estabelecido e significado. O pensamento enquanto diferença é a afinidade do processo de construção do conhecimento com aquilo que não está arraigado a valores, padrões, modelos e verdades a partir de sentidos transcendentais e metafísicos. O pensar a diferença pela diferença aponta para outras possibilidades de entendimento que não se restrinjam a generalidades e linearidades de um pensamento assentado em fortes bases morais de uma estrutura fechada e aparentemente isenta de conflitos e tensões, sejam estas teóricas ou políticas.

O pensar pela e com a diferença significa não se restringir a generalização discursivas, mas dobrar-se sobre as singularidades com que a dinâmica espacial acontece a partir da produção da vida dos seres e objetos. A afirmação da diferença é a valorização do criar em detrimento do simples re-conhecer. É instaurar a violência em prol do diálogo entre linguagens científica, filosófica e artística, estabelecendo intercessores para se construir sentidos não necessariamente comprometidos com a lógica generalizante, mas sim, com base em elementos únicos e insubstituíveis.

A diferença é a própria forma como o ser se expressa. Daí porque ela é objeto apenas do pensamento. É por uma espécie de intuição que o pensamento, pode, enfim, dar conta da diferença. A razão, como vimos, nada pode fazer além de colocá-la sob o jugo da identidade e da semelhança – tamanha a sua dificuldade para compreender aquilo que é, em si mesmo, único e insubstituível (SCHOPKE, 2004, p. 178).

Nos moldes a partir dos quais a razão clássica se apresenta, o pensamento está aprisionado por pressões morais que o impedem de potencializar sua atividade criadora. A base moral da razão clássica anda de mãos dadas com o poder vigente e as instituições que o materializam de acordo com a época e o lugar. No mundo moderno, notadamente aquele que se produz a partir das grandes navegações europeias e a consequente produção da sociedade urbana, industrial e de alta tecnologia, a religião e o Estado, na visão de Schopke (2004), são forças que se complementam e tendem a delimitar os referenciais, valores e formas consideradas corretas de conduta e de pensar.

As formas com que se organizam e exercem seu poder e o controle no espaço estão assentadas em fortes bases moralistas, operacionalizadas pela ciência que tem seus conhecimentos validados por essa comunidade e reconhecida legalmente junto a institucionalização desses saberes ditos científicos.

O conhecimento científico, e aí o geográfico por excelência, visa atender essa ordem por meio das características fundamentais da razão clássica e seu pensar por representações e semelhanças. Busca-se no empírico não a suas singularidades, mas visa-se negar as diferenças em prol de semelhanças até estabelecer um nível de representação em que a igualdade do não igual permita a generalização das características para um todo, universalizando de forma ideal e ilusória em um conjunto uniforme aquilo que é profundamente disforme ou pluriforme. Torna-se necessário, diante disso, liberar a diferença. Para tal, o pensar deve visar não a negação, mas a afirmação das potencialidades diferenciadas da vida.

Para que se pudesse verdadeiramente liberar a diferença, seria preciso que esta fosse objeto de afirmação e não derivada ou tributária da negação. A diferença não deveria ser o resultado de um movimento original que parte da identidade e se estende na negatividade, mas, ao contrário, ser, em si mesma, momento primeiro e afirmativo em si mesmo (CRAIA, 2005, p. 69).

Diante do exposto, torna-se mais palpável nossa postura em relação a idéia hegemônica, apesar dos referenciais metodológicos vários, de como o discurso científico da Geografia tende a ler conceitos fundamentais para sua prática de pesquisa como paisagem, região e correlatos em suas referenciais à dinâmica espacial. Nesse ponto, o pensamento deleuzeano torna-se ainda mais pertinente para a linguagem geográfica, principalmente por este filósofo entender que o pensar a diferença pela diferença está estreitamente relacionado com a teoria das *multiplicidades*.

A teoria das multiplicidades em Deleuze parte da sua visão que o tempo não é cíclico ou cronologicamente seqüencial, um vetor em direção contínua, mas o tempo é duração e plural em que o presente é o momento em que a vida acontece e nele temos o passado e o futuro inscritos em suas potencialidades, tanto atuais como virtuais. Nesse sentido, o tempo só dura no espaço. O espaço, portanto, é o meio que faz a seleção contingencial das possibilidades acontecerem, acolhe a tensão das forças presentes nos lugares e ambientes, e atualiza virtualidades, engendrando novas territorialidades e instaurando novas linhas de fuga, desterritorializando e reterritorializando processos, valores, idéias etc.

A teoria deleuziana das multiplicidades, por sua vez, afina-se ao observar a novidade que o conceito filosófico de multiplicidade traria para a ciência. Essa tentativa de **caracterizar o espaço como multiplicidade** [...]. Deleuze convida-nos a compreender o **espaço**

como atualização da duração virtual; espaço e duração por isso diferindo em sua natureza [...]. Denomina *multiplicidade virtual* aquela marcada pelo tempo universal ou duração, e *multiplicidade atual* aquela marcada por uma pluralidade de tempos, cada um correspondendo a uma linha de atualização, sendo cada tempo atual um grau coexistente na unidade da duração, e o espaço justamente, o elemento que acolhe as variações da duração (CARDOSO Jr. 2005, p. 105. Negrito nosso)

Percebemos aí o quão do sentido espacial está presente como elemento articulador do pensamento deleuzeano, assim como seus referenciais de um pensar a diferença pela diferença apontarem para um aspecto inerente da lógica espacial, qual seja, a multiplicidade que as formas e fenômenos expressam nos lugares em que a vida, em sua pluralidade temporal de manifestações e relações, busca atualizar novos devires potenciais em seus processos de constante desterritorialização e reterritorializações.

Por esse aspecto que o pensamento da diferença tende a ser “mais geográfico que histórico”, e o mesmo Gilles Deleuze complementa juntamente com seu amigo Felix Guattari.

A Geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente física e humana, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um “meio” (DELEUZE, GUATTARI, 2009, p. 125).

Delimita-se, assim, o fundamento conceitual com nos posicionamos frente ao problema proposto por esta Dissertação. A natureza pantaneira não é uma construção histórica em que já de antemão seus elementos estavam colocados. Pensar o Pantanal não é resultado de algo retilíneo e natural que só basta constatar o que ali estava oculto no passado. Nossa concepção de Geografia não é a de espaço como um depositário que fornece matéria e lugares para a necessidade histórica naturalmente se desenrolar.

A Geografia aqui assumida é a da contingência no presente do tempo enquanto duração e de suas múltiplas possibilidades; é o meio em que o devir se atualiza em multiplicidades, instaurando diferenças e movimentos em que, no nosso caso, não permitem ter uma idéia fechada e acabada de Pantanal.

Diante do exposto, podemos agora passar a abordar outros elementos e instrumentais que fundamentam nossa concepção do objeto abordado, de maneira a estabelecer o(s) sentido(s) com que almejamos atingir nossos objetivos.

2.2- A QUESTÃO DA LINGUAGEM NAS CIÊNCIAS

As ciências humanas, tal como a Geografia, Antropologia, Filosofia, Sociologia e a História foram institucionalizadas na Europa no século XIX. Momento este em que as ciências exatas e naturais já se encontravam consolidadas enquanto saber autônomo e especializado do conhecimento humano.

O principal reflexo desse momento acontece no modelo de ciência praticado na modernidade, o qual não diferenciava os mecanismos e metodologias referentes ao estudo da natureza dos que deveriam tratar as questões que permeiam a sociedade e relações humanas. Valores como a objetividade científica, neutralidade do pesquisador, busca pela verdade única e essencial, dualidade sujeito x objeto, método racionalmente lógico e preciso, discurso rigoroso e sem paradoxos ou contradições lógicas são verdadeiros paradigmas que referenciavam o correto pensar científico; esses elementos constituintes do processo de construção de conhecimento que se aplicavam sobre um mundo entendido como coisa em si, objetos inertes e passíveis de manipulação/experimentação e controle/exploração serão os mesmos que o conhecimento científico deverá aplicar ao estudar a humanidade. (JOBIM & SOUZA, 2005).

Fortemente influenciados pela lógica matemática e mecanicista, os discursos das ciências humanas estavam direcionados a uma produção de conhecimento ligados a lógica de desenvolvimento econômico e político da sociedade e das relações capitalistas. O objetivo era a construção, sistematização e difusão de um saber supostamente claro, frio, neutro, voltado para a execução técnica e possibilitador de uso pragmático de maneira a afirmar valores utilitaristas e mercantis desse novo modelo de sociedade que se consolidava na Europa e se expandia para o mundo.

A idéia do conhecimento objetivo que assegurava o status cientificista das ciências humanas passou a desfavorecer e ignorar a experiência vivida pela humanidade; a linguagem humana frente o cotidiano e a dinâmica multiplicidade da vida em suas diferentes formas de manifestação foram reduzidos a meros discursos formais e metafísicos – esquemas, modelos, teorias, hipóteses e leis precisas e inquestionáveis. O conhecimento científico das relações humanas eliminou tudo aquilo que não cabia no interior dos referenciais de semelhança, de generalização ou de igualação, ou seja, a maior parte da vida e comportamento humano. Tal postura gerou conflitos internos à epistemologia e ontologia dessas ciências e desde cedo muito

pensadores começaram a apontar a necessidade de buscar outros referenciais e parâmetros científicos para a linguagem científica que abordavam os elementos intrinsecamente humanos.

As primeiras idéias de ruptura com a metodologia científica das ciências naturais surgem dentro desse próprio campo de conhecimento, porém, a ruptura não vem da matemática ou da física, mas sim da biologia *darwiniana*. Esta biologia desenvolveu nesse cenário conceitos básicos, como por exemplo, de “natureza”, “organismo” e “evolução”, permitindo estabelecer uma diferença muito cara aos processos de ler e ao mesmo tempo explorar o mundo: a separação entre o ser humano enquanto *organismo vivo*, resultado de um processo de evolução genética e que pode ser compreendido em sua estrutura pela biologia, medicina, química etc., daquele *humano social*, fruto de um desenvolvimento histórico e cultural, passível de ser investigado pela ciências humanas em suas diversas formas de interação. (JOBIM & SOUZA, 2005).

Contudo, essa separação instaura no seio do discurso científico a pertinência de se pensar e estudar o homem social com mecanismos e referenciais diferentes de se estudar o homem enquanto organismo natural. Nesse contexto, os saberes ligados a história e a cultura humana são redimensionados e passam a representar uma forma de se buscar metodologias próprias para a leitura a ser feita sobre o conjunto societário. Busca-se uma linguagem mais pertinente para o discurso das ciências humanas.

O aspecto mais fundamental que o eixo histórico-cultural inaugura é a possibilidade de se constituir uma teoria das ciências humanas para além do conhecimento objetivo. Essa questão nos remete, necessariamente, à ampliação do conceito de ciência e, conseqüentemente, a uma alteração na forma de conceber e interpretar os fatos humanos. (...) Considerando a linguagem como espaço principal de sua reflexão, as ciências humanas questionam o estatuto dos diversos discursos que as constituem (JOBIM, SOUZA, 2005, p. 33-4).

A linguagem é resgatada pelo discurso das ciências humanas, possibilitando assim, a recuperação do sujeito enquanto um ser histórico e social. O campo de investigação ao qual busca fundamentar essa metodologia chama-se filosofia da linguagem, e a ele cabe evidenciar, a partir do estudo da linguagem ordinária, o significado dos conceitos que se pretende investigar.

A linguagem ordinária, como área a ser investigada, pode ser considerada então como ponto de partida para a análise do significado de conceitos problemáticos do ponto de vista filosófico e como fornecendo elementos concretos e intersubjetivos através dos quais a investigação procede, mantendo-se aberta à compreensão de todos os falantes na medida de sua competência lingüística. Esse duplo aspecto – o recurso à linguagem para solucionar problemas identificados a partir da própria linguagem - é apenas superficialmente circular, pois na verdade equivale ao princípio do “círculo hermenêutico” Isto é, o filósofo renuncia à pretensão inicial de estabelecer o ponto de partida originário, os “primeiros princípios” a partir de que seu sistema pode ser construído e reconhece que sua reflexão só pode, e portanto deve, partir de pressupostos inevitáveis que se encontram em sua origem – a linguagem através da qual os próprios problemas são formulados (SOUZA FILHO, 1983, p. 12).

A Linguagem deve ser compreendida enquanto um sistema aberto, nunca acabado, fechado ou estático. A sua contribuição ao processo de elaboração de conhecimento em ciências humanas vincula-se ao fato dela representar a dinâmica e o jogo de significações socialmente construído a partir da experiência vivida de seus interlocutores.

Assim sendo, podemos afirmar que ao investigarmos a linguagem estamos investigando igualmente a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” desta comunidade; e desta forma pode-se dizer que não há uma separação radical entre “linguagem” e “mundo” já que a realidade é constituída exatamente pelo modo como aprendemos a linguagem e a usamos (SOUZA FILHO, 1983, p. 14).

Esta nova proposta de metodologia instaurada pela filosofia da linguagem busca a superação do racionalismo cientificista enquanto único instrumento de validação do conhecimento científico, argumentando que o grande problema dessa concepção de razão é o fato de que ao mesmo tempo em que ela é detentora do processo de investigação e construção da verdade, ela própria não pode ser investigada. Desse modo, são três os principais nomes que se complementam na defesa da linguagem enquanto possibilidade outra de instrumentalização e análise para o processo de construção do conhecimento científico. Souza Filho (1983) destaca como personagens centrais dessa crítica e questionamentos os pensadores Bakhtin, Vygotsky e Walter Benjamin.

Bakhtin condena a separação feita entre a língua (em seu aspecto social) com a fala (processo individual de comunicação). Pois, tratar da língua apenas com base

em seus aspectos formais e normativos possibilita a equivocada compreensão da mesma enquanto um produto acabado, técnico e que inviabiliza a análise da mesma enquanto discurso e sentido das experiências humanas na vida.

O que interessa não é a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação do signo para o signo no interior de um sistema de signos (...). Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN apud SOUZA FILHO, 1983, p. 98).

Já Vygotsky irá proporcionar uma nova teoria da relação entre o pensamento e a palavra acreditando que a linguagem exerce influência direta na construção/formação da consciência humana. Defende a idéia de que a interação entre o pensamento e a palavra não significa uma possibilidade única de interpretação, ao contrário disso, ela pode expressar uma série de pensamentos.

Vygotsky afirma que o pensamento não tem um equivalente imediato, por isso sua transição para a palavra passa necessariamente pelo significado. Uma vez que as palavras no pensamento são plurivalentes, Vygotsky assegura que todas as frases que dizemos na vida real possuem algum pensamento oculto por trás delas. Por trás de cada pensamento há desejos, necessidades, interesses e emoções, fazendo com que a compreensão do que dizemos dependa substancialmente da interação do nosso ouvinte com essa base afetivo-volitiva (SOUZA FILHO, 1983, p.136).

Walter Benjamin também é um pensador merecedor de grande destaque principalmente no que se refere à função e ao lugar que a linguagem ocupa no âmbito da modernidade científica e filosófica. Souza Filho (1983) destaca, a partir de Benjamin, que a forma com a qual a linguagem é encarada pela modernidade causa a alienação do indivíduo do mundo atual. Esse fato, segundo Benjamin, justifica-se pela dissonância que existe entre o discurso de mundo oriundo da modernidade, pautado em ideais de progresso enquanto avanço técnico-científico, com a realidade vivenciada pelas pessoas.

A crítica de Walter Benjamin está no aspecto metafísico com que a linguagem é encarada pelo discurso da modernidade científica. Não consegue transpassar o limite de uma representação única dos objetos tratados e não permite outras formas de significações do mundo, tornando a própria experiência vivida em uma

prática limitada pelo caráter comunicativo e instrumental dessa forma específica de linguagem.

Como tentativa de superação desses limites da linguagem em sua relevância no processo de construção do conhecimento, Walter Benjamin sugere uma nova abordagem da linguagem, que comungue com outros valores, verdades e objetivos na produção do conhecimento. Souza Filho (1983) irá expressar com clareza o novo sentido de linguagem presente no pensamento do referido autor.

A proposta que emerge dessa concepção ampliada de linguagem é a aprendizagem de uma linguagem pedagógica das coisas que nos permita resgatar a compreensão crítica da realidade contemporânea. De posse de tal linguagem, seria então possível recuperarmos um olhar sensível sobre o mundo, procurando o lugar do refúgio do sagrado, ou seja, aquilo que faz um rosto, uma paisagem ou um objeto nos falar. Ir em busca do invisível que se esconde e se presentifica na linguagem-imagem das coisas (...). A linguagem pedagógica das coisas nos ensina um novo modo de nos acercarmos da verdade que se refugia nos objetos, nas paisagens, nos rostos das pessoas, recuperando, assim, um modo crítico de se apreender as conseqüências positivas e negativas do progresso e da civilização na vida do homem contemporâneo. Essa nova ética do olhar busca fundar uma ciência dos valores da expressão ou da re-criação das emoções na apreensão crítica na construção de conhecimento (SOUZA FILHO, 1982, p. 145-46).

Bakhtin, Vygotsky e Walter Benjamin, mesmo tendo vivenciado e elaborado suas teorias entre o final do século XIX e início do século XX, fazem suas idéias ecoarem de forma consistente nos problemas e crises paradigmáticas postas ao pensamento científico atual. Em comum, podemos destacar que os autores, embora por caminhos diferentes, têm na linguagem o ponto de contato entre seus pensamentos nas áreas de filosofia, psicologia, ciência, ética etc. Considerando-a o fio condutor, a chave mestra, o ponto de partida para a reflexão e construção de conhecimento a partir das questões humanas e sociais.

Os autores referenciados buscam possibilidades outras de parâmetros investigativos em ciências humanas, para além daqueles comprometidos com paradigmas cientificistas das linguagens da matemática, física, química e biologia, mas que acenem para uma maior relevância das questões elaboradas com base em afeição ético-estética da realidade, introduzindo os elementos corriqueiros, cotidianos, banais e usuais das relações humanas. Tal processo de entendimento abrirá para o discurso das ciências humanas novas possibilidades investigativas, novos parâmetros teóricos e

metodológicos, assim como outras formas de se conceber o como fazer e qual a função da ciência no mundo de hoje.

A partir dessa possibilidade de se entender a linguagem da ciência, no caso aqui a Geografia, como um discurso direcionado para a dinâmica das relações humanas e de seus aspectos cotidianos, é possível perceber sentidos outros para fenômenos antes por perspectivas generalizantes e representacionais. Quando vemos as formas com que o mesmo é abordado pelas políticas públicas do Estado, pelos interesses econômicos de empresas de turismo ou pelo agronegócio, assim como pelos ambientalistas, nos discursos presentes nos materiais didáticos e na mídia, destaca-se essa busca pelo geral, identificando apenas semelhanças a partir de referenciais tidos como científicos (comportamento hídrico, bacias hidrográficas, tipo de solo e vegetação, fauna, perfil econômico e cultural da população que ali habita etc.), deixando escapar todo o resto que não se encaixa nesse modelo de re-conhecimento. Esses parâmetros, apesar de não estarem incorretos, não permitem um melhor entendimento, para as próprias pessoas que ali se localizam, da própria dinâmica das relações e processos vivenciados cotidianamente, que podem ser desde criminalidade, violência cultural e desigualdade social até questões como os indígenas ou os movimentos migratórios de paraguaios e bolivianos.

Diante disso, tornam-se extremamente necessárias, novas perspectivas teóricas e metodológicas para a linguagem científica de uma Geografia que não quer só reconhecer e descrever a generalização dos fatos, mas sim criar formas outras de interpretar o vivenciado e auxiliar a produzir outras possibilidades de respostas. Para encerrar esse subitem, vamos fazer uso da análise de Schopke (2004) sobre o sentido e função do discurso do conhecimento humano a partir de Deleuze, mas aqui agenciando o sentido do mesmo em direção à linguagem de uma Geografia envolvida com essa outra possibilidade de se fazer ciência.

Trata-se da defesa de um discurso que fortaleça a existência e de uma vida que fortaleça o discurso. Afinal, em ambos, o pensamento deve efetuar-se como uma verdadeira “máquina de guerra”, sendo capaz de produzir uma existência singular, “um modo de existir” ético e estético para lá das práticas sociais vigentes. Em outras palavras, são modos de vida inspirando maneiras de pensar e modos de pensar inspirando maneiras de viver (SCHOPKE, 2004, p. 28).

2.3- METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO E INTERPRETAÇÃO HERMENÊUTICA

Como já citado anteriormente, buscaremos uma interpretação sobre o entendimento do Pantanal como elemento aglutinador de nossas intenções para com a questão da linguagem científica; nesse sentido, utilizaremos a *análise de conteúdo* como referencial metodológico para a interpretação dos discursos presentes nos questionários aplicados nos professores, assim como presente nos enunciados dos livros didáticos e nas reportagens selecionadas para análise.

Apesar da análise de conteúdo ter origem na tentativa de superar os possíveis limites científicos da “análise do discurso”, principalmente pelo aspecto desta se ater a uma análise mais qualitativa, e em muitos casos subjetiva dos enunciados. Em reação a essa possível fragilidade, a análise de conteúdos foca os elementos quantificáveis dos enunciados escritos ou orais registrados, permitindo detectar, através da forma e quantidade de termos ou de elementos presentes nas palavras e orações, os elementos que revelavam significados ocultos ou não claros conforme os desejos dos sujeitos pesquisados.

Contudo, com a própria evolução da lingüística, das ciências lógicas e das filosofias da linguagem, a análise de conteúdo não se cristalizou em uma ferramenta isolada do seu contexto cultural e tecnológico. Estreitou contato com a hermenêutica interpretativa, principalmente após a ampliação dos estudos de Gadamer, o que levou a essa metodologia ampliar o sentido de seus estudos, valorizando também o que não se identifica como explícito nas falas e textos. É por esta perspectiva que aqui trilhamos e rapidamente apresentamos seus aspectos gerais.

A Análise de Conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação (FRANCO, 2005, p. 14).

A intenção é direcionar a interpretação com base nesses pressupostos que não compreendem a linguagem somente com base nas palavras ou que atribuem um valor majoritário a elas. O que se pretende aqui é transcender ao mero estudo da língua, e instaurar uma semântica no sentido de “busca descritiva, analítica e interpretativa do

sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem às mensagens verbais ou simbólicas” (FRANCO, 2005, p. 15). Ou seja, nesse sentido o ponto de partida para um usuário da análise de conteúdo é o seu material coletado e construído pelos enunciados que exprimem significações sobre o seu objeto de estudo em questão.

Isso não significa, porém, descartar a possibilidade de se realizar uma sólida análise acerca do conteúdo “oculto” das mensagens e de suas entrelinhas, o que nos encaminha para além do que pode ser identificado, quantificado e classificado para o que pode ser decifrado mediante códigos especiais e simbólicos (FRANCO, 2005, p. 24).

Diante disso, os enunciados da linguagem representam apenas o início do processo de entendimento e a investigação tem liberdade para trilhar e construir entendimentos através de caminhos subjetivos, induzidos pelo seu conteúdo inicial.

Foi isso que detectamos nas várias falas dos professores, assim como identificamos nos textos jornalísticos ou publicitários. Ao enunciar uma dada concepção da natureza sobre o Pantanal, essas falas pressupunham todo um contexto social, uma espécie de jogo em que as regras já estavam naturalizadas por parte daqueles que receberiam as mensagens (alunos, consumidores, leitores e o pesquisador), de maneira que as respostas e enunciados caem na repetição de termos comuns. O sentido que estava nos entremeios das frases aponta para todo um universo de entendimento sobre o Pantanal.

O Pantanal se reduzia a poucos termos como beleza paradisíaca, paraíso natural, natureza intacta, degradação ambiental e poucos mais, todos entendidos como inerentemente presos ao sentido deste lugar, dados como óbvios. As falas e enunciados se amalgamam numa trama de significado que torna o Pantanal como impensável, ou imaginado por outra perspectiva. Como se fosse uma verdade única e historicamente construída dessa forma retilínea.

Nesse ponto, destacou-se o aspecto do que viria a ser essa verdade tomada como natural e absoluta. Aí se tornou importante esclarecer alguns pressupostos básicos sobre a idéia e sobre o sentido da verdade a partir dos parâmetros da hermenêutica.

A(s) verdade(s), numa abordagem hermenêutica, não pode ser entendida como algo dado a priori, não é singular a um evoluir histórico determinista, não é fechada e estanque, “(...) a verdade da abertura não é um objeto, cuja posse cognitiva seja atestada pela sensação de evidência, completude, integração que experimentamos num dado momento (...)” (VATTIMO, 1999, p.123). A discordância da hermenêutica

em relação à verdade como conformidade, direciona seu posicionamento a conceber a verdade no modelo do habitar e da experiência estética. Pois a verdade em uma explicação científico-positiva, que estabelece seu sentido de verdadeiro ao singular a partir de uma lei geral, pode ter sua necessidade para as ciências exatas, porém esse modelo, bem como o referencial teórico da linguagem como cálculo, não apresentam a mesma eficiência nas ciências humanas. Nesse sentido:

O que constitui a verdade dos singulares verdadeiros que se dão nas proposições “conformes” (à coisa, mas, antes de tudo, às regras de verificação) é o referir-se a condições de possibilidades que, porém, por sua vez, não são enunciáveis numa proposição conforme, mas se dão como uma rede de referências nunca conclusa, uma rede que é constituída de múltiplas vozes da Ueberlieferung, da transmissão (não necessariamente provenientes do passado) que ressoam na língua em que essas proposições são formuladas. Essas vozes – isto, uma específica experiência moderna, para a qual é inevitável ligar o dar-se da verdade como *Eroerterung* ao terminar da metafísica – falam como uma irreduzível multiplicidade, desmentido toda tentativa de reconduzi-las a uma unidade (que poderia ainda dar-se na forma de um conteúdo apreensível em um único olhar e enunciável numa proposição conforme) (VATTIMO, 2005, p. 130).

A crítica a esse sistema fechado e definitivo estruturado a partir das bases do sistema filosófico kantiano é que o próprio sujeito moderno está pronto para se tornar objeto plausível de mensuração, manipulação etc.; o ser, nessa perspectiva metafísica transcendental, é reduzido no interior dessa mesma ordem dos objetos da ciência técnica, enquanto apenas mais um objeto dado no mundo e que para conhecê-lo é apenas necessário a aplicação instrumental da razão humana moderna. No entanto, o entendimento da verdade como abertura pressupõe outro referencial de tratamento com os objetos e o próprio sujeito. Assim sendo, é necessário:

Reconhecer esse dar-se como um acontecimento, e não como o desvelar-se de uma estrutura sempre já dada, peremptória, iniludível, significa também encontrar na multiplicidade das vozes em que se dissolve o *a priori* não só uma confusão anárquica, mas o apelo de um *Ge-Schich*, de um destino que não tem mais as características do fundamento metafísico, só porque consiste na dissolução do fundamento (VATTIMO, 2005, 132).

A verdade no entendimento da hermenêutica filosófica deve transcender ao julgamento metafísico do discurso científico moderno. Deve buscar interpretar a linguagem dos sentidos humanos construídos sobre o mundo, e tendo nisso um ponto de referência importante para o processo de construção do conhecimento. Ao invés de não

se referenciar em modelos que buscam atingir o conhecimento por meio da metafísica da verdade única e essencial a ser revelada (FERRAZ, 2005).

O entendimento e a construção do conhecimento nos referenciais da hermenêutica filosófica não se encontram necessariamente dados pela linguagem em si, a interpretação hermenêutica deve inserir-se no do contexto da conversação que deu origem aqueles enunciados da linguagem.

Contra a lógica locucional, para a qual a sentença constitui uma unidade de sentido auto-suficiente, a hermenêutica lembra o fato de que uma locução nunca pode desvincular-se de seu contexto motivacional, isto é, da conversação, na qual ela está inserida e somente a partir da qual ela ganha sentido. A locução é, enfim, uma abstração, com a qual a gente nunca se encontra na vida de uma linguagem (GRONDIN, 1999, p. 197).

Como tentativa de superação da chamada “lógica locucional” no qual se compreende que a interpretação está disposta na linguagem, observamos que a conversação deve ser mediada pelo que Gadamer chama de lógica hermenêutica de pergunta e resposta.

Contra o primado da lógica locucional, que entende a compreensão como poder de disposição, e falha nisso, desenvolve Gadamer a sua lógica hermenêutica da pergunta e da resposta, a qual entende a compreensão como participação num significado, numa tradição, enfim, numa conversação. Nesse enunciado não existe “nenhum” enunciado afirmativo, porém perguntas e respostas, as quais, por sua vez, despertam novas interrogações. Não existe nenhum enunciado, que se possa conceber unicamente pelo conteúdo que ele propõe, caso se queira captá-lo em sua verdade (...). Cada enunciado tem pressupostos que ele não expressa. Só quem pensa simultaneamente tais pressupostos, pode realmente mensurar a verdade de uma proposição (GRONDIN, 1999, 198).

É necessário em uma investigação hermenêutica buscar o que está oculto, dito nas entrelinhas do enunciado, aí a linguagem se faz interrogante em nosso existir. Essa conversação jamais poderá ser reduzida ao próprio enunciado, por isso a interpretação da linguagem nunca será algo acabado, será uma verdade com abertura, passível de uma nova conversação, outras indagações, problemas, pensamentos.

Com isso, a questão dos enunciados presentes nos questionários e nos textos midiáticos, assim como nos materiais didáticos analisados, se desestabilizaram em suas semelhanças e uniformidades de idéias. Os elementos eleitos para caracterizarem o

Pantanal se colocavam como que sobre um *desenvolvimento arbóreo*⁴ da história, apontando para esse sentido de verdade *a priori* dada, sendo introjetada e reproduzida nos discursos sem se dar conta de como os mesmos eliminam, ou negam, toda uma multiplicidade espacial de diferenças em constante processo de reterritorialização.

Abriam-se clareiras no meio da mata idealizada de imagens a priori tidas como únicas e absolutas quanto ao sentido do Pantanal. Começaram a emergir, como de forma *rizomática*⁵ numa contingência espacial, outras imagens ocultas pelas falas e textos analisados. Toda uma herança de violência se esboçava por entre os buracos das frases que afirmavam ser o Pantanal um paraíso de beleza natural; os silêncios e virtualidades negadas (marginalização de migrantes vindos de diferentes regiões; perseguição aos grupos indígenas, assassinatos de posseiros; negação de quilombolas; violência urbana; narcotráfico; prostituição; brasiguaios etc. etc. etc.) começaram a se delinear a partir da interpretação do contexto espacial em que a redundância dos termos e idéias ali presentes aparentemente não permitia entrever.

Os enunciados revelavam mais pelo que ocultavam ou não diziam do que daquilo que expressavam como imaginário acabado sobre o Pantanal.

2.4- AS BASES DA IDÉIA DE NATUREZA NA GEOGRAFIA MODERNA

As bases filosóficas da Geografia Moderna foram estruturadas no bojo do sistema filosófico de Immanuel Kant. A partir da instrumentalização da razão humana em suas obras *Crítica da Razão Pura* e *Crítica da Razão Prática* estabelece a função e os limites dessa ferramenta – o pensar racional - no processo de construção do conhecimento válido em termos científicos.

Moreira (2007) indica Kant enquanto marco divisor no pensamento geográfico argumentando que antes de seus postulados filosóficos esse ramo do saber

⁴ Forma de pensamento pautado na razão clássica moderna. O modelo arborescente, direciona, ao menos idealmente, para um princípio lógico e seqüencial de entendimento buscando a transcendência do geral ao particular por meio da instrumentalização da razão humano e do estabelecimento de verdades. Não releva os sentidos constituídos pela relação humana com os fatos e fenômenos observados e sim com a intenção de atingir a verdade em si do objeto estudado. (Deleuze, 2006)

⁵ Rizoma é possivelmente um dos conceitos mais conhecidos de Deleuze e Guattari. “ O rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades. (Deleuze apud Zourabichvili, 2006, p. 51)

humano trabalhava com a noção de superfície terrestre e, posterior a ele, essa noção foi transformada em *espaço*. Nesse sentido, para que possamos melhor esclarecer nossa intenção nessa parte do trabalho (sentido de estética e natureza) é necessário explicar, mesmo que de forma breve, como o referido filósofo concebeu essa categoria.

O espaço não é um conceito empírico abstraído de experiências externas. Pois, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim – quer dizer com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro – e igualmente para que se possa representar representá-las como exteriores e a par umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em lugar lugares diferentes, necessita-se já o fundamento da noção de espaço. Então, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos. Ao contrário, esta experiência externa só se torna possível, primordialmente, perante essa representação.

O espaço é uma representação *a priori* necessária, que fundamenta todas as intuições externas (...). Dessa forma, consideramos o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles. É uma representação *a priori*, que necessariamente fundamenta todos os fenômenos externos (KANT, 2002, p. 68)

O trecho retirado da Crítica da Razão Pura de Kant é parte fundante da sua *estética transcendental*⁶. Nela, o espaço é entendido enquanto uma categoria *a priori* e inata ao pensamento humano, pois permite percebermos aos objetos, suas formas, localização e distribuição, de maneira a instigar a razão humana pensar sobre o mundo. Isso expressa o caráter metafísico ao qual o pensador alemão trata essa categoria. Nele, toda experiência humana está pré-condicionada a conceber o espaço enquanto possibilidade de ordenamento dos fenômenos externos.

A Geografia Moderna, que de acordo com Moreira (2007), tem na filosofia kantiana sua fonte originária e carrega até os dias atuais problemas teóricos, epistemológicos e metodológicos em virtude de tal filiação. Kant ministrou na universidade de Königsberg um curso de Geografia física por mais de trinta anos. Seus estudos de Geografia, na época, foram fruto dos relatos dos viajantes pelos diversos pontos do mundo de então, sistematizando suas observações desses relatos a partir da física newtoniana, notadamente a partir da noção de espaço absoluto elaborada por este.

A física do mundo terrestre atende os mesmos princípios da física cósmica do universo, visando reproduzir as mesmas leis de comportamento gravitacional e de

⁶ Compreende-se por estética transcendental, uma ciência que se ocupe da sensibilidade *a priori*. Ou seja, uma ciência que trate da contraposição a aquela que contém os princípios do pensamento puro e que se denomina lógica transcendental (SANTOS, 2002).

mobilidade dos corpos, cabendo ao ser pensante identificar a exterioridade percebida a partir da lógica elaborada pela razão humana que desvendaria a verdade da distribuição, velocidade e processos de desenvolvimento e localização. Nesse contexto é que o sentido de natureza em Kant vai tomar os contornos que até hoje majoritariamente entendemos, notadamente no interior do discurso geográfico.

Kant estrutura o sistema de classificação da natureza com base no empirismo e sua principal referência é a superfície terrestre. Processo que, com base em Moreira (2007), provoca, desde então, uma grande confusão na Geografia no modo dos geógrafos conceberem o espaço e a superfície terrestre.

Santos (2002) ao destacar trechos do próprio curso de Geografia física ministrado por I. Kant, enfatiza que nesse curso o pensador alemão dava praticidade ao seu sistema filosófico, introduzindo idéias que permitiam:

Identificar o posicionamento do homem em contraposição ao posicionamento da Natureza, do mundo, ou da Terra. Trata-se da contraposição entre a internalidade e a externalidade, trata-se da contraposição básica entre o sujeito e, efetivamente, o mundo, a natureza, é sua alteridade (SANTOS, 2002, p. 184).

A repercussão das idéias de Kant também influenciou no modo majoritário com que a sociedade, a ciência e a filosofia moderna irão construir sua idéia de natureza. As bases morais presentes em sua filosofia, mais especificamente em sua teleologia moral (idéia metafísica de que o avanço no conhecimento humano irá, um dia, proporcionar o bem para a humanidade), Kant acredita que a finalidade da operacionalização entre as categorias e conceitos criados pela razão no processo de compreensão dos fenômenos que se apresentam ao entendimento são dotados de finalidades. Caberia ao conhecimento científico, com base na autoridade da razão, explicar esses fins que são expressão do plano empírico.

Kant, portanto dá consistência ao sujeito, identificando-o como potência. O caos fenomênico não possui uma ordem em si mesmo (e, se possui, não conseguimos percebê-la). A ordem é um dado apriorístico do sujeito, e, nessa medida, o conhecimento é igualmente uma condição do existir do sujeito (SANTOS, 2002, p. 179)

Dessa forma, o sentido que vai qualificando a natureza pelo olhar da modernidade é carregado dessas indagações que buscam respostas e/ou verdades sobre os fenômenos que lhe são externos. Sistematizando explicações que podem trilhar

apenas os rígidos limites da razão e sua relação com as evidências empíricas supostamente concretas e materializadas a partir de sua expressão fenomênica. Não podendo relevar em seu processo de construção do conhecimento sentidos de ordem emotiva, sentimental ou de qualquer outro nível de abstração.

O reflexo dessas idéias no discurso da Geografia Moderna irá desembocar em uma forma objetiva e pragmática sobre a natureza. De um olhar que se coloca externo à sua espacialidade e que a partir da fragmentação de sua fisicidade busca compreendê-la em suas partes as quais devem corresponder à metafísica do conceito aplicado para seu entendimento. “Para se viver no mundo é preciso, primeiramente refletir sobre ele” (SANTOS, 2002, p. 184).

O século XVIII legou-nos uma leitura do mundo e Kant a sintetiza, magistralmente, em uma única proposição: o mundo como cenário. A Geografia como descrição do cenário e, nesse sentido, ela é física, nesse sentido absorve completamente o que está pressuposto na estética transcendental: a noção de espaço é aquela que nos permite dar ordem à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar (SANTOS, 2002, p. 185).

Consolidou-se, assim, o processo de construção do conhecimento do mundo que deve necessariamente iniciar pela sua descrição física, pelo reconhecimento dos elementos que se apresentam ao plano empírico da experiência do pesquisador/filósofo/cientista. Estes seriam os limites postos ao campo de reflexão e objeto de sistematização dos conhecimentos geográficos pertinentes ao contexto histórico filosófico do século XVIII vivenciado por I. Kant.

Analisando o discurso geográfico sobre a natureza nos dias atuais é perceptível a influência das matrizes filosóficas kantianas. Projetando leituras do mundo comprometidas com uma metafísica que atua sobre uma idéia de natureza desprovida de um sentido humano que transcenda os atributos e interesses científicos e/ou cientificistas que compõem o cenário de investigação da maioria dos geógrafos. Pois, é ainda majoritária a idéia da natureza:

Enquanto um conjunto de corpos matematicamente ordenados pelos movimentos mecânicos da lei da gravidade, eis o que temos chamado de natureza. E, por conseguinte, o que temos chamado de base geográfica da história. Concebemos a natureza decalcando nosso conceito no mundo sensível. Vemos a natureza vendo coisas: o relevo, as rochas, os climas, a vegetação, os rios, etc. Como o que vemos são coisas isoladas, a natureza é por isto um todo fragmentário. Então, para dar-lhe unidade interligamos esses aspectos através de suas ligações

matemáticas. A natureza é para nós um corpo inorgânico, tal como rocha, montanha, vento, nuvem, chuva, rio, massas de terra. Quando nelas incluímos as coisas vivas, tais como as plantas, é pelo papel que estas cumprem de complementação dos mecanismos das coisas mortas, como o de anti-erosão realizada pelos vegetais, ou de destruição realizado pelo homem com sua erosão “antrópica”. Seu terreno é o estrito da ação gravitacional, o terreno demarcado pela regulação físico-matemática da natureza (MOREIRA, 1993, p. 12).

Essa é a herança kantiana para o entendimento da natureza na Geografia moderna. Ela reverbera, de forma mais ou menos intensa, nas diversas linhas teóricas e metodológicas do discurso científico geográfico, e se desdobra na sala de aula, delineando boa parte da concepção que a maior parte da população, que passou ou passa e passará pelos bancos escolares, acaba incorporando e reproduzindo sobre o sentido de natureza em relação às condições sociais e culturais com que os homens vivem atualmente.

Talvez aí esteja uma das justificativas para o grau de proximidade entre os discursos presentes nos questionários feitos com os professores, o levantamento feito na mídia e o que se constatou nos livros didáticos de Geografia quanto ao sentido do Pantanal. Com essa forma de encarar a natureza como algo distante do humano, algo que se coloca discursivamente como um dado generalizado que se entende enquanto objeto de consumo e elemento estranho a nós, seres humanos, estabelece-se a uniformidade de semelhanças com o que se representa tal fenômeno.

2.5- OS REFERENCIAIS DA CONCEPÇÃO DE ESTÉTICA PARA A NATUREZA PANTANEIRA

Como já indicamos anteriormente, nossa opção por abordar a questão da estética no estudo da natureza pantaneira se restringirá a dois pensadores que elegemos como fundamentais para a elaboração do pensamento sobre essas questões na contemporaneidade do pensamento científico, em especial o geográfico.

Poderíamos ficar discorrendo sobre toda a evolução desse conceito, mas entendemos que nosso objetivo aqui não é fazer um trabalho sobre a história da estética para o pensamento geográfico, e sim tentar destacar alguns aspectos da discussão sobre estética que podem ser pertinentes para melhor abordarmos o objeto de nossa pesquisa; diante disso, a opção por Kant e Hegel foi quase que óbvia tal o grau de importância de

suas idéias para o delineamento do pensamento geográfico, assim como para os estudos estéticos até hoje em vigor.

2.5.1- Kant

O contexto intelectual europeu do século XVIII, no qual Immanuel Kant (Königsberg, 1724 – 1808) está inserido, vive um momento de várias re-significações, não apenas no plano científico filosófico, mas também do próprio mundo concreto então vivenciado. Essas transformações reverberam nos referenciais topológicos e locacionais no espaço geográfico frutos do estágio de desenvolvimento e transição do sistema produtivo em franco processo de hegemonização mundial, o capitalismo.

A expansão físico-territorial das relações capitalistas se alastra de uma forma desigual no tempo e no espaço, provocando uma série de (re) significações dos elementos dispostos nestes. Isto por seguinte provoca novos questionamentos sobre o sentido/posição do *homem* em sua relação ao mundo, refletindo e sendo reflexo de outros processos de percepção e valorização sensitiva do meio

O debate em torno das concepções de *estética* e de *natureza* é o que especificamente nos interessa nesse contexto; tal debate se inicia a partir das opções aludidas pela Revolução Científica Moderna, a qual delimitou a natureza como um dado externo ao homem, que segue um encadeamento mecanicista, possível de apreensão a partir de suas formas que, segundo tal aspiração, são geometrizadas. Natureza passou a ser aquilo que o homem era capaz de conceitualmente denominá-la. O que não se enquadrava nesses limites racionais era desconhecido, ficava circunscrito ao universo das lendas ou do saber divino – que abrangia a maior parte do mundo de então.

Isso, transportado para o campo artístico, implicava em uma forma estereotipada de elaboração de dada obra, a qual seria elaborada a partir de um ato reflexivo entre as impressões captadas no mundo dos sentidos e a mente. A produção de uma obra, contudo, além da inspiração, obedecia a um conjunto de regras e procedimentos metódicos em seu processo de composição; cada forma artística atendia uma série de normas e regras inerentes a sua linguagem, de maneira que podia ser ensinada e apreciada segundo o atendimento da mesma. No entanto, todas as formas artísticas expressavam o sentido do homem, em separado, olhando o mundo externo a si

e delimitando a distribuição dos fenômenos, objetos e atos num espaço/palco; um olhar único e perspectivista a distribuir as formas com rigor e precisão.

Ao longo do século XVIII, com a radicalização da racionalidade científica em tentar dar conta do todo percebido a partir de seus pressupostos lógicos e pragmáticos, levou a reação de muitos artistas e pensadores, que entendiam que o ser humano não é só razão instrumental, mas é sensibilidade, afetos e intuição também. Com isso, a concepção de arte, em especial na Alemanha da segunda metade do século XVIII, fruto das próprias mudanças tecnológicas que a ciência possibilitou implementar na abordagem dos elementos naturais, passa a sofrer mudanças. Isto significa que não deixou de atender aos referenciais hegemônicos da razão humana sobre o cosmos, mas passaria existir uma valorização dos elementos subjetivos, da sensibilidade e afetividade humana, assim como a própria intuição, como fatores que contribuem para o homem se conhecer como produtor de saberes.

A obra de arte passa a expressar essa outra esfera humana, mas tentam expressar a relação dos dados sensíveis no contexto dos pressupostos da racionalidade; isso fica palpável quando abordam as questões relacionadas com o olhar sobre a natureza. A natureza passa a ser fonte de uma duplicidade de entendimento: a natureza é algo idealizado como paraíso e origem dos aspectos identitários do homem com o lugar; mas a natureza é também algo estranho ao homem, fruto de resistência ao domínio humano sobre o cosmos.

Esta nova forma de apreciação e concepção artística dos dados sensíveis com o intelecto, não mais se limita aos referenciais prático/moralistas em si e de grande peso teológico, como era majoritário no Renascimento, mas busca o domínio do conhecimento intelectual não só do mundo tido como pertinente à esfera da ação humana e sim, principalmente, do universo até então desconhecido.

Essa ampliação das extensões passíveis de domínio racional humano, para além do permitido até então, faz com que um conjunto de filósofos passe a debater como o conhecimento humano do mundo pode ser fruto da interação entre a capacidade racional de logicizá-lo e as formas de percebê-lo sensivelmente. Daí o resgate da estética como uma área da razão capaz de dar sentido lógico ao como a percepção subjetiva humana da natureza pode produzir ou contribuir para a elaboração objetiva do conhecimento. É o caso notadamente de Kant a partir de sua *terceira crítica*.

As nebulosidades do pensamento europeu dessa época diziam respeito aos conflitos entre a razão e imaginação, gênio e regras, fundação do belo no sentimento, e qual a melhor forma de conhecimento. Enfim, essas questões necessitavam de um denominador comum.

A *estética*, em meio a esse emaranhado de questões, visando uma abordagem mais didática da questão, pode ser classificada em *estética clássica*, que se atém ao trato da obra de arte em si, e *estética empirista*, que, ao contrário da clássica, não se atém à obra, mas sim na relação do sujeito com a obra “através de teorias do sentimento do belo e do sublime” (TERRA, 1994, p. 117).

Kant participa da segunda tendência, especialmente por compreender o sentido de belo como algo determinante do sujeito. Uma categoria da estética que não pode ser concebida por conceitos universais. O belo, ainda segundo as proposições kantianas, é aquilo que agrada sem conceito e só faz sentido para o homem. O juízo do belo é contemplativo (não pede um conceito da razão). O belo é representativo da verdade sem conceitos, como objeto de um comprazimento universal. Quanto ao sublime, são todos os objetos que escapam ao juízo do belo, aos quais a imaginação não consegue deter (BECKENKAMP, 2004).

A estética surge no sistema filosófico kantiano enquanto um elemento determinante do juízo de gosto, mais especificamente aquele emitido sobre a beleza. Portanto, é fruto de uma relação que não visa o entendimento de um objeto específico, e sim, apenas, o livre exercício da imaginação a partir do contato humano com o mundo externo.

O juízo-de-gosto não é, portanto, nenhum juízo de conhecimento, por consequência não é lógico, mas estético, entendendo-se por isso aquele juízo cujo fundamento de determinação não pode ser nenhum outro senão subjetivo. No juízo de gosto importa a mera representação do objeto, sem nenhum interesse pela sua existência, o que implica que em momento algum haja aí o acompanhamento de um *conceito*. Aqui a consideração totalmente *desinteressada* (BARBOZA, 2005, p. 149).

Outro elemento qualitativo presente em sua obra *A Crítica do Juízo* é a distinção que opera entre ciência, estética, moral e arte.

Os seres humanos, dizia Kant, têm inúmeros tipos diferentes de experiências e interesses. Nós procuramos compreender o mundo cientificamente. Nós nos preocupamos com o modo como nos

tratamos uns aos outros. Nós apreciamos o modo como o mundo se revela à nossa visão e à nossa audição. Cada um desses reinos tem seus próprios princípios e estruturas. Kant acreditava que “estético” se refere ao prazer (ou sofrimento) que sujeitos às vezes sentem em sua interação com o mundo. Essas respostas – os modos como sentimos – não estão no mundo, e sim no indivíduo (EATON, 2008, p. 87).

O sentido dos argumentos kantianos direciona a estética para um plano não objetivo e nem passível de entendimento mediante a aplicação de algum conceito. Este qualifica, assim, a estética no âmbito daqueles conhecimentos ligados ao livre exercício da imaginação e da sensibilidade humana a partir das representações que constrói com base em seus sentimentos. Suas idéias exerceram grande influência nas artes, direcionando formas específicas de produção, percepção e interpretação.

A importância da estética kantiana se mostra, antes de mais nada, no fato de que ela, à diferença de outras grandes estéticas clássicas e de muitas concepções posteriores na tradição delas, desiste, desde o início, de qualquer fundamentação objetiva ou material do conceito de belo; e, em consequência disso, na demarcação meramente subjetivo-formal de algo que nós poderíamos chamar de “campo de possibilidades estéticas” em geral. Essa “subjetivação da estética” não implica necessariamente na negação rigorosa da idéia de que “a obra de arte possui verdade” nem em arbitrariedade ou numa “indiferença total” perante os objetos estéticos, mas sim numa restrição incondicional no sentido de que tudo o que nos chamamos de belo nunca pode ser determinado nem por uma “verdade” nem por conceito extra ou pré-estéticos (HAMM, 1993, p. 73).

Porém, isso não significa negar a validade ou a articulação dessa categoria no processo de construção de conhecimento, apesar da apreciação da beleza de uma obra de arte não ser determinada por um conceito ou verdade, através do contato com a mesma esteticamente sentimos o sentido de verdade que ela revela. É um universal sem conceito, uma verdade que não pode ser conceituada racionalmente pela lógica do discurso filosófico-científico, apenas é sentida em sua profundidade.

Um dos principais questionamentos que se faz sobre as reflexões estéticas kantianas está vinculado ao plano arquitetônico dessas idéias dentro do sistema filosófico como um todo.

(...) aquilo que nós chamamos comumente de “estética kantiana” representa, na realidade apenas um derivado de um empreendimento filosófico muito mais ambicioso e muito mais abrangente, e se deve apenas à necessidade de consolidar filosoficamente a arquitetura de um sistema de argumentação não propriamente estético, mas teleológico transcendental (HAMM, 1993, p. 58)

A estética kantiana é referenciada por subsidiar pressupostos outros do sistema filosófico do pensador alemão, elaborando uma concepção da qual ela é apenas uma parte de seu sistema; tal forma de entendimento advém, em especial, quando ele aborda o sentido estético dos prazeres e sentimentos que a natureza provoca no ser humano.

(...) nós para podermos compreender a natureza em todas as suas formas específicas, como sistema coerente e homogêneo, precisamos “adequá-la” de certa maneira às nossas condições e possibilidades de compreensão – o que só pode ocorrer sob a condição de que nós pressupomos principalmente que ela, a natureza, especifica suas leis universais em conformidade com a forma de um sistema lógico em função do juízo. Em outras palavras nós pressupomos sempre uma organização final da natureza. E é justamente nesse momento, no da percepção ou da experiência da natureza como sistema compreensível, onde podemos localizar aquela ligação com o sentimento de prazer (HAMM, 1993, p. 66).

Vemos aí a relação cara a Kant, assim como para boa parte do pensamento científico atual, da impossibilidade da razão humana compreender toda a complexidade e dinâmica da natureza. A única forma de tentar melhor apreendê-la como um sistema coerentemente lógico é adequando esta a determinado padrão lógico em função de um juízo, o qual se relaciona, na arquitetura kantiana, a capacidade humana de compreender o sentido do gosto das coisas, por meio do sentimento de prazer que a resposta elaborada nos proporcionar enquanto entendimento da natureza.

A idéia de estética em Kant está ligada ao que ele chama de *juízo reflexionante* a partir da sensação de prazer causada no sujeito no processo de apreensão da natureza em seus aspectos teleológicos. A estética seria o *belo*, que nada mais é que o resultado da harmonia entre as diferentes formas de manifestação da natureza com as nossas leis do conhecimento criadas pela razão humana. Contudo, enquanto a razão humana produz conhecimento com fins úteis e práticos, o sentido estético da beleza é uma *finalidade sem fim*, sem qualquer utilidade prática, apenas nos dar prazer.

A beleza e o juízo estético são afirmados em sua plena autonomia tanto em relação ao conhecimento quanto em relação à prática, à moral. Como o belo satisfaz sem nenhum interesse, ele é distinto do agradável de um lado e do bom de outro, que são vinculados com interesses a se referem à faculdade do desejar. Além disso, o belo satisfaz sem conceito, e mesmo assim apraz universalmente (TERRA, 1994, p.121).

O belo, por conseguinte, quanto mais sem finalidade, mais puro e belo ele é. Tal concepção leva a uma superioridade do belo natural sobre o belo das obras de arte. Estas últimas são frutos da criação humana e visam entreter, ou no mínimo dar prazer, sendo cópias de modelos reais. Já o belo natural não tem nenhuma finalidade em si, são os homens que identifica na natureza a sua beleza. Não são cópias feitas pela mão humana, mas elementos puros em sua criação. Diante disso, Kant afirma que a beleza da natureza é superior em relação a elaborada pelo homem.

Em contrapartida à idéia de belo, surge sua perspectiva contrária, o feio ou *sublime*. Enquanto o belo se configura a partir do livre jogo da imaginação em uma relação não teleológica na qual se harmonizam a manifestação do fenomênico na natureza com as leis de nosso entendimento criadas pela razão humana, o sublime irá se caracterizar por uma “relação conflituosa da imaginação com a razão” (DUARTE, 1998, p. 97).

O belo se caracteriza a partir da relação entre o sujeito e natureza, portanto seu fundamento é externo ao indivíduo. Já o *sublime* não possui uma identidade cristalizada na natureza, é relativo apenas ao indivíduo e a forma com que esse organiza seu entendimento sobre o fenomênico a partir de uma relação de estranhamento entre o que a ele se apresenta na natureza e a ordenação do seu pensamento.

A consideração do sublime nos é de importância tendo em vista o fato de Kant designar nele a existência de um “prazer negativo” o que aponta na direção do tipo de negatividades estética que ora buscamos identificar na “Terceira Crítica”. Isso porque mesmo com as características de subjetividade transcendental estabelecidas com relação ao belo (desinteresse, ausência de conceito, universalidade, etc.) permanecendo no sublime, há uma diferença fundamental: em vez do comprazimento imediato, ocasionado lá pelo livre jogo de imaginação e entendimento, no sublime, o prazer é mediado por um prazer inicial fruto da sobrecarga da imaginação no intuito de apresentar à faculdade cognitiva algo de magnitude tal que não pode ser imediatamente dado em uma intuição sensível: Sublime, é portanto, a natureza naquelas de suas manifestações, cuja intuição leva consigo a idéia de sua infinitude. Esse pode ocorrer apenas através da própria inadequação do maior esforço de nossa imaginação na avaliação da grandeza de um objeto (DUARTE, 1998, p.95).

O sublime, portanto, é tudo aquilo que percebemos na natureza e não conseguimos estabelecer uma relação com os elementos da razão pura e prática, pois não conseguimos dar sentido ao percebido, de forma que este não nos incomoda, ou nos amedronta. É como uma tempestade terrível a afundar navios, um terremoto que arrasa

vilas inteiras, uma floresta intransponível com sua penumbra de verdes, animais ferozes e nativos selvagens.

Em Kant vemos como o contato humano com a natureza será delineado pelo sentido estético do belo e do sublime. Enquanto belo, a natureza é mais perfeita e superior àquilo que o homem copia e imita enquanto obra de arte. Como sublime, a natureza impõe à razão humana a noção de limite de sua capacidade de expressar o que o homem sente. A dubiedade da abordagem estética da natureza em Kant reforça o sentido de limites da razão humana frente ao todo natural.

Isso reverbera até hoje nas concepções estéticas com que apreciamos as obras de arte e, no nosso caso, a relação com que estabelecemos a percepção e o entendimento da natureza. Enquanto Pantanal, fica evidente, após as falas e depoimentos coletados, que a natureza pantaneira é em grande medida considerada elemento em que esteticamente a beleza se coloca como perfeita, como algo que a mão humana não conseguiria jamais criar. Contudo, diante da lógica capitalista atual, ela pode ter um sentido útil, ou seja, de exploração de sua beleza para fins econômicos da indústria do turismo. Aí concepção estética de Kant já não consegue dar mais conta.

Mas a situação torna-se ainda mais complexa quando a natureza é colocada frente as necessidades do desenvolvimento econômico, por meio do agronegócio, por exemplo. Nesse ponto, a natureza passa a ser entendida como um obstáculo para o adequado desenrolar do processo de acumulação, produção e consumo; ela passa a ser uma imperfeição para a lógica econômica. Como natureza imperfeita, inferior a obra humana, torna-se necessário fazer uso de Hegel.

2.5.2- Hegel

O pensamento de Hegel irá proporcionar novos entendimentos sobre a estética e o belo. Principalmente no que se refere à classificação da estética e do belo a partir da supremacia da razão enquanto *idéia*.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831) foi um grande conhecedor das obras de Spinoza, Kant e Rousseau, sendo um dos principais expoentes do idealismo alemão do século XIX. Suas considerações sobre estética, sistematizadas nos últimos anos de sua vida, estão no bojo das discussões sobre a própria afirmação

filosófica do movimento idealista, fato que justifica algumas dicotomias sobre a concepção de tais conceitos. De um lado, fala sobre a morte da arte, de outro a exalta com elogios face a sua participação na apreensão do real a partir do ato contemplativo.

Tal idéia está comprometida com a superação do mundo das aparências sensíveis, local de expressão estética dos objetos. Segundo as proposições hegelianas, as aparências sensíveis estavam condenadas a desaparecerem devido ao processo de superação dialética. Nesse contexto, Hegel chega a propor a “morte da arte”. No entanto, ele não nega o conceito, porém busca validar a noção estética segundo os propósitos idealistas, que segundo Bornhein (1994), em sua instância maior, chega a legitimar o próprio movimento em cena.

Está claro, então, que a discussão estética em Hegel perpassa o interior de seu próprio projeto filosófico, o qual tinha por objetivo fundamentar um caminho seguro para o processo de construção de conhecimento universal. Nesse âmbito, enquanto ponto de partida para o conhecimento, Hegel lança o termo de *saber Absoluto*, que busca promover a superação da dicotomia sujeito/objeto, antes concebida por Fichte como conhecimento só possível a partir do sujeito, ou Schelling que focava o inconsciente da natureza.

Toda fundamentação hegeliana está centrada no *Absoluto*, que se expressa ou é atingido somente pela *idéia*. O grande desafio de Hegel nesse contexto era justamente posicionar a questão da estética perante as preposições idealistas/absolutistas. Nesse momento, Hegel, por meio de elementos *genéricos*, enaltece a importância da arte. Argumentando que tudo o que existe é passível de compreensão e de ser expresso como verdade; a arte nesse aspecto dispõe de elementos nodais para tal. De acordo com Hegel, as artes atem-se ao desdobramento da verdade, pois está para além da realidade empírica. Exprime “a mais bela dimensão e a melhor recompensa para o duro trabalho na realidade e para os amargos esforços do conhecimento” (apud BORNHEIN, 1994, p.129).

A arte é então a expressão da *idéia* ou *absoluto*, e tal expressão se revela por meio dos dados sensíveis, ou seja, pela sua estética. Eis aí a concepção estética hegeliana, bem como as delimitações de seus alcances no processo de construção do conhecimento. Pois se ela é expressão do absoluto no sensível, isso significa que ela é *prehe* de verdades, mas constitui uma etapa do processo de construção do conhecimento fundada na idéia de contemplação/reflexão.

Ela, a arte, não chega a ser a expressão pura da verdade, apenas acena para tal, ou seja, é um momento do movimento dialético da idéia rumo ao absoluto, da realização total do ser no tempo, o que só se efetivará com o pleno domínio da razão e não do assiduamente sensível, como é o caso da arte.

A arte seria utilizada enquanto uma ferramenta de contemplação e reflexão posta ao serviço do pensamento ao qual seu produto não significaria meramente um conhecimento artístico em si, restrito ao meramente sensível, mas voltado para o saber da razão e do conhecimento efetivamente filosófico-científico.

O principal avanço encontrado no pensamento estético de Hegel está vinculado ao salto sobre o conceito da arte enquanto mera copiadora/imitadora da natureza. Ou seja, uma simples cópia de algo já pré-concebido na idéia. Fato esse que, se não delimitou as possibilidades de apreensão da realidade pelo viés artístico, ao menos permitiu/instigou a arte a trilhar novos rumos, como fruto da capacidade humana em criar sensivelmente novas possibilidades de leitura do mundo e da natureza.

Direcionando a questão para o plano do idealismo, ele entende que a estética não se constitui enquanto um juízo de gosto, mas sim, uma capacidade de se pensar sobre os elementos sensíveis enquanto idéia do que se é, ou consideramos, belo.

Chamamos o belo de idéia do belo. Isso deve ser entendido de forma que o próprio belo deveria ser concebido enquanto idéia numa forma determinada, enquanto ideal. Idéia, portanto, não é mais do que o conceito, a realidade do conceito e a unidade de ambas (...). De uma acusação desse tipo (de abstração), aquilo que nós designamos com a expressão idéia, está livre em qualquer aspecto, pois a idéia é pura e simplesmente concreta em si mesma, uma totalidade de determinações, e bela somente como unidade de imediata com a objetividade que lhe é adequada (HEGEL apud DUARTE, 1998, p. 99).

Nessa perspectiva, o belo constitui um conceito pré-existente na idéia humana que se faz concreto apenas nesse nível de abstração. A efetivação da verdade desse conceito acontece com base na unidade entre aquilo que se observa no plano da natureza e de suas manifestações fenomênicas com a idéia.

Configura-se aí, a partir dessa concepção do belo enquanto conceito presente na idéia, segundo Bornhein (1994), a primeira grande objeção ao pensamento kantiano. Pois isso desdobrar-se-á na questão do espírito absoluto enquanto superioridade da idéia de belo em relação ao belo natural.

Segundo a opinião corrente, a beleza criada pela arte seria muito inferior à da natureza e o maior mérito da arte residiria em aproximar as suas criações do belo natural. Se, na verdade, assim acontecesse, ficaria excluída da estética, compreendida como ciência unicamente do belo artístico, uma grande parte do domínio da arte. Mas, contra esta maneira de ver, julgamos nós poder afirmar que o belo artístico é superior ao belo natural, por ser um produto do espírito que, superior à natureza, comunica essa superioridade aos seus produtos e, por conseguinte, à arte; por isso é o belo artístico superior ao que existe na natureza. A pior das idéias que perpassa pelo espírito de um homem é melhor e mais elevada do que a mais grandiosa produção da natureza – justamente porque essa idéia participa do espírito, porque o espiritual é superior ao natural (HEGEL, 1999, p. 27).

Vivenciando um contexto filosófico que priorizava a beleza natural em detrimento às artes, Hegel irá reverter esse entendimento super-valorizando o espírito idealista.

O objeto próprio do nosso estudo é o belo artístico considerado como a única realidade adequada à idéia do belo. Até aqui temos considerado o belo natural como primeira expressão do belo. A questão que se apresenta agora é a de saber em que se difere o belo natural do belo artístico. De um modo abstrato, pode dizer-se que a idéia é o belo perfeito em si enquanto a natureza será o belo imperfeito (HEGEL, 1999, p. 158).

A estética hegeliana, portanto, herda a cisão já presente no pensamento kantiano, entre o belo artístico e belo natural. No entanto, ele inverte os papéis da superioridade da beleza estética, sendo o belo artístico, por ser uma manifestação do espírito, superior ao belo natural. Mesmo que tratando do mesmo conteúdo, a superioridade da beleza artística justifica-se pela manifestação do plano absoluto da idéia, centro original da veracidade única e imparcial do objeto de representação.

Todavia, se o belo natural e o ideal têm o mesmo conteúdo, importa observar que, num outro aspecto, a diferença entre as duas formas em que a idéia se realiza, ou seja, a diferença entre o individual natural e o individual espiritual, é também uma diferença essencial entre os conteúdos das duas formas. Trata-se, com efeito, de saber qual a forma que verdadeiramente corresponde à idéia porque só naquela que lhe corresponde verdadeiramente a idéia explícita a verídica totalidade do seu conteúdo (HEGEL, 1999, p. 159).

O belo criado pelo homem é mais perfeito, rico e superior que a beleza natural, pois é fruto do ser que constrói a história em conformidade ao movimento do espírito absoluto, da idéia perfeita da razão humana evoluir até atingir a perfeição.

A natureza, como algo ainda primitivo em relação aos níveis superiores da evolução do espírito, carrega em si todas as imperfeições da vida material. São as tragédias naturais e as resistências que o meio coloca para a evolução da humanidade. Nesse ponto, a natureza precisa ser melhorada, aprimorada pelos frutos da razão humana (tecnologia e técnicas científicas), para que suas barreiras sejam superadas e o desenvolvimento humano ocorra de forma cada vez mais precisa e sem obstáculos rumo a realização plena da história.

Percebemos, assim, como o pensamento de Hegel pode contribuir para sanar o paradoxo instaurado pela concepção kantiana de beleza natural em relação ao exemplo pantaneiro. Com Hegel, a beleza imperfeita da natureza justifica a ação humana para aprimorá-la, daí, portanto, não é mais uma questão do belo superior não ter utilidade alguma, mas sim da necessidade da ação humana aprimorar as imperfeições e barreiras naturais rumo ao pleno desenvolvimento da sociedade humana, até a realização da história no absoluto.

O Pantanal aí se torna um elemento que precisa ser manuseado pelos homens em prol da melhoria de suas potencialidades estéticas, no caso, ser adequadamente explorado pela lógica economicista do mercado capitalista ao mesmo tempo que a sua base natural se incorpora produtos e equipamentos da vida urbana.

Creemos que, com esses apontamentos quanto a concepção estética na relação com a natureza desses dois filósofos, delineamos um referencial que auxilia a entender o sentido dúbio de natureza pantaneira por parte dos habitantes e das pessoas que entram em contato com a região. É considerada bela, perfeita, paraíso natural, mas quem ali chega quer as facilidades de um mundo estranho ao Pantanal. As barreiras naturais, como as provocadas pelos períodos de cheia, ou o perigo dos animais “selvagens” e peçonhentos, assim como a “rusticidade” das condições de vida local acabam por provocar certo desconforto para os que querem uma vida moderna com todas as comodidades do mundo urbano.

Essas visões aparentemente antagônicas acabam por camuflar, ou negar, aos demais elementos, aqui já destacados, que compõem o lugar, fazendo da generalização da natureza enquanto perfeição de beleza ou como imperfeição selvagem os referenciais representacionais que uniformizam as idéias e os discursos sobre um território profundamente diferenciado e múltiplo.

2.6- A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

Vamos aqui tecer comentários sobre a concepção de educação que entendemos a mais pertinente para uma concepção de Geografia que vise a prática do pensar a diferença na relação com a teoria da multiplicidade. Como não poderia deixar de ser, a filiação desta concepção encontra-se no pensamento de Gilles Deleuze e do seu diálogo com Friedrich Nietzsche e Michel Foucault; portanto, vamos apontar algumas considerações sobre a educação a partir desses filósofos, tanto pelo que o educador da UNICAMP Silvio Gallo relaciona do pensamento deles, quanto pelo que o pesquisador Noeli C. M. Sobrinho indica em relação ao aspecto pedagógico a partir da filosofia de F. Nietzsche.

O modo com que a educação é pensada a partir dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) busca direcionar o processo de ensino-aprendizagem para fins específicos, ou seja, aqueles planejados pelo próprio Estado. A estruturação das disciplinas e a respectiva escolha dos seus conteúdos devem atender os interesses da parcela dominante da sociedade e preparar os alunos para a inserção e continuidade do projeto societário vigente. Por esse motivo, entre outros, observamos no ensino básico uma carga horária maior das disciplinas da área das exatas em relação aquelas conhecidas como ciências humanas. É a valorização do saber operacional, técnico, em detrimento aos saberes de ordem filosófica ou aqueles que buscam um sentido ou preocupação com o ser/estar no mundo.

Gallo (2008), fazendo uso da filosofia de Gilles Deleuze, analisa a questão do ensino majoritariamente praticado na educação básica e superior, e aponta que esta visa apenas reforçar nos alunos o pensar enquanto mera representação e reprodução; esta forma de pensar busca apenas as semelhanças e a generalização de respostas que não se aprofundam no modo de existência das singularidades nos locais e nem estabelece relação com os fenômenos em sua escala universal. O autor sugere que os propósitos dessa educação hegemonicamente e majoritariamente praticada sejam pensados com base em outros parâmetros.

Segundo o autor citado, as pessoas devem ser estimuladas a entender a educação enquanto um conjunto de pensamentos que implique num devir de potencialidades que afirmem a educação como acontecimento de construção da vida enquanto movimento de idéias em um sistema aberto. Por sistema aberto quer dizer não

comprometido apenas com os interesses do Estado e do projeto societário dominante. O projeto educacional articulado pelo Estado se pauta em processo linear de uma história que compromete a vida com argumentos passados para justificar o sentido lógico de evolução futura e em nada agrega, encoraja ou inspira a criação de outros sentidos à vida no presente.

Ao se aprofundar nos referenciais deleuzeanos, que não necessariamente estão focando a escola ou ensino, mas delineiam possibilidades necessárias para uma educação cravada na contingencialidade geográfica do espaço do mundo atual, Gallo (2008) aponta que uma das primeiras linhas de ataque desse filósofo está no entendimento da pedagogia tradicional que compreende a *filosofia da educação* de forma simplória enquanto apenas uma *reflexão* sobre a educação.

Na visão de Deleuze isso empobrece a filosofia e a exime de sua função primordial, *a criação de conceitos*. Essa crítica é contra a utilização da filosofia meramente como uma ferramenta de cunho teórico e reflexivo, pois a educação é um campo de atuações múltiplas, das várias ciências e artes, que tem buscado ao longo da história um discurso unitário e uniformizador para fundamentar esses diferentes saberes em busca de um propósito criado pela modernidade científica que se chama *verdade única*. Os diversos cientistas, cada qual com seus métodos e modelos teóricos, buscaram estabelecer um elo de identidade entre o conhecimento puro produzido pelo seu ramo de conhecimento com a educação.

Nessa terra caótica que é o platô Educação, loteada e povoada por metodólogos, sociólogos, filósofos, psicólogos, historiadores, cientistas políticos, além dos chamados “especialistas em educação”, grassa a opinião, que se arvora em defensora contra o caos. Estão todos à procura de novidades, estão em busca da “identidade” da Educação. Mas quanto mais prolifera a opinião, dando a ilusão que se foge do caos, mais ele nos enreda e nos lança na direção de um buraco negro, de onde já não será possível escapar. Pondo-nos a serviço da boa filosofia e da boa educação. Devemos buscar uma nova filosofia da educação, e parece-me que a inspiração deleuziana é bastante interessante. O filósofo da educação deve ser um criador de conceitos (GALLO, 2008, p. 56-57).

A filosofia da educação deve buscar fundamentos que a possibilitem atuar no plano da criação de conceitos. Cabe ao processo de ensino-aprendizagem instigar os homens a *pensarem*, não um pensamento retilíneo, previsível a partir de generalidades transcendentais e metafísicas, mas sim um pensamento que releve e dialogue com a

indiferença, com o disforme, com o singular, que se ocupe daquilo que Deleuze chama de *indiferença generalizada*.

Gallo (2008), fazendo referência ao filósofo e cientista italiano Antonio Negri, destaca que o modelo dos nossos profissionais da educação se assemelha ao por ele denominado *professor profeta*. Esse se caracteriza por tecer críticas ao mundo presente e a partir disso apresentar a possibilidade de um mundo novo, mas não vive o mundo apenas o idealiza como um futuro possível e melhor.

Em contraposição a esse perfil de professor ele sugere o *professor militante*, não comprometido necessariamente ou unicamente com um futuro ideal, mas sim “aquele que procura viver as situações e dentro dessas situações vividas produzir a possibilidade do novo” (GALLO, 2008, p. 61). Esse professor militante se encarna nos dilemas do mundo atual e as respostas que ajuda a criar são para um futuro incorporado no agora, ou seja, ele produz a possibilidade do novo no presente ao invés de se refugiar num futuro que ainda não existe.

Utilizando uma categoria chamada *Literatura menor* (GALLO, 2008) propõe que se utilize na educação algo semelhante, denominando a esta de *Educação Menor*. A idéia central desse processo seria a subversão da educação tendo ela mesma enquanto veículo desagregador em substituição ao modelo de educação atual chamado Educação Maior. Para isso, vamos esclarecer melhor como ele mesmo caracteriza e diferencia essas duas formas distintas de se organizar e conduzir a educação.

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos. Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e militância (GALLO, 2008, p. 64-65).

Para que aconteça o processo transitório da educação maior para a educação menor é preciso que haja uma desterritorialização da estrutura educacional atual. A nova forma com que a educação deve se configurar não deve estar preocupado em criar

novos modelos, métodos, caminhos para a verdade etc., nem de buscar estabelecer uma nova identidade em relação aos conhecimentos puros de cada ramo da ciência com os conteúdos tratados pela educação. Também não está na interdisciplinaridade o fim último que a educação deve chegar, o que Gallo (2008) afirma, sempre tendo Deleuze como referência, ser nosso dever buscar conexões e conexões - fazer rizomas.

Importa fazer rizoma. Viabilizar conexões e conexões; conexões sempre novas. Fazer rizoma com projetos de outros professores. Manter os projetos abertos: um rizoma não começa e nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezo (GALLO, 2008, p. 68).

O conceito de rizoma foi criado por Deleuze e Guattari no final dos anos 1970 e ele se contrapõe a visão corrente sobre a educação que a entende enquanto raiz. A analogia com o rizoma não possibilita compreender a educação em um processo de hierarquização, enquanto algo fechado que evoluiu de um processo primitivo para se realizar enquanto planta formada e acabada, como se aí atingisse a verdade última do que já estava desde o princípio pré-destinado a ser. Enquanto o processo rizomático não aponta para um destino final e acabado a partir de algo já dado em sua origem, pois o que conta são as variáveis e o surgimento, em qualquer ponto do processo, de outros meios de crescimento, novas desterritorializações e reterritorializações.

O que se tem, portanto, em todo o processo não é “um” rizoma, mas sim rizomas, ou seja, é um sistema aberto, vinculado a conexões, que busca proliferar pensamentos.

Outra noção importante criada por Félix Guattari e Gilles Deleuze sobre a perspectiva rizomática é a transversalidade, pois seria esse eixo que permitiria a transição entre diferentes saberes, estabelecendo conexões de possibilidades múltiplas entre eles. Gallo (2008) afirma que essa idéia pensada com base na educação traria uma série de mudanças em seu processo estrutural. Seria a superação do tradicional modelo vertical e hierárquico pautado no compartimentalização e especialização dos saberes para uma nova forma na qual essas diferentes áreas do conhecimento seriam abertas e trariam as possibilidades dos pesquisadores, professores e alunos dialogarem e criarem referenciais de conhecimento a partir do contato entre os ramos do saber.

É importante destacar que as mudanças propostas para a educação não necessitam apenas de uma nova visão sobre a sua filosofia, mas é necessário também que se opere uma nova visão/idéia sobre as instituições de ensino, a começar pela

escola. Na idéia de Gallo (2008) a educação é uma atividade de controle social, e isso significa que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo” (FOUCAULT, 1971, p. 12).

Os mesmos autores entendem a escola como um lugar de prisão, onde sua organização está voltada para a vigilância e controle, comparando os alunos a prisioneiros. Gallo (2008), citando Foucault, também faz críticas ao que o filósofo francês chama de disciplinarização, argumentando que a divisão dos diferentes saberes em especializações fragmentadas de disciplinas facilita o acesso ao conteúdo do conhecimento científico. Porém, coloca em desconfiança essa facilidade, denominada pela pedagogia moderna de processo ensino/aprendizagem, pois nada garante que os resultados serão atingidos, pelo fato do planejamento da organização disciplinar não compreender o contingencial das múltiplas diferenças que ocorrem no cotidiano escolar. A multiplicidade diferencial é a grande riqueza do espaço escolar, mas geralmente é combatida pela concepção disciplinar das ciências que abordam a questão do ensino/aprendizagem.

Devemos desconfiar da certeza fácil de que aquilo que ensinado é aprendido. Ou de que aquilo que é transmitido é assimilado. (...) a aprendizagem é um processo sobre o qual não se pode exercer absoluto controle. Podemos planejar, podemos executar tudo de acordo com o planejado, tomando todos os cuidados imagináveis, mas sempre algo poderá fugir do controle, escapar por entre as bordas, trazendo à luz um resultado insuspeitado, inimaginável. Aí se encontra, em minha maneira de ver, a beleza do processo educativo: agimos, sem nunca saber qual será o resultado de nossas ações (GALLO, 2008, p. 84).

A pedagogia tradicional sempre buscou a superação da falta de previsões ou resultados que se deve esperar da educação. Os moldes nos quais a pedagogia buscou se adequar para atender às exigências da ciência moderna fizeram da prática educativa um processo linear, que tem na tradição da metafísica moderna seu fundamento teórico e na prática da repetição das informações a garantia de uma aprendizagem sem crítica ou criação de tensões. A didática, nessa concepção de educação, visa estimular a aprendizagem por meio de modelos conceituais já previamente definidos como corretos, portanto, não há espaço para o diferenciado ou que ostente o lócus da criação de sentidos outros. Para garantir uma maior segurança ao processo educativo, ou atingir os resultados previstos no processo de ensino/aprendizagem, muitos professores adotam

métodos/modelos acreditando estarem menos propícios ao erro e aos desvios do pensamento, para assim atender os pressupostos avaliativos esperados.

Pode até haver métodos para ensinar (eles pelo menos servem para tranquilizar as consciências perturbadas dos professores) mas não há métodos para aprender. O método é uma máquina de controle, mas a aprendizagem está para além de qualquer controle; a aprendizagem escapa, sempre. O aprendizado não poder ser circunscrito nos limites de uma aula, da audição de uma conferência, da leitura de um livro; ele ultrapassa todas essas fronteiras, rasga os mapas e pode instaurar múltiplas possibilidades (GALLO, 2008, P. 85).

Mais uma vez percebemos a relação de Deleuze com algumas idéias de Foucault sobre a sociedade. O modelo da educação tradicional faz parte, juntamente com outras instituições, daquilo que Foucault chama de espaço fechado. Compara a escola a outras instituições como a família, a fábrica, o hospital e até mesmo a prisão, argumentando que todas elas têm em comum o favorecimento do controle sobre a população e seus grandes grupos sociais.

Enfim, esses problemas vividos pela educação são reflexos do projeto societário dominante e das concepções modernas de mundo, vida, ética, moral e ciência. Nesse sentido, temos na educação uma forte influência dos valores culturais de nossa sociedade, aos quais pensadores como Nietzsche já alertava para os possíveis perigos e armadilhas que essa educação poderia trazer para as pessoas.

Nietzsche estabeleceu uma série de qualitativos sobre temas que permeiam a educação, a cultura, a filosofia, a ciência, a moral, entre outros, sempre mostrando um profundo descontentamento com as chamadas “idéias modernas”, como, por exemplo, a concepção de ciência voltada para o entendimento do mundo e do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Ele via na cultura e nos valores da modernidade o coroamento da mediocridade e da barbárie, cujo efeito na esfera da educação acabava por conservar os estudantes na ignorância das questões filosóficas ligadas ao sentido da existência e por alimentar neles os valores da adequação, da integração e do conformismo (SOBRINHO, 2003, p. 8).

Nietzsche condenava a elite intelectual e os professores de seu período que eram conhecidos como eruditos. Esses homens foram acusados por ele de utilizar seus ensinamentos em favor da submissão ética e moral de seus alunos em relação a uma

série de valores externos vivenciados na Europa do final do século XIX e início do século XX.

A assimilação da produção cultural à produção industrial, ou seja, a cultura como determinada por critérios ditados pela economia política, isto é, a cultura a serviço da economia política; a divisão do trabalho encontrada na indústria refletida na divisão do trabalho nas ciências e, por conseguinte, na distribuição das disciplinas acadêmicas nos estabelecimentos de ensino, ou seja, a cultura especializada e estreita do erudito, junto com a ausência de uma visão filosófica de conjunto, como ingrediente generalizado nos processos pedagógicos; a vulgarização, mediocrização e degradação do pensamento através da disseminação da cultura jornalística nas instituições acadêmicas, quer dizer, uma cultura que abandona o ensino da reflexão filosófica; enfim, o atrelamento da cultura e das atividades pedagógicas ao Estado e a economia, ou seja, à cultura oficial e utilitária (SOBRINHO, 2003, p. 9).

A educação não pode ser tratada como uma questão meramente burocrática como é entendida pelo Estado. O resultado disso não pode ser outro a não ser a criação de homens comuns que buscam o sentido para a vida e para a felicidade em questões pragmáticas como, por exemplo, trabalho, dinheiro e seus inúmeros bens de consumo que este pode proporcionar. Outro alvo das duras críticas de Nietzsche é a organização das ciências a partir de especializações estanques e fechadas em si, que não conseguem sequer um diálogo entre suas próprias subáreas. Na visão do pensador alemão isso traz perdas significativas à educação, pois dá origem ao que ele denomina “pseudocultura”, a qual também direciona a formação do aluno para a barbárie.

[...] a cultura não pode se reproduzir e crescer quando a educação está orientada para uma profissão, uma carreira, uma função, um cargo, quando é movido pelo “espírito utilitário”, quando é verificada através de exames obrigatórios e integradores, quando é extensiva e universalizada; mas esta é, no entanto, a verdadeira face da cultura da modernidade tardia vivida na Alemanha, tal como ele a via (SOBRINHO, 2003, P. 11).

A falta da visão de conjunto, mais totalizante e abrangente, é um dos principais pontos criticados nessa perspectiva de educação. Sobrinho (2003) destaca que Nietzsche acreditava ser a filosofia a grande redentora da barbárie a qual a pedagogia tradicional está fadada. Somente ela poderia dar essa unidade, essa visão universal e integradora para processo de ensino/aprendizagem.

O tema central que permeia o discurso de Nietzsche sobre a educação é o descompromisso da pedagogia tradicional com relação aos problemas de ordem

existencialista que relevem questões sobre a vida do homem em suas diferentes manifestações e sentidos. As escolas não apresentam esse compromisso e muito menos com a cultura. Pois, o que se observa é uma forte influência do Estado na elaboração dessa cultura, de seus valores e da identidade de seu povo. Os professores e os homens de ciência estão mais preocupados com a busca da verdade do que com qualquer outro elemento qualitativo ou questionador da ordem. Nietzsche os considera como inconscientes, irrefletidos, arrogantes e superficiais.

Para Nietzsche, o homem de ciência, que dizer, o erudito, é um paradoxo, na medida em que, embora movido por um exacerbado “instinto de conhecimento” e pela pressa do conhecimento, ele não chega a alcançar uma visão abrangente e real a respeito da vida e do mundo, não pode enxergar o quão terríveis e problemáticos eles são, pois ele quer a todo custo a certeza e a verdade (SOBRINHO, 2003, p. 23).

A educação deve estar estruturada em outros valores qualitativos, nos quais não se pratique o autocultivo dos valores da sociedade moderna, de um saber técnico voltado para uma vida utilitarista e consumista. O que se deve buscar é uma educação que valorize a diferença e não seja direcionada para a regra ou à uniformidade generalizada.

Do ponto de vista do processo pedagógico, isto é, do ponto de vista estrito da relação ensino/aprendizagem, Nietzsche afirma que a tarefa educativa consiste não somente em suscitar determinadas representações na consciência dos alunos, mas sobretudo fazer que eles persigam a sua decifração, consiste em fazer que eles vejam e compreendam o que se oculta nos “fantasmas” das suas representações, pois a educação é até certo ponto uma tarefa do intelecto e encontra aí o seu limite (SOBRINHO, 2003, p. 25).

Outro ponto muito criticado pelo pensador alemão é a valorização excessiva de estudos históricos na educação dos jovens. A educação, na sua perspectiva, deve ser repensada e ter por objetivo possibilitar outros modelos de sociedade, ancorada em novos valores e com a criação de outros sentidos estéticos, filosóficos, éticos e culturais, buscando, assim, direcionar o jovem para uma cultura elevada, na busca do que ele chama de espírito livre.

Advogando uma educação estética, quer dizer uma educação que manda cultivar a sensibilidade no sentido da criação de uma humanidade superior, para além da sensibilidade animal, uma educação que joga com a exemplaridade do educador e com a

disponibilidade de educando, uma educação enfim na qual os filósofos e os artistas são os verdadeiros educadores (SOBRINHO, 2003, p. 37).

A visão do pensador alemão, portanto, vai ao encontro dos referenciais indicados por Gallo quanto ao pensamento de Deleuze e Foucault sobre a crítica a escola atual e da necessidade de buscar alternativas a essa educação que prioriza os referenciais economicistas, mercadológicos e políticos institucionais atualmente em vigor, garantindo assim o exercício do poder e status social vigente.

A educação e a cultura não devem ignorar o sentido existencialista do homem no mundo, pelo contrário, deveria dialogar com ela, proporcionar condições de exercícios reflexivos sobre o seu povo, sua sociedade, para que novos valores possam emergir sobre o atual estágio de desenvolvimento humano. A vida em suas diversas formas de organização social deve possibilitar outras significações, revelando as singularidades e sentidos experimentados pelas diferentes formas de condições para os quais o exercício da vida condiciona e sensibiliza o ato existencial humano em sua relação com o mundo.

Vimos assim, portanto, que as potencialidades virtuais de uma nova concepção de escola e de educação já foram esboçadas por pensadores e filósofos que, desde o final do século XIX, focam na crítica ao modelo institucionalizado pelos diversos Estados-Nações, não importando aí a orientação política ou o referencial teórico e pedagógico assumido. Essa educação para o adestramento, no dizer de Nietzsche, visa formas cada vez mais sutis de incorporação e reprodução molar do poder uniformizador do pensamento, dos valores e práticas da vida tecnoindustrial, como indica Foucault, e reforça a concepção de se ler o mundo como mera reprodução de respostas a priori já estipuladas em seus processos arbóreos de verdades únicas e generalizantes, como pontuou Deleuze.

Romper com isso é instaurar a “máquina de guerra” contra as forças de igualação do não igual, contra essas práticas e pensamentos que negam a vida em sua multiplicidade de acontecimentos. Lutar e resistir contra essa visão determinista de uma necessidade histórica que condiciona o tempo numa sequência vetorial única e possibilitar a contingência espacial de uma Geografia instauradora de outras possibilidades.

Esse é um desafio que não se restringe ao interior da escola, mas envolve os valores mais caros para a sociedade atual, permeia os discursos científicos, filosóficos e artísticos, e desemboca na luta contra o poder da máquina de homogeneização que é o discurso midiático.

2.7- A QUESTÃO DA MÍDIA

É fato hoje que a mídia, em suas mais diversas formas de expressão, seja ela impressa, televisiva, virtual, ou outra, exerce um papel fundamental na difusão de informações e na elaboração do imaginário social. As pessoas entram em contato com os anúncios, propagandas, informações jornalísticas, ficções de entretenimento e demais mecanismos de contato e comunicação que a indústria midiática utiliza em suas mais diferentes linguagens de expressão, e acabam sendo influenciadas consciente ou inconscientemente pelo que ouvem, lêem e vêem. Conforme a disposição do sujeito que entra em contato com o enunciado midiático, o grau de influência da mesma levará a diferentes maneiras das pessoas interpretarem e estabelecerem sentidos para o mundo. O produto ou materialidade desse fenômeno midiático é passível de muitas críticas e dualidade de compreensão, por isso:

Aos que se interessam pela análise da produção midiática só resta enfrentar as inúmeras dificuldades decorrentes da insuficiência e inadequação do aspecto teórico-metodológico à complexa e hibridação que caracterizam os aspectos midiáticos (DUARTE, 2000, p. 23).

O conteúdo dos textos midiáticos expressos pelas suas diferentes formas de linguagem, sejam elas fílmica, televisiva, videográfica, sonora, impressa etc., é produzido com a finalidade de convencer as pessoas sobre seus produtos ou demais elementos a que se propõem apresentar. Os elementos constituidores de suas mensagens apresentam-se como imposições significativas que na maioria das vezes são tomados como verdades, compondo boa parte dos valores morais e estéticos das pessoas e formando uma idéia majoritária e amplamente difundida sobre determinado fenômeno. Esse processo torna-se comprometedor da realidade, pois sua representação sempre é parcial, de acordo com os interesses e valores que estão em jogo, estabelecendo sentidos

muitas vezes únicos e que impossibilitam outras formas de representação e significação dos seus elementos representados.

Normalmente, o conteúdo dos textos midiáticos – fílmicos, televisivos, videográficos – expressa-se simultaneamente através de diferentes linguagens. De um lado tem-se a plástica da imagem – estilo de cenário, vestuário, maquiagem, iluminação, enquadramento e, mesmo modos de interpretação. De outro, corte em cenas, planos, justaposição de cenas em movimento, montagens e edição (...). Todos esses elementos estruturam-se em função do modo de contar a narrativa, adequando-se às estratégias discursivas e mecanismos expressivos, selecionados e apropriados à mídia empregada, que dispõem de todo um arsenal de procedimentos para impor ao receptor sua interpretação dos acontecimentos representados (DUARTE, 2000, p. 24).

A maior parte da produção midiática é voltada para a comunicação em massa e suas prioridades visam atender, em grande medida, aos interesses econômicos e políticos hegemônicos, notadamente por meio de retorno financeiro, mas outros benefícios simbólicos também são bem vindos, como, por exemplo, os ganhos políticos e ideológicos dos discursos e práticas do atual processo de globalização econômica.

O mundo contemporâneo vive uma forte tendência à globalização econômica, sustentada em grande parte pelo poder de penetração das mídias. Ora, a globalização econômica visa, naturalmente, à maximização dos lucros e à exclusão das diversidades em favor de uma essência totalitária: sua lógica é mercantilista, seus produtos, mercadoria. Nessa perspectiva, a mídia e os fenômenos que se representam em seu meio – os textos midiáticos -, bem como a ordem lógica, formal, emocional, ou moral que encerram estão articulados num universo próprio, industrialmente construído, mundo-mercadoria, que, como qualquer outro produto acabado, é oferecido ao mercado global, cuja dimensão fundamental reside no seu valor ontológico de princípio gerador do real (DUARTE, 2000, p. 24).

Existe um processo de contextualização entre a produção do enunciado feito pela mídia, com todo o jogo de interesses políticos e econômicos que norteia essa indústria e seus centros difusores. Tais enunciados trazem expressos em suas diversas formas de linguagens uma série de valores e ideologias pré-estabelecidos sobre como ele deve ser compreendido pelos seus receptores. Isso implica na construção de uma idéia majoritária que, em muitos casos, apresenta-se e/ou é tomada como verdade social sobre determinado fato ou fenômeno, impossibilitando assim outras formas de representação sejam consideradas nesse processo de significação do mundo.

Em primeiro lugar, o processo comunicativo, feito a partir da mídia, pauta-se por uma dissociação entre o momento e o lugar da produção e aquele da recepção. Mesmo que os indivíduos interajam uns com os outros, eles não partilham o mesmo ambiente espaço-temporal. Nesse sentido se pode dizer que o uso dos meios de comunicação provoca novas formas de interação (no espaço e no tempo), diferentes das interações face a face. É uma interação não dialógica, normalmente não recíproca entre sujeitos e distinta no tempo e no espaço (CASTRO, 2000, p. 10).

A indústria da comunicação de massa (rádio, TV, internet, filmes, entre outros) não gera apenas uma tendência à uniformidade de entendimento sobre suas representações, como também proporciona novas formas de leitura, compreensão e experiência do mundo, pois a difusão de suas informações em larga escala proporciona uma nova lógica de referências nunca antes experimentada pela humanidade nessas dimensões. Transcendendo ao nível do local, as identificações das pessoas estão em interação com uma nova perspectiva de tempo e espaço, que cobram do discurso geográfico uma nova leitura desses sentidos do viver humano no mundo.

Cinema, vídeo, televisão, computação gráfica colocam em jogo simultaneamente diferentes sistemas de representação, diferentes linguagens na produção de seus textos, pois os meios técnicos não são apenas meios para criar imagens ou sons de um mundo específico; propõem, isto sim, verdadeiros modelos morfogênicos dos quais decorrem suas propriedades lógicas, provocando não só o surgimento de novas gramáticas, mas com elas afetando as próprias condições de exercício do pensamento, da percepção e interpretação do mundo (DUARTE, 2000, p. 36).

O conteúdo das representações cinematográficas, fílmicas, televisivas ou aquelas resultantes da computação gráfica implicam em novas formas de exercício do pensamento humano. Fazendo com que os indivíduos entrem em novos níveis de abstração de pensamento em sua relação com o mundo, o que acaba “afetando suas próprias condições de exercício do pensamento, da percepção e interpretação do mundo” (DUARTE, 2000, p. 36). A mídia influencia nos referenciais que as pessoas constroem em sua relação com o mundo, estabelecendo uma ordem significativa que implica diretamente no sentido de vida e de mundo vivenciado pela sociedade vigente, em uma relação direta com seus valores, cultura, educação, costumes etc.

Independente das mídias serem ou não trabalhadas diretamente nas escolas, não é possível ignorar o fato de que os alunos, os professores, pais etc. estejam estabelecendo algum tipo de contato com algum ou vários veículos midiáticos. Nesse

sentido, fazer a análise do discurso produzido pela mídia sobre o Pantanal é um item necessário para que possamos melhor estabelecer os parâmetros com os quais os professores, e conseqüentemente os alunos, apresentam os referenciais de leitura e entendimento do mesmo. Pois, é partir desse jogo de significações de linguagens entre os diversos meios midiáticos e sua interação com os livros didáticos que teremos a construção da idéia majoritária que se constrói sobre imaginário pantaneiro.

3. PARTE EMPÍRICA

As categorias de estética e natureza são notórias e fundamentais para a leitura e interpretação do Pantanal, tanto pelo discurso midiático quanto pelo científico presente e difundido nos livros didáticos. Esta parte da pesquisa de campo, como já indicado, visou levantar as características gerais dos discursos presentes nos Livros Didáticos, falas dos professores e mídia jornalística eletrônica. Aqui vamos descrever cada uma dessas instâncias para tentar estabelecer aproximações.

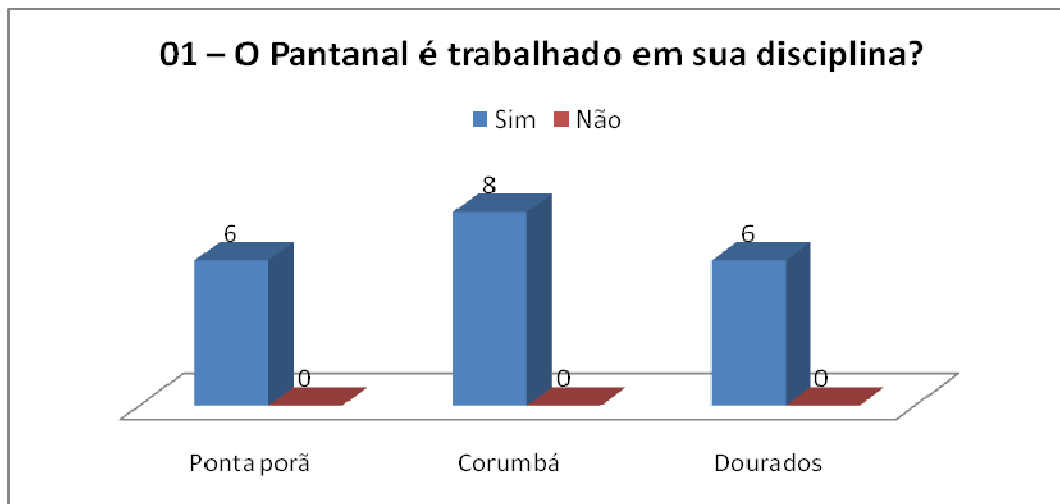
3.1- ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Para fazer uma amostragem que permitisse exemplificar nossas considerações sobre o sentido majoritário de como a natureza pantaneira é vista, optamos aplicar um questionário (anexo I) em alguns professores de Geografia como forma de melhor subsidiar nossa análise. Ao todo foram aplicados questionários à 20 professores de 16 escolas públicas e privadas em 03 cidades do estado do Mato Grosso do Sul (Ponta Porã, Dourados e Corumbá). A escolha das cidades teve por base os seguintes motivos: Dourados, por ser a segunda maior cidade desse estado e ser a sede de Programa de Mestrado em Geografia da UFGD, ao qual essa pesquisa está vinculada. Corumbá, leva o título de capital do Pantanal e também é maior e mais populosa – entre as ditas pantaneiras; e Ponta Porã, pelo fato de ser a cidade em que resido e trabalho no Ensino Médio na rede pública estadual há quatro anos.

A escolha das escolas (anexo II) se deu atendendo o critério de diversidade cultural e econômica da clientela atendida em cada cidade, ou seja, de preferencialmente uma escola que atendesse uma população mais carente e outra voltada mais às classes médias. Nosso objetivo, como já arrolamos anteriormente, nunca foi o de fazer um inventário da opinião dos professores, por isso não nos preocupamos em fazer uma amostragem estatisticamente correta em relação ao universo de professores de Geografia do Estado. Nossa intenção era detectar aspectos comuns nos vários questionários para estabelecer a relação destes com os discursos midiáticos, de forma que a qualidade que resultasse desses enunciados sustentasse o sentido de nossas análises – a potencialidade de se criar outros sentidos para o conceito de natureza no interior da linguagem geográfica.

Nosso procedimento aqui será relatar o resultado de cada questão e posteriormente sistematizar uma rápida análise sobre o conjunto das mesmas. A primeira questão visava saber se o Pantanal é trabalhado no interior da disciplina.

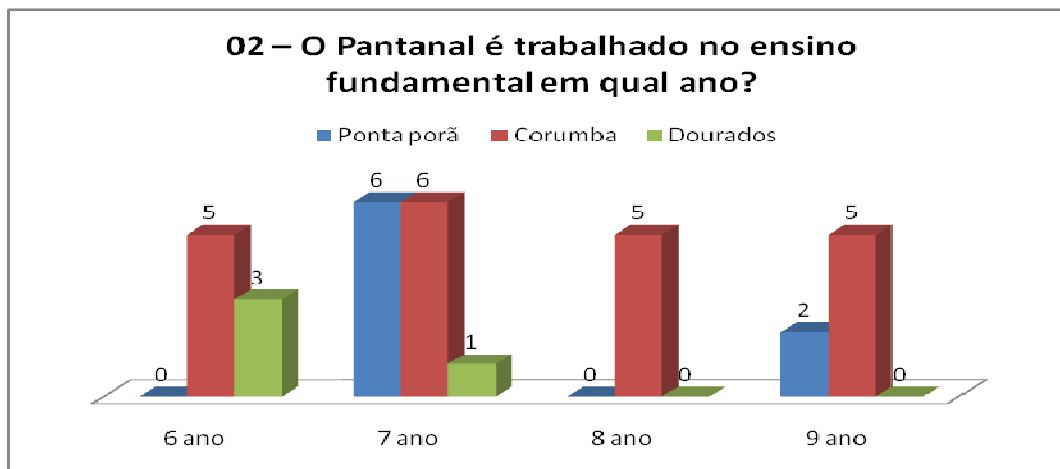
Gráfico 01



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

Com unanimidade as respostas dos questionários são de forma afirmativa. As únicas variáveis apresentadas dizem respeito às respectivas séries em que essa temática é abordada, isso já nos direciona para a próxima questão: **O Pantanal é trabalhado no ensino fundamental em qual ano?**

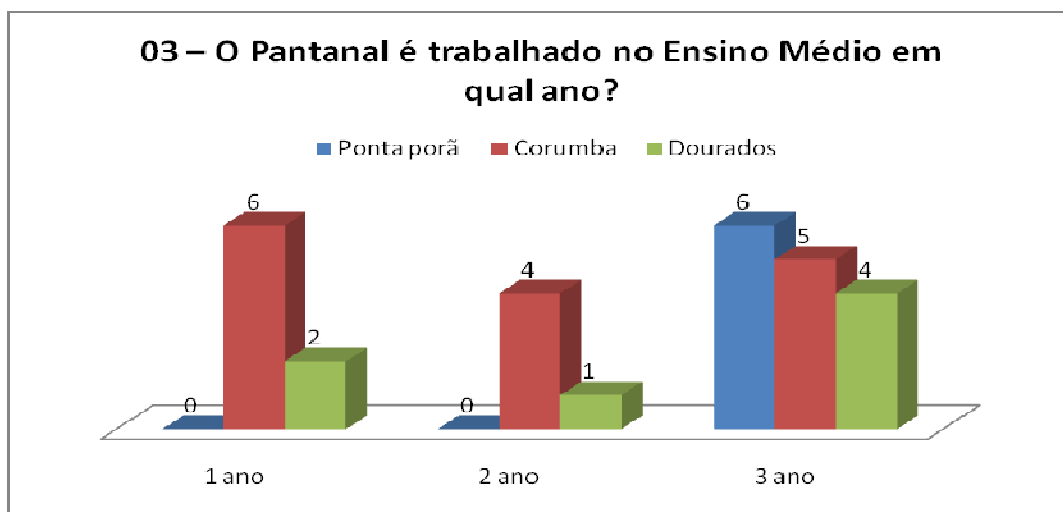
Gráfico 02



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

É importante ressaltar que o conteúdo sobre o pantanal é trabalhado em todos os anos do Ensino Fundamental. Porém, existe uma preponderância do 7º Ano nas cidades de Ponta Porã e Corumbá, sendo que no município de Dourados esse conteúdo é mais trabalhado no 6º Ano. Outro ponto a ser destacado é que em Corumbá, essa temática também permeia com pouca diferença quantitativa os outros anos do Ensino Fundamental. Portanto, observamos até esse momento que nesse município pantaneiro é dado mais ênfase ao conteúdo “Pantanal”, em relação aqueles que se localizam fora de seus limites políticos e físicos. A pergunta que segue - **“O Pantanal é trabalhado no Ensino Médio em qual ano?”**

Gráfico 03

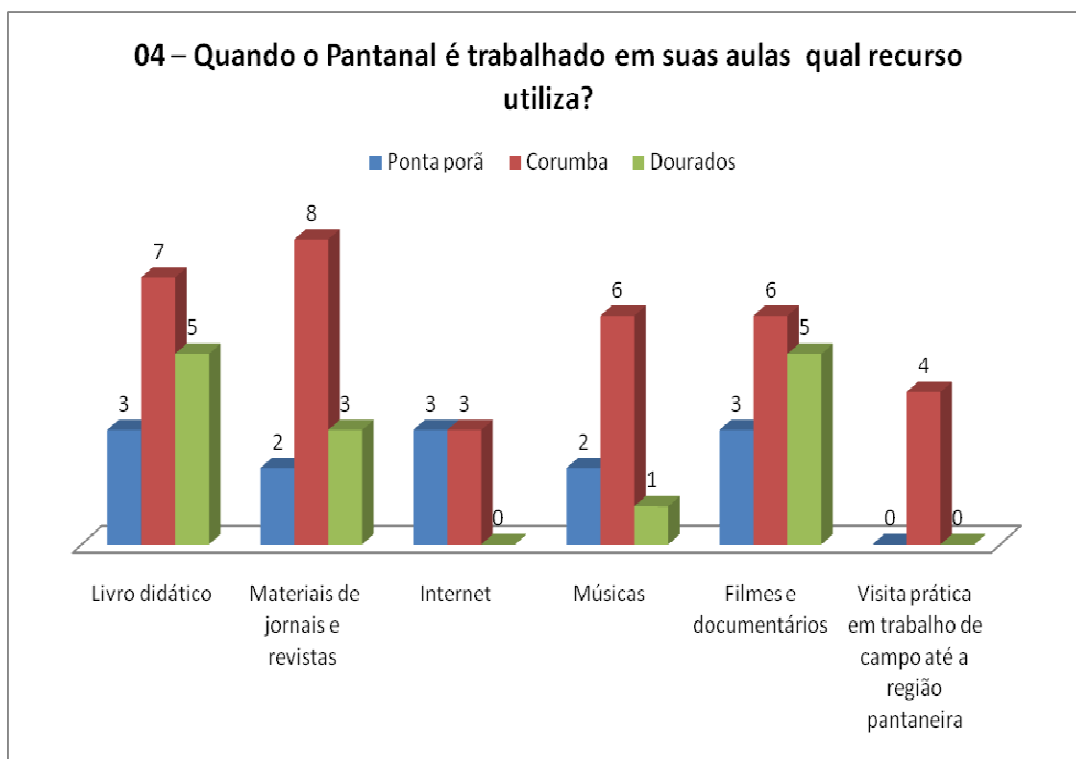


Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

É uma tentativa de compreender a atenção e importância que esse assunto recebe nos três anos que compreendem a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio. Novamente tivemos divergências entre o município pantaneiro com os de Ponta Porã e Dourados. Em Corumbá, o Pantanal é trabalhado em todas as séries, sendo mais focado no 1º ano. Já nos outros dois municípios o Pantanal só é abordado no último ano do Ensino Básico dentro do contexto da Geografia do Mato Grosso do Sul a partir das definições dos referenciais curriculares da secretaria do Estado de Educação.

A questão seguinte já visava saber como o professor trabalha o conteúdo Pantanal a partir dos recursos didáticos que emprega. **Quando o Pantanal é trabalhado em suas aulas, qual recurso utiliza?**

Gráfico 04



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

Por meio dessa questão, buscamos melhor compreender quais são os principais instrumentos de linguagem utilizados pelos professores em suas aulas. Entre os professores de Ponta Porã prevaleceu a utilização do livro didático e a internet como fonte de complementação e ilustração para as aulas. Em Dourados os professores também se referenciam mais pelo livro didático, porém o segundo instrumento de apoio são filmes/documentários e nenhuma referência a internet. Já em Corumbá, todos os quesitos que dispomos como opções foram indicados e o principal instrumento utilizado nessa cidade são matérias de jornais e revistas.

Na cidade de Corumbá, os professores também destacaram a utilização de músicas que falam sobre esse conteúdo e as canções mais utilizadas são as do cantor e compositor pantaneiro Almir Sater. Em músicas como “Trem do Pantanal”⁷ de Paulo Simões e Geraldo Roça, observamos que os trilhos representam uma metáfora do

⁷ Importante destacar que embora a música de título “Trem do Pantanal” esteja sendo utilizada em para o ensino em aulas de Geografia por alguns professores de Corumbá para fins de caracterização e identidade regional, é fato que a mesma expressa na interpretação de sua letra um sentido de fuga de alguém que vivenciou um momento histórico de Ditadura Militar seguido perseguição política e cultural.

desenvolvimento chegando ao Pantanal, lugar ao qual o autor se reporta como dono de uma grande calma, onde deixou muita saudade em sua família rumo à Santa Cruz de La Sierra.

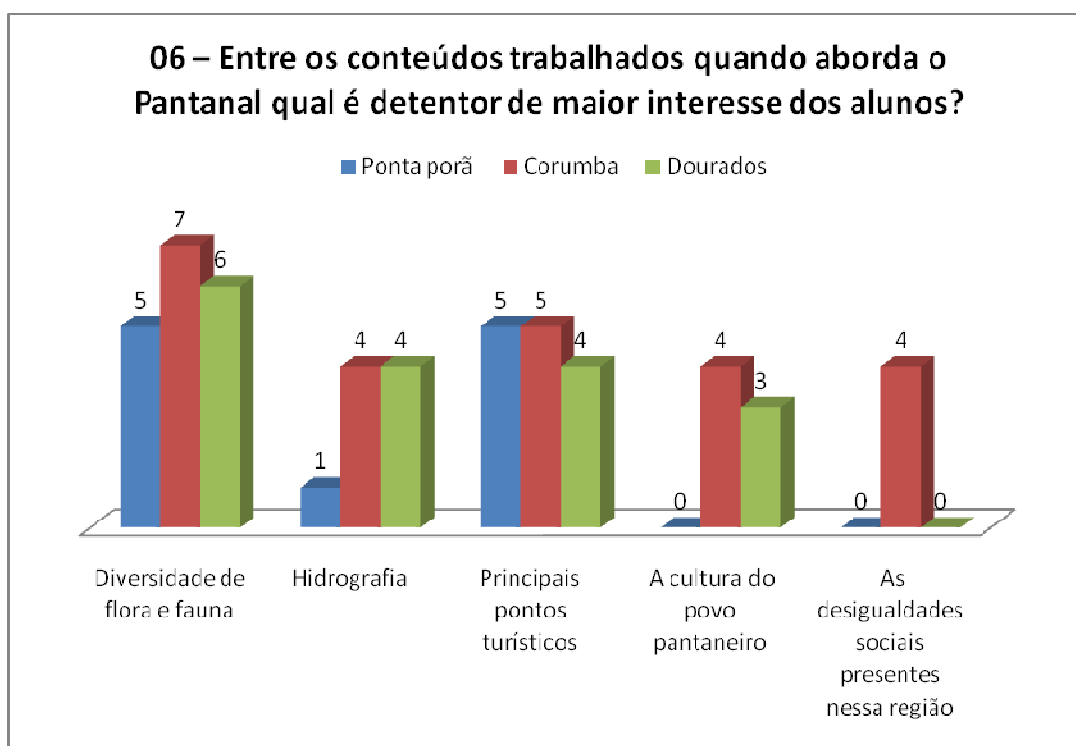
No município de Ponta Porã, a informação que mais nos chama atenção é a forte presença da internet no auxílio para trabalhar com essa temática. Por argumentarem que o livro didático de Geografia adotado pelo Estado discutir pouco ou quase nada sobre o Pantanal, eles buscam nesse meio de comunicação uma complementação para as suas aulas. Os professores destacam que normalmente a prática de trabalho na internet consiste em pesquisa na web seguida de apresentação em sala. Chamam atenção para o fato de que as aulas se tornam muito atrativas e repletas de imagens que enfatizam a beleza desse lugar.

O que há de mais marcante em todas as escolas analisadas é o papel destacado do Livro Didático como o recurso mais presente em todas as cidades.

Livros didáticos adotados pelos professores. O objetivo maior dessa questão era verificar se o Pantanal é trabalhado nos livros didáticos e de que forma isso é feito. A partir dessa análise evidenciamos que as escolas particulares trabalham com material apostilado, próprio e vinculado as redes de ensino com o Anglo e Positivo, o qual é montado em áreas metropolitanas longe da região pantaneira, não deve tratar a especificidade do Pantanal. Já nas escolas públicas os professores destacam os livros didáticos que escolheram para trabalhar durante o ano letivo. Os livros não são os mesmos nem no nível estadual, entre as cidades por nós escolhidas para esse estudo, ou mesmo dentro dos próprios municípios. Conforme podemos observar no (anexo III).

A questão seguinte foi pensada na direção de identificar, a partir da percepção do professor, que dentre **os conteúdos trabalhados quando aborda o Pantanal, qual é detentor de maior interesse dos alunos?**

Gráfico 05



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

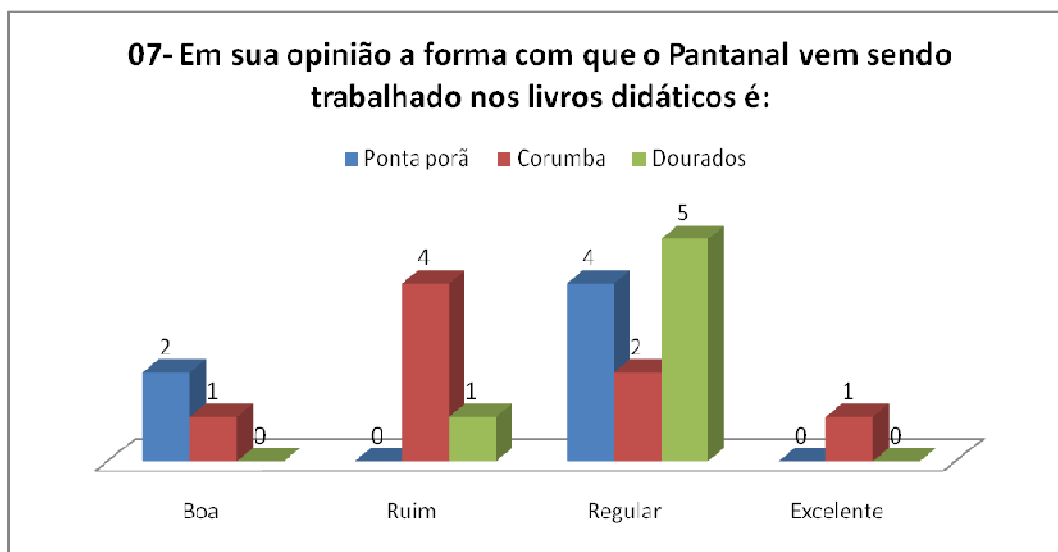
Aqui, a maioria das respostas nas três cidades foi “Diversidade de flora e fauna” e “Principais pontos turísticos”. Os professores destacam que a identificação dos alunos com o Pantanal acontece pelo atrativo de sua grande biodiversidade de flora e fauna. Pelos aspectos selvagens representados pelas figuras de alguns animais como a onça pintada, as piranhas e a cobra sucuri. O segundo tema mais destacado são os pontos turísticos do Pantanal, principalmente os relacionados com a beleza natural que, por meio de fotos e pequenos documentários atraem muito a atenção dos alunos. Outro ponto de interesse dos alunos destacado pelos professores, não pelas perguntas do questionário, mas em conversas paralelas sobre este, são as cheias do rio Paraguai, que modificam a paisagem do local em épocas de chuvas e requerem um reordenamento das atividades praticadas nesses locais, como, por exemplo, o deslocamento do gado para outras regiões.

Nas cidades de Dourados e Ponta Porã a alternativa do questionário referente aos conteúdos trabalhados “As desigualdades sociais presentes nessa região” não foi assinalada nem uma vez se quer. Os professores argumentaram que essa questão

não chama atenção dos alunos e que os alunos compreendem o Pantanal na perspectiva da natureza e que essas questões sociais não necessariamente dizem respeito à esse conteúdo programático. Também destacando que os próprios livros didáticos não fazem alusões a essas problemáticas, e sistematizam o Pantanal a partir de informações ligadas ao seu entendimento enquanto o mais rico e diversificado complexo natural brasileiro.

A sétima questão já pedia uma visão crítica do professor em relação à **forma com que o Pantanal vem sendo trabalhado nos livros didáticos.**

Gráfico 06



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

Nessa questão, tivemos diferenças mais acentuadas entre os professores das cidades. Em Dourados e Ponta Porã os professores compreenderam que a atual forma com que se trabalha o Pantanal nos livros didáticos é regular em comparação com o município pantaneiro de Corumbá, onde a maior parte dos professores compreende que a atual abordagem do Pantanal é “ruim”, mesmo que em alguns casos particulares essa mesma classificação tenha sido “boa” e “excelente”. Tal postura em Corumbá se deve provavelmente a prática de trabalho de campo, que enriquece muito os conteúdos trabalhados e apresenta a fragilidade de como o mesmo é tratado nos Livros Didáticos, geralmente simplistas e superficiais, pois são elaborados em outras regiões distantes do Pantanal. Já em Ponta Porã o contato com o tema se dá majoritariamente pelo livro didático e pela internet, que vem reforçar o que o livro indica. Enquanto que em

Dourados é Livro Didático e o uso de filmes que tendem a complementar as imagens e informações presentes no Livro.

A questão seguinte pedia para o professor definir **o que é o Pantanal?** Apresentaremos algumas das respostas que mais se destacaram por cidade para que mais adiante no trabalho, isso facilite o cruzamento e interpretação das respostas.

Ponta Porã

Entre as várias respostas, os elementos mais presentes nas mesmas configuram a definição do Pantanal como “A maior planície inundável do mundo”; “Lugar de rara beleza e diversidade de flora e fauna”; “Local de maior exuberância de flora e fauna do Brasil” e “Pantanal é uma região com grande biodiversidade no Brasil, sendo considerada como um complexo, pois em um único domínio encontramos espécies de fauna e flora encontradas em todo território brasileiro”.

Também encontramos uma forte ênfase em sua grande diversidade de flora e fauna e das cheias provocadas pelo rio Paraguai. Os qualitativos “maior”, “rara beleza”. “maior exuberância” são utilizados com frequência para a designação e definição desse objeto de estudo.

Dourados

Abordando as respostas dos professores de Dourados, temos um primeiro diferencial com relação à primeira cidade analisada. Apesar de algumas respostas indicarem “Espaço natural sem interferência humana”, outras respostas começam agregar a relação com o agente humano no processo de constituição desta territorialidade. “Um complexo de biodiversidade onde se destaca a rica flora e fauna, possibilitando ainda riquezas outras provenientes da economia turística e resultado de uma pecuária de corte”. Uma visão que não rompe com a idéia anterior observada na cidade de Ponta Porã, porém agregando ao seu entendimento a atividade turística, o Pantanal é interpretado também com alusões à atividade pecuária. “Espaço natural com diversidades de flora e fauna, que fornece a parceria do homem e a natureza”. “Ecossistema único de grande importância para a humanidade”. Aqui pela primeira vez temos a presença do elemento humano na definição daquilo que seja o Pantanal para o professor. Uma visão em que o peso da ordem natural paradisíaca leva a uma interação harmoniosa e equilibrada das relações decorrentes do contato do homem com a natureza.

Corumbá

As definições que seguem são produzidas pelos professores que moram e trabalham em escolas públicas e privadas da cidade que tem o título de capital do Pantanal, Corumbá.

“Principalmente por morar em Corumbá – é o nosso pedaço do paraíso, solo sagrado dos nossos avós, pais e que serão de nossos filhos”. Nessa primeira definição observamos um qualitativo novo na definição do Pantanal, a identificação com o lugar a partir da memória de seus antecedentes familiares e a valorização pelo fato de se fazer existir dentro de seus limites.

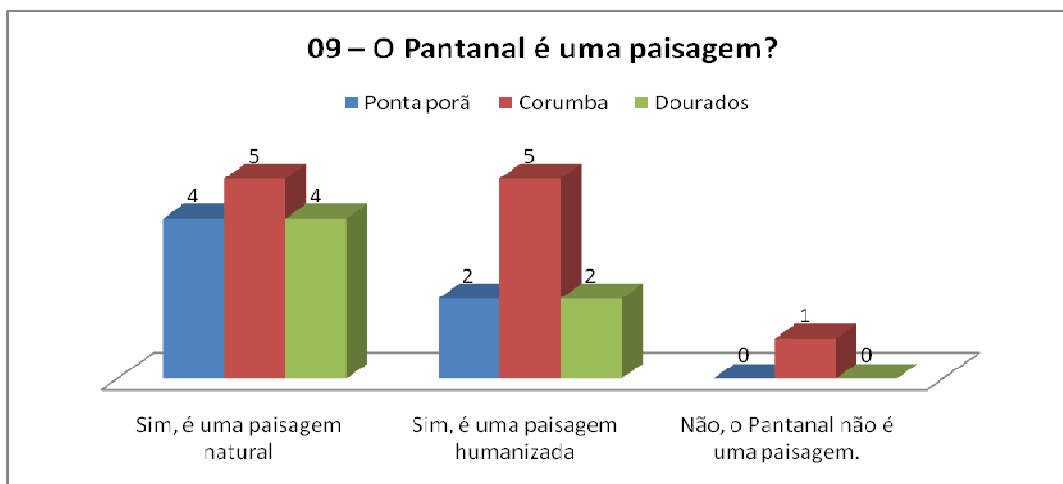
“O Pantanal é de grande importância para a nossa região com sua flora e sua fauna. É o patrimônio da humanidade dado pela UNESCO” e “É uma planície alagada, um bioma natural, um patrimônio mundial da humanidade que deve ser preservado”. Aqui encontramos duas definições que referenciam ao Pantanal com base na idéia de preservação ambiental. Considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO, os professores identificam nele uma grande importância para a preservação da biodiversidade da região. Também destacam a importância que o mesmo exerce para a própria humanidade e que sua preservação é necessária para o equilíbrio e harmonia da vida humana.

“O Pantanal, dentre os vários ecossistemas do mundo, é considerado um santuário ecológico. E ocupa uma área aproximadamente de 240 km de extensão em Mato Grosso do Sul. Onde a fauna e a flora funciona de forma harmoniosa”. Aqui novamente encontramos alusões ao Pantanal que transitam entre o belo no imaginário dos professores, informações sobre as suas características físicas com uma visão romântica que exalta a perfeição e harmonia dos elementos que compõem sua natureza. O Pantanal é compreendido em uma perspectiva de vida própria, de existência harmônica e pouco conflitante.

“É o lugar onde o ciclo de cheias e vazantes dita o ritmo da vida do homem que habita neste lugar”. Em outra definição, a partir daqueles que moram e trabalham dentro dos limites políticos e territoriais do Pantanal, novamente observamos a presença de um elemento humano nesse entendimento. Destacando novamente a força das cheias do rio Paraguai parecemos encontrar uma natureza impactante, capaz de “ditar o ritmo da vida” de seus habitantes.

Em decorrência da questão anterior, e visando relacionar o entendimento do Pantanal com os elementos da linguagem geográfica, perguntamos ao professor se o **Pantanal é uma paisagem?**

Gráfico 07



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Marcelo Fontanive. Ano: 2009

Essa questão tinha três opções de resposta e os professores optaram de acordo com o seu entendimento se o Pantanal é uma paisagem, sendo afirmativa a resposta eles ainda identificaram se essa paisagem era de ordem natural ou humanizada.

A resposta mais presente para o conjunto dos questionários analisados é que o Pantanal é uma paisagem natural. Em suas definições, o que mais caracteriza esse território são os elementos naturais que o compõem, contudo, devido a posturas teóricas de alguns professores de Geografia, assim como pelo fato dos professores de Corumbá viverem o Pantanal em seu entorno, o entendimento do mesmo como uma paisagem em que o agente humana está inserido teve certa relevância.

O Pantanal é Bonito? È a última questão desse questionário e nela buscamos elementos para uma melhor compreensão do entendimento do Pantanal a partir de seus elementos estéticos.

Entre todos os questionários a resposta foi afirmativa. O Pantanal é concebido enquanto algo dotado de uma beleza ímpar e incondicional, onde esse qualitativo se justifica na idéia de natureza que majoritariamente se pratica em seu discurso. Analisaremos, agora, por cidades algumas das principais respostas.

Ponta Porã

“Sim, isso se justifica pelo verde de suas paisagens e suas riquezas de flora e fauna, bem como o movimento de suas águas nos períodos de cheias são os mais belos exemplos de sua beleza” e “Sim, pois existem nessa região diversas espécies de animais e plantas, um fator importante dessa região é a inundação da planície em determinados meses, que provoca uma mudança natural da paisagem”. Nessas duas definições de professores da cidade de Ponta Porã as respostas que justificam a beleza do Pantanal se apóiam na singularidade natural de sua da flora e fauna. Outro fator em comum nos dois entendimentos é o alagamento de determinadas áreas do Pantanal que acontecem na época das chuvas e conseqüente cheias do rio Paraguai.

“Baseado em pesquisa e livros acredito que sim, porém, não conheço o Pantanal pessoalmente”. Selecionamos essa definição pelo fato de ser a única construída por um professor em que ele abertamente assume que seu entendimento sobre esse objeto de estudo se constrói com base no livro didático. A idéia que se forma com base nessa conceituação sobre a construção imagética do Pantanal a partir dos referencias de beleza inerente à sua natureza está presente no discurso dos principais livros e materiais didáticos utilizados pelos professores para o ensino e Geografia.

Dourados

Na análise de algumas das principais respostas construídas pelos professores de Dourados, os referenciais estéticos se justificam pela singularidade de flora e fauna e também pelas especificidades das cheias do rio Paraguai em outras oportunidades por nós já citada. “Sim, pelas belezas naturais, pelas suas riquezas (fauna/flora/minerais/recursos hídricos/produção econômica)”. Aqui, além dos elementos até então por nós já identificados, o sentido de belo se justifica com base em outros elementos que transcendem as peculiaridades da diversidade e exuberância de várias espécies de plantas e animais.

O professor agrega aos seus referencias de beleza, as riquezas minerais inerentes as áreas pantaneiras e as demais atividades econômicas que se praticam nesse lugar, as quais ele não especifica, porém podemos presumir com base nas atividades de maior destaque dessa região, como, por exemplo, as empresas ligadas à extração de materiais minerais, a pecuária e as indústrias do turismo. Aqui segue outra definição que referencia estes mesmos sentidos estéticos sobre o ideário pantaneiro, “Sim, pois apresenta uma rica biodiversidade que em função do avanço das atividades econômicas, encontra-se em pleno processo de proteção e valorização”.

Agrega-se ao sentido de beleza as inovações e transformações oriundas do processo de modernidade e desenvolvimento da região. A natureza aqui também passa a ter importantes aspectos valorativos que se concretizam em uma série de leis de proteção ambiental e áreas de preservação natural. “Sim, porque toda área natural e não modificada pelo homem é bonita”. Seguindo o mesmo sentido das definições anteriores aqui também encontramos o Pantanal sendo belo por si próprio novamente pautado na idéia de paisagem natural. Além de portador de grande beleza natural a idéia de uma natureza paradisíaca e intocada pelo homem se faz presente de forma marcante no pensamento de alguns professores.

Corumbá

De todas as respostas até então construídas pelos professores, sem dúvida alguma, as que mais exaltam as singularidades de flora e fauna, a beleza e unicidade do Pantanal, são aquelas definidas pelos professores que habitam os limites territoriais desse lugar. “Sim, é maravilhoso!!! Principalmente para quem gosta de praticar o turismo contemplativo. E particularmente eu não tenho palavras para expressar tal beleza por ser uma pantaneira nata”. Uma justificativa em que a autora afirma lhe faltar palavras para expressar tamanha beleza e sentido desse lugar.

Ressaltando a atividade turística a partir da prática contemplativa observamos novamente um direcionamento do Pantanal sendo compreendido com base em referências estéticas edificadas na idéia de paisagem natural. “Sim. É uma riqueza natural sem limites, é um berço de vários tipos de vegetações, animais e algo que não existe em lugar algum. A sua fauna e sua flora é de uma riqueza sem igual” Com afirmações expressivas como “riqueza natural sem limites” e “algo que não existem em lugar algum” o discurso majoritário sobre o Pantanal é difundido a partir desses sentidos, nos quais o belo e único se fazem presentes nesse santuário ecológico que além desses fortes referenciais estéticos ainda desperta um sentimento de pertencimento e identidade de grande orgulho aos que são habitantes de sua região.

Suas definições também reforçam as idéias edificadas pelos professores das duas outras cidades analisadas, nos quais o Pantanal é caracterizado principalmente pela diversidade e riqueza de plantas e animais. “Sim, é um bioma rico em diversidade e possui uma característica impar de outros lugares do mundo” e “Sim, pela importância do ecossistema que abrange a nossa região, a Bacia Platina, onde corre o Rio Paraguai e a nossa biosfera”.

3.1.1 - Análise geral das idéias a partir dos questionários

De uma maneira geral, os discursos produzidos pelos professores dos diferentes municípios por nós escolhidos para essa pesquisa não apresentam um rompimento de idéias. Pelo contrário, o que observamos é uma espécie de diálogo e continuidade nas linhas de entendimento que se edificam a partir do discurso desses profissionais da educação.

Nos poucos momentos que notamos apontamentos distintos sobre o Pantanal, como, por exemplo, no entendimento de que o elemento humano faz parte desse ideário, presente sobretudo no discurso dos professores do município de Corumbá, a visão ainda é bastante limitada quanto às práticas e ações humanas nesse lugar, direcionando mesmo assim para uma concepção de Pantanal com algo em si, um objeto transcendente alienado da prática cotidiana das pessoas que nele habitam.

Um Pantanal cristalizado no imaginário dos professores em referenciais de beleza e singularidade de flora e fauna, que tangenciam uma idéia de natureza paradisíaca, muitas vezes intocada e extremamente valorizada pela humanidade. Também destacamos que apenas na concepção dos professores de Corumbá existem práticas econômicas para além do turismo no Pantanal. Em mais de uma oportunidade encontramos alusões à valoração das riquezas minerais da região e as atividades econômicas aí existentes em decorrência dessa prática.

A idéia ganha destaque nessa análise é a do Pantanal enquanto uma paisagem natural. O mesmo é compreendido enquanto algo distante dos sentidos, experiências e práticas humanas construídas sobre o mundo a partir de quem vive no Pantanal. Talvez, justamente por esta idéia de paisagem natural ser muito mais praticada do que o seu entendimento a partir de uma paisagem humanizada, é que não encontramos nos discursos investigados uma série de elementos advindos como conseqüências das práticas sociais e da organização política e econômica do Pantanal.

Em todas as definições que analisamos a compreensão que faz do Pantanal a partir de sua natureza paradisíaca, bela, extremamente valorizada a partir de leis ambientais e parques de preservação parece ser um lugar imune às mazelas da vida moderna, principalmente aquelas oriundas dos problemas ambientais e econômicos. Dando-nos a impressão de que o Pantanal é algo que se efetiva somente na contemplação humana da sua beleza e riqueza natural dotada de existência e vida e

própria enquanto fenômeno independente. Não é possível compreender com base nesses discursos as práticas humanas que dão sentido ao mundo a partir de quem (re) produz sua vida no interior dos mais diversos grupos sociais que aí existem.

A idéia majoritária que se pratica sobre o Pantanal oculta uma série de elementos que se fazem presentes e territorializados nesse espaço. Tanto de grupos de pessoas que vivem em estado de pobreza e miséria, marginalizados por esse projeto societário, quanto de problemas comuns a outras regiões brasileiras, como concentração fundiária, problemas com indígenas e MST, narcotráfico e contrabando de produtos piratas, etc. O Pantanal também abriga pessoas desempregadas que vivem em condições sub-humanas de trabalho, moradia, habitação, mas que também apresentam perspectivas de melhores condições e oportunidades para uma vida melhor. Todos esses fatores não estão presentes no imaginário dos professores de Geografia com base na pergunta “o que é o Pantanal.” Talvez esse fato se justifique pelo pouco sentido humano que os mesmos entendem que ele possua, limitando a interpretação à aparência física e às sensações de prazer estético que se construíram sobre o seu ideário.

Com base nessas definições encontramos uma série de elementos comuns que delineiam o sentido de Pantanal para estes professores. Os qualitativos “maior”, “rara beleza”, “maior exuberância”, “riqueza ambiental”, “fauna e flora exuberantes” são empregados com frequência para a designação e definição desse território. Todos os discursos vão ao encontro do Pantanal enquanto um lugar natural, portanto, em separado do agente humano.

Quando se faz referência ao agente humano, o Pantanal como uma “paisagem humanizada”, o sentido que se deixa interpretar a partir dos meandros das respostas, e da relação dessas com o contexto sócioespacial em que as mesmas são gestadas e enunciadas, é que se entende humanizada na condição do homem que ali habita e se adequou ao ritmo da natureza; mas quem ali habita não é o professor ou o aluno, é um pantaneiro, um homem semi civilizado, que vive isolado e precariamente em meio aos perigos da natureza selvagem, apesar de bela, longe das facilidades da vida moderna. Portanto, paisagem humanizada é tão somente uma visão panorâmica, feita pelo sujeito pensante que se encontra distante desta paisagem, sendo que quem está em seu meio se encontra embrenhado na natureza. Repete-se o sentido da dicotomização homem/natureza, assim com seus correlatos sujeito/objeto, nós/outros, civilizado/selvagem etc.

Ao analisarmos o conteúdo das palavras mais recorrentes nas falas, hermeneuticamente interpretando a essas na relação com as condições contextualizadoras que formam o imaginário dos professores, vamos retirando sentidos diferenciais em meio a semelhanças de frases e idéias explicitadas. Percebemos que as sombras e silêncios presentes por entre a repetição e emprego dos mesmos termos, ou seja, entre o dito em palavras redundantes e o amalgamado na sombra das mesmas, emerge a dubiedade do sentido de natureza ali enclausurado.

Enquanto referencial estético, a natureza pantaneira é perfeita (“o Pantanal é de uma rara beleza”), mas enquanto parâmetro epistemológico a natureza pantaneira é um objeto estranho ao sujeito que pensa sobre. O resultado disso é uma ontologia em que o ser se coloca em separado do mundo. Resta à metafísica a condição de estabelecer o sentido transcendental da verdade desse território enquanto um conjunto generalizante de idéias e termos que delimitam os níveis de representação dessa paisagem através da busca por semelhanças que a uniformizem, cabendo apenas dicotomias em seu interior (selvagem / paraíso; progresso econômico / preservação ambiental; Riqueza turística / desemprego; certo / errado; etc.).

O discurso científico da Geografia aí, apenas acaba reproduzindo esse pensar de re-conhecimento, que iguala o não igual, em prol de uma elaboração de opiniões que se dizem científicas, mas que não conseguem criar mecanismos de leitura frente às reais diferenças que no Pantanal acontecem, as quais estão muito além dessas abordagens dicotomizadas que o tentam encerrar.

3.2 - ANÁLISE DAS MÍDIAS

O olhar da Mídia sobre o Pantanal proporciona uma valorização desse lugar a partir de uma construção imaginária extremamente seletiva, constituindo um discurso de grande interesse à indústria do turismo e das agências de viagens que atuam na região.

Como a diversidade de veículos midiáticos é grande e não sendo possível analisar o principal veículo, que seria a televisão, devido às condições precárias para coleta e observação de material, optamos nessa pesquisa optamos em focar as notícias e demais informações presentes em quatro sites de grande importância na região, o

WWW.progresso.com.br; WWW.conhecaopantanal.com.br; WWW.pontanews.com.br e o WWW.conesulnews.com.br. As notícias citadas nesse capítulo constam do anexo IV.

Analisando uma série de notícias oriundas desses sites, todas referentes ao período de 01/01/2010 a 30/06/2010, observamos que as temáticas que permeiam o Pantanal apresentam uma regularidade entre esses sítios eletrônicos. As manchetes ou títulos de pequenos artigos sempre que pontuam o Pantanal trazem em seus conteúdos questões pertinentes ao desenvolvimento, preservação, desmatamento ou alguma outra notícia de cunho sensacionalista sobre a região pantaneira. Neste momento do trabalho iremos pontuar uma notícia para cada questão agora referida. Destacamos, também, que a escolha das notícias teve como critério de seleção ter o nome Pantanal em seu título.

O primeiro artigo foi retirado do site *Conesul News* e o seu título destacava: **“Em Brasília, Delcídio busca alternativas para implantar Luz para Todos no Pantanal”**. O conteúdo da notícia busca dar ênfase ao senador Delcídio do Amaral que esteve na capital federal (Brasília) junto com o secretário de Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia, Josias de Araújo, para discutir possibilidades de levar energia elétrica a algumas propriedades rurais da região pantaneira que ainda não tem acesso a esse serviço. Em um comentário do próprio senador sobre o fato da não disponibilidade de energia elétrica destacamos: “Entendemos que a região apresenta algumas restrições, em função até de suas características peculiares, como o solo constantemente alagado e a grande distância entre as propriedades”

A segunda notícia, retirada do site *Conheça o Pantanal*, traz no título de sua matéria: **Desmate do Pantanal atinge 15,18% e supera o da Amazônia**. O conteúdo dessa manchete sensacionalista reproduz os dados do PNUD Brasil e destaca que entre os anos de 2002 e 2008 os registros sobre a devastação do Pantanal foram superiores aos da Amazônia. Destaquemos um pequeno trecho dessa matéria: “Pantanal, bioma brasileiro reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Natural Mundial, perdeu 15,18% de sua área original até 2008”.

A designação bioma exerce uma forte influência sobre o entendimento do Pantanal a partir da idéia de natureza. Compreendendo o bioma enquanto um grande complexo natural de clima, plantas e animais que compõem um mesmo ecossistema, qualquer tentativa de leitura do Pantanal para além desses elementos é condenada pela mídia e aquilo que não seja concebido como natureza acaba ignorado ou tido como não

pertencente ao Pantanal. No contexto dessa idéia, analisaremos a próxima notícia extraída do site *Conesul News*.

“Bolivianos são presos por tentar entrar ilegalmente no país”. Apesar de não se ter no título o termo “Pantanal”, que é um de nossos critérios para a seleção da notícia, destacamos a esta devido o amarrado que faremos posteriormente quanto ao sentido do Pantanal estar mais presente no que não se noticia do que aquilo que se fala explicitamente sobre ele nos veículos midiáticos. Essa notícia destaca a prisão, por parte da Polícia Federal de Corumbá, de três bolivianos nessa mesma cidade portando documentos de imigração falsificados. Com o objetivo de utilizar a cidade de Corumbá como porta de entrada para o Brasil, eles tinham a intenção de ir até São Paulo/SP. O fato curioso dessa notícia é que essa prisão em flagrante na cidade de Corumbá em nenhum momento relacionou esta situação com ser algo comum na região pantaneira. Essa notícia se encontra na página Policial e destaca que os bolivianos permaneceram presos e se encontram à disposição da Justiça Federal.

A outra notícia que selecionamos para esse trabalho é **Aquário marcará MS como Estado do Pantanal**, com base no jornal eletrônico *O Progresso*. Nele se destaca a notícia de que o governador do estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, aprovou uma das maiores e mais emblemáticas obras do Estado, a construção do Aquário do Pantanal. Nele se objetiva construir uma enorme infraestrutura com custo estimado em R\$ 80.000.000,00 e, de acordo com as palavras do próprio governador, visa atender as seguintes intenções: “O aquário é uma representação ao público da história, memória e ictiofauna do nosso Pantanal. É portal de Mato Grosso do Sul para o mundo em Campo Grande”. Em uma passagem um pouco mais adiante novamente o governador reafirma: “A intenção é que façamos, com o Aquário do Pantanal, a divulgação do Pantanal sul-mato-grossense, que corresponde a 63% de todo o bioma pantaneiro”.

O moderno projeto visa contar com 16 tanques internos e 5 externos que devem contar a presença das principais plantas e animais característicos do Pantanal, como piranhas, sucuris, jacarés, etc.,

Citando as palavras do arquiteto responsável Ruy Ohtake quanto aos efeitos do projeto “As pessoas virão ao Mato Grosso do Sul para ver o Aquário. Será uma referência para o Pantanal, com um banco de dados para estudos científicos, com laboratórios e biblioteca e servirá para a formação de teses”.

A próxima notícia foi retirada do site *Ponta News* e tem o atrativo título de **Principais pontos turísticos no Pantanal**. Nela são referenciados, a partir das cidades de Poconé, Porto Cercado, Aquidauana, Miranda, Rio Verde, Coxim etc., uma série de lugares que envolvem passeios, visitas e safáris fotográficos ou de contemplação, pesca etc., instigando o leitor a conhecer diretamente a grande beleza paisagística e a riqueza da fauna e flora pantaneira.

O mesmo artigo ainda destaca a importância do rio Paraguai para o Pantanal, cita alguns lugares históricos de grande importância para o desenvolvimento da região como o Casario do Porto, o prédio Wanderley Baías & Cia e o Forte Junqueira, base de grande destaque durante a Guerra do Paraguai, que ainda abriga 12 canhões fabricados na Inglaterra durante o período de combate e que nunca foram usados.

3.2.1 - Análise geral do conteúdo a partir dos enunciados midiáticos

A idéia de Pantanal que se referencia nos enunciados midiáticos acontece a partir de uma seleção de temas que permeia interesses e tensões dessa própria indústria jornalística na relação com os interesses e necessidades da indústria do turismo, os discursos e projetos relativos a preservação ambiental, a questão econômica que envolve o desmatamento, assim como a implementação de políticas públicas na ordenação do território da região.

Diante desse quadro complexo, as notícias por nós selecionadas, de forma mais ou menos direta, são manifestações do conflito de forças e interesses em jogo. A primeira notícia contempla a questão da energia elétrica no Pantanal, destacando um tema simples e essencial à vida moderna; com base nessa notícia temos um choque de tensões entre o atraso e o desenvolvimento no Pantanal. Nas passagens da própria notícia, o Pantanal vai surgindo como um ambiente atrasado, de natureza inóspita, que precisa das forças da modernidade tecnológico para ser vencido e dominado em nome do progresso econômico e social. Tal imagem nos transmite a noção de um ponto distante e longínquo e supostamente desarticulado dos principais centros políticos e econômicos do Estado e do Brasil.

Ficam os antagonismos discursivos raramente questionados. O Pantanal como natureza intocada e pura, beleza extrema que deve ser preservado; Pantanal como

natureza selvagem, perigoso e atrasado, que deve ser transformado em prol do projeto de desenvolvimento socioeconômico. Contradições de perspectivas e enunciados? Não. Na verdade são pensamentos generalizantes que participam da construção comum do referencial ilusório desse lugar, o qual se expressa em uma paisagem tida como uniforme, idealizada como algo em si, acabada e distante de quem olha, mesmo estando em seu interior.

Na notícia que trata da prisão de imigrantes ilegais o fato mais curioso é que em nenhum instante é mencionado o nome Pantanal. Como se os acontecimentos que moralmente são entendidos como desqualificadores de uma suposta harmonia e civilidade de um lugar não acontecessem no Pantanal, sendo este um fato isolado que ocorreu na cidade de Corumbá; numa situação como a narrada na notícia, Corumbá e Pantanal passam a ser lugares diferentes, distanciados pelo referencial hermenêutico que contextualiza as condições de enunciação e interpretação das informações.

A maior cidade pantaneira se coloca estranha ao lugar, pelo fato de migrantes ilegais não pertencerem aos referenciais com que se entende a idéia de natureza; mas também pelo aspecto de estranhamento do outro, como se os bolivianos fossem um elemento nocivo ao sentido de civilidade e normalidade que nós, brasileiros, estamos impondo na região. Como a natureza pantaneira é bela e paradisíaca, quando a cidade, que não é natural, atende a esses padrões de referência (quando implementa a indústria do turismo ou passa a ser o centro de um desenvolvimento econômico sustentável) ela se transmuda em capital do Pantanal; contudo, quando a cidade revela a face antagônica da urbanização capitalista (a criminalidade, a migração ilegal, o narcotráfico, a marginalização e a violência), nesse momento é entendida como um lugar desterritorializado, longe e contrário aos elementos inerentes ao idílio pantaneiro.

A indústria midiática acaba por omitir, não enxergar e mesmo negar dos qualitativos sobre o Pantanal qualquer coisa que não represente a idéia de natureza rica e próspera, fonte de desenvolvimento harmonioso do homem em meio às potencialidades inatas dessa região.

Em uma notícia de grande destaque nos jornais da região temos a divulgação da construção do Aquário Pantanal. Um parque temático na cidade de Campo Grande que terá em seu interior as principais espécies de plantas, peixes e animais característicos do Pantanal.

Como Campo Grande não se encontra na área pantaneira, mas a simbologia que esse nome expressa um capital que pode ser canalizado em prol dos interesses da administração pública assim como da exploração de seus recursos, imagéticos ou não, em prol do acúmulo financeiro e de conhecimento científico. Mais que a artificialização de um meio natural, a construção do aquário a partir da idéia kantiana de natureza enquanto beleza perfeita e intocada denota seus limites e engodos. O que se revela é uma natureza objeto, mero recurso, matéria prima para controlar, dominar e explorar.

Mais que um discurso sobre o Pantanal enquanto natureza de beleza única, o que se esconde por trás dos interesses em reconstituir a natureza pantaneira em um ambiente estranho e distante de sua localização física é a noção que aquela natureza em suas condições próprias impõe resistências a lógica do desenvolvimento econômico e científico do ser humano. Hegelianamente transparece aí a idéia de uma natureza imperfeita, selvagem, que é empecilho para as adequadas ações de exploração e controle, daí artificialmente reproduzi-la, atendendo de forma mais eficiente a lógica de explorar a mesma enquanto fonte de renda e de conhecimento.

Vamos percebendo que o Pantanal não tem sentido em si. Ele é um território criado pelo homem, desde quando os primeiros habitantes pré-colombianos aí chegaram, e os diferentes processos de ocupação que sofreu ao longo do tempo o definem com o sentido de natureza que atualmente temos, entre seus fundamentos e dubiedades. O sentido humano do Pantanal encontra-se além das marcas urbanas, casas, estradas, ferrovias, embarcações fluvial, portos, etc., que registram e simbolizam os objetivos do projeto societário da modernidade. A consolidação dessa idéia do aquário enquanto principal referência imagética sobre o Pantanal será o ápice da realização desse ambiente onde o discurso majoritário sobre o mesmo, pautado nessa dubiedade idealizada de natureza perfeita/imperfeita, ignora as práticas e sentidos humanos que se constroem a partir da territorialização dos diversos grupos sociais que se fazem existir naquele espaço.

A última matéria por nós selecionada busca ressaltar as diversas possibilidades de prática turística no Pantanal. É uma reportagem propagandista e visa incentivar o turismo na região a partir de todos os estereótipos até aqui apontados quanto ao sentido de natureza única, paraíso natural, riqueza da fauna e flora, refúgio de tranqüilidade e prazer frente à loucura e caoticidade da vida urbana. O fundamento

dessas práticas turísticas reside na natureza, isso é identificado em passeios contemplativos, aventuras, mergulhos em rios, safáris fotográficos, etc..

Essa matéria resume o sentido generalizante com que a mídia aborda e divulga a imagem do Pantanal. Pantanal é natureza. Natureza paradisíaca, fonte de recursos para a indústria do turismo. Quando essa natureza é empecilho para o desenvolvimento econômico, trata-a como algo selvagem e atrasado, que precisa ser domada e incorporada ao desenvolvimento harmonioso da região. Temos aí a devida adequação das visões de estética da natureza de Kant e Hegel. De um lado, a beleza perfeita da natureza, de outro a necessidade de aprimorá-la com as ações humanas..

Quando os elementos ocultos ou marginais à idéia uniformizadora da paisagem pantaneira emergem como resultado das próprias tensões e diferencialidades espaciais, aí não se fala do Pantanal e de sua ordem natural; apesar de se fazer referência ao mesmo lugar, opta-se em eclipsar a imagem desse e indicar outros elementos, como se fossem algo estranho ao mundo pantaneiro, fazendo parte de um território distante, selvagem e bárbaro. A cidade é violenta, mas não o Pantanal. Os outros são atrasados e perigosos, mas não nós, que moramos no Pantanal. Esquece-se, ou não se quer enxergar, que esses “outros” encontram-se no mesmo lugar que “nós”; podem ser os indígenas que ali habitam, os pescadores que ali estão perdendo sua fonte de renda, o vaqueiro que ali é obrigado a migrar para a cidade, a menina que é obrigada a se prostituir para sobreviver etc.

O discurso midiático, como exemplificamos com as várias reportagens aqui selecionadas, busca a semelhança, a uniformidade, a padronização de um pensar. Ao generalizar essas imagens, ajuda a construir um imaginário que nega as condições concretas da vida em sua multiplicidade de situações e relações que no Pantanal acontece; a dinâmica dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização, que produzem inúmeras diferenças singulares, não é abordada pelo olhar midiático, fazendo que tudo gire em torno de dualismo que não conseguem dar conta da complexa Geografia da região.

3.3 - ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO

Após a aplicação dos questionários tentamos ter acesso ao material didático utilizado pelos professores. Devido à dificuldade de empréstimo dos mesmos,

principalmente das apostilas dos colégios particulares, acabamos por analisar duas das coleções de livros didáticos mais citados. A primeira faz parte do **Projeto Araribá: Geografia** (obra coletiva, Editora Moderna, 2006) que é livro adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã e utilizado no Ensino Fundamental. Também observamos, com base em nesse trabalho que alguns professores de Dourados utilizam esse mesmo material.

A outra coleção é **Geografia: a construção do Mundo** de Demétrio Magnoli (Editora Moderna, 2005), foi disponibilizado pela secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul e adotado por alguns professores da rede pública estadual para sua utilização do Ensino Médio na cidade de Ponta Porã.

Nesse momento, iremos analisar a forma com que esses livros didáticos sistematizam e trabalham os conteúdos pertinentes ao Pantanal.

Na análise do primeiro livro, os parágrafos que seguem ao tema Pantanal assim definem o mesmo:

O complexo do Pantanal é marcado por áreas de contato ou de associação de diversas formações vegetais: Cerrado, Floresta Tropical, Campos (gramíneas) e plantas aquáticas. Esse complexo caracteriza a área denominada Planície do Pantanal, que corresponde a uma vasta planície inundável, ocupando áreas do sudoeste do Mato Grosso, do Oeste do Mato Grosso do Sul, além de terras da Bolívia e do Paraguai. Nesses países, ela recebe a denominação de Planície do Chaco (PROJETO ARARIBÁ, 2006, p. 251).

O início do processo de construção imagética sobre o Pantanal na perspectiva dos livros didáticos surge com alusões à natureza, mais especificamente na caracterização dela enquanto possuidora de grande diversidade de fauna, fato este que lhe credita o termo “complexo do Pantanal”. Pouco mais adiante, o texto traz o esclarecimento que toda essa diversidade natural que compõe essa área é denominado Planície do Pantanal. Porém, como transcende os limites político-administrativos do Estado-Nação brasileiro e se estende para os territórios vizinhos de Paraguai e Bolívia ele recebe a denominação de “Planície do Chaco”

Adentrando às especificidades desse conteúdo, o Pantanal é apresentado ao aluno a partir da caracterização de seus elementos naturais. Primeiramente, é citado o fato da sujeição de suas terras às inundações e cheias oriundas do transbordo, em épocas de chuvas, do rio Paraguai e seus afluentes. Posteriormente, é dada ênfase ao fato do mesmo ser considerado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. E

nesse mesmo contexto são citadas uma série de áreas de preservação ambiental que fazem parte do Pantanal, seguidos de vários tópicos referentes a conservação da biodiversidade, desenvolvimento econômico e culturalmente sustentável, apoio administrativo e organizacional à pesquisa científica ao monitoramento ambiental. (PROJETO ARARIBÁ, 2006, p. 252)

Na seqüência observamos a caracterização do Pantanal a partir da associação entre tipo climático e vegetação, ilustrando a essas questões com um mapa do relevo e rede hidrográfica.

No único momento em que o livro se desvia das características naturais do Pantanal, traz para a discussão um pequeno trecho em que pontua algumas problemáticas humanas pertinentes a este meio geográfico sob o título de *Comunidades Tradicionais do Cerrado*. Aí então, destaca questões pertinentes às comunidades indígenas, argumentando que o processo de modernização do cerrado causou uma dizimação profunda dessas etnias indígenas. No mais, nessa mesma nota, destaca as problemáticas semelhantes vivenciadas por outros habitantes humanos espalhados pelo território nacional brasileiro.

Outro item do livro que também aborda o tema Pantanal é intitulado “Impactos ambientais no Cerrado e no Pantanal”. Nesse, destaca-se o desmatamento dessa cobertura natural em virtude do modelo de ocupação pautado basicamente na agropecuária. Traz como principal consequência a ameaça à sua biodiversidade. No que se refere aos impactos ambientais específicos do Pantanal, o livro destaca que “o equilíbrio ecológico do Pantanal também vem sendo afetado pela ação humana” (PROJETO ARARIBÁ, 2006, P. 257). Tendo como principais agentes impactantes sobre a região o garimpo, a caça, a pesca, o turismo e a agropecuária, a construção de rodovias e hidrelétricas. Nesse sentido, os principais prejuízos para a natureza são:

“desmatamento, queimadas, poluição das águas por agrotóxicos e pelo mercúrio utilizado nos garimpos (figs. 17 e 18), compactação do solo – que vai endurecendo com o pisoteio dos animais e vegetais, entre outras. (PROJETO ARARIBÁ, 2006, P.257).

Na última parte dessa unidade, dedicada ao estudo do Pantanal, o livro apresenta os principais problemas causados pelo processo de ocupação urbana no entorno da Planície do Pantanal. Destaca que esse fato gerou uma maior poluição das

águas em virtude da grande quantidade de dejetos domésticos e industriais que com frequência são lançados nos rios da região.

O outro livro por nós analisado (MAGNOLI, 2005) que compreende ao anexo V, o Pantanal aparece em suas páginas somente nos estudos que se referem aos diferentes biomas que compõem nossa cobertura natural. A partir do subtítulo de *Pantanal Mato-grossense* o livro traz em menos de uma página, informações sobre o seu tamanho físico em quilômetros quadrados, as principais características de sua vegetação, que de acordo com o próprio autor “é extremamente heterogênea, mesclando características de todos os domínios territoriais brasileiros” (MAGNOLI, 2005, P. 112). Na sequência segue uma série de informações pontuais sobre a hidrografia, período de chuvas, a estação das secas, caça ilegal, pesca indiscriminada, e os impactos ambientais causados pela atividade mineradora nas proximidades de Corumbá.

3.3.1 Análise geral das idéias a partir dos materiais didáticos.

O Pantanal que se apresenta a partir dos livros didáticos é compreendido ou até mesmo chega a se confundir com a própria idéia de natureza. Todas as referências feitas a ele permeiam sua caracterização de beleza estética, a rica biodiversidade, a maravilhosa rede hidrográfica, a singularidade de suas estações de seca e chuva, a classificação dos tipos climáticos etc.

Quando se aborda o agente humano, é um ser abstrato, um objeto sem identidade mas que provoca problemas na ordem ambiental da natureza local, levando a desmatamento, poluição de rios, morte de animais e de etnias indígenas. Todo esse arsenal de problemas são colocados como algo estranho, meras generalizações nomenclaturais em que tudo se restringe ao sentido vago de serem elementos pertencentes ao universo da natureza.

É uma natureza objeto, distante dos sujeitos que a pensam e usufruem dela. Ou ela é um natureza paraíso, perfeição de beleza e pureza, ou é uma natureza problema, imperfeita, que paga o preço do desenvolvimento econômico e que cabe a nós, no caso os alunos, melhor cuidar dela para que o desenvolvimento humano (que não é natural) não prejudique tanto a ordem do comportamento natural (que não é humano).

Tudo isso converge para uma construção imagética de que o Pantanal, e toda a complexidade de elementos que remetem à utilização de seu termo, são possuidores de uma vida própria, de uma natureza que sempre esteve pronta, acabada, bela por si mesma, rica flora e fauna à espera da descoberta do homem.

Como já destacamos anteriormente, o Pantanal é resultado de uma produção histórica dos sentidos diversos que os grupos humanos atribuíram a ele a partir do momento que, por algum motivo, estabeleçam contato com sua imagem ou com sua fisicidade. Contudo, o Pantanal dos Livros Didáticos de Geografia não tem história. Ele já surgiu acabado como atualmente se apresenta nos textos que generalizam suas semelhanças e negam suas inúmeras diferencialidades.

O Pantanal nos Livros Didáticos é uma natureza idealizada e estranha ao conjunto societário humano; é tão somente uma porção físico-geométrica do Brasil, fechada e acaba em seus limites fronteiriços, dentro dos quais os animais, os vegetais, os rios, os solos, o relevo e o clima ali se depositam da mesma forma desde o início dos tempos. Enquanto conhecimento geográfico, a ordem das semelhanças detectadas nos Livros Didáticos aponta para o necessário desenvolvimento econômico e social, o qual acaba levando a certos problemas ambientais, mas nada que não possa ser resolvido com melhores tecnologias de produção e uma adequada consciência ambiental por parte dos sujeitos responsáveis de tirar do atraso e da selvageria o que resta da desordem e do que resiste ao controle da razão instrumental.

Os livros didáticos, de uma maneira geral, constroem o Pantanal negando as profundas diferenças espaciais que ali acontecem, obliterando as mesmas por semelhanças duais que visam parametrizar os referenciais sobre o mesmo. As questões pertinentes aos elementos humanos do Pantanal são tratadas de forma pontual e isoladas, transparecendo que o Pantanal e o processo de urbanização presente nessa região configuram processos separados e distintos, que não são entendidas como pertencentes ao mesmo fenômeno de produção da existência e sentidos humanos sobre o mundo. Tanto que as problemáticas de maior destaque são aquelas pertinentes à natureza, de ordem ambiental.

Os problemas sociais comuns aos outros lugares que fazem parte desse mesmo projeto societário capitalista, também vivenciados no cotidiano rural e urbano do território pantaneiro, como desemprego, prostituição, educação de baixa qualidade, pobreza, miséria, desigualdade social, falta de moradia, nem sequer são mencionados

nos livros didáticos. Outros problemas oriundos da especificidade econômica de se estar numa região fronteira, como narcotráfico, contrabando de produtos ilegais, crime organizado, tráfico de armas e de mulheres, também não são mencionados nesses estudos.

Tais fatos se justificam pela construção imagética sobre o Pantanal a partir de sua idéia de natureza na modernidade. Compreendida em uma de suas máximas pelo discurso majoritário praticado pela ciência geográfica institucionalizada, a dicotomia sociedade x natureza direciona a construção do conhecimento dito científico de forma transcendental que opera o entendimento da natureza por meio de fatos e fenômenos isolados.

As categorias geográficas quando operam a partir de entendimentos pré-estabelecidos não partem do mundo tal como ele se apresenta por meio da linguagem das práticas sociais e sentidos humanos construídos a partir desse lugar, e sim de um entendimento arbitrário e fragmentado que não releva uma série de variáveis ocultas nesse meio, que enquanto passam despercebida pelo olhar geográfico farão deste ainda uma forma bastante limitada de entendimento dos sentidos humanos referenciados pela linguagem geográfica sobre o mundo que faz presente a partir desse lugar, como aqui, o Pantanal.

4. A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE NATUREZA PANTANEIRA

Insistamos um pouco numa postura mais descritiva e linear da análise científica para apresentar, mesmo que de forma sumária e superficial, alguns momentos que elegemos como fundamentais para o desdobrar atual que se configurou como o sentido de Pantanal majoritariamente presente nas mídias e nas aulas de Geografia.

A produção da atual territorialidade pantaneira se insere numa dinâmica escalar, tanto temporal quanto espacial, em que o lugar físico e geometricamente delimitado a que chamamos Pantanal é na verdade a reconstrução de uma “porção de histórias até aqui”, parafraseando Doreen Massey (2009). Apesar da opção pela linha seqüencial de um tempo cronologicamente a se desenvolver de um antes para um depois, na verdade entendemos que o Pantanal, enquanto acontecimento espacial, é a contingencialidade de atos, idéias, ações, desejos e processos vários presentemente vivenciados ou percebidos; um presente cujo tempo de antes somente agora se manifesta e cujo futuro na verdade é a pontencialização de virtualidades que cobram da ciência a atualização de seus estados de coisas.

Nesse caso, o discurso geográfico deve instaurar um plano de referência que estabeleça a elaboração de proposições e de estudos que permitam as diferenças se manifestarem, desterritorializando concepções tidas como naturais ou indiscutíveis, reterritorializando outras perspectivas e leituras até então não reconhecidas ou negadas. Ao elegermos alguns elementos da história moderna da produção dessa territorialidade estamos visando esse fenômeno como hoje se apresenta em sua diversidade. Passemos ao desenrolar histórico

4.1- OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

A idéia majoritária sobre o *Pantanal* é fruto de uma construção histórica das relações sociais travadas nesse espaço geográfico. Resultado do contato dos conquistadores europeus, em processo de expansão colonial em busca de maiores riquezas, com os nativos indígenas que nessa região habitavam.

O início do processo de criação imaginária do que hoje concebemos por *Pantanal* remonta o final século XV e tem, enquanto elemento fatídico, a divisão de

terras americanas pelo famoso *Tratado de Tordesilhas* (1494). Nele, fica estabelecido que essa imensa planície de terras alagáveis está sob a jurisdição dos domínios políticos da Coroa Espanhola. Então, esse continente, originalmente territórios das diversas nações e tribos indígenas, como os Guarani, Payaguá, Guaxarapos e Xarayes, de uma forma nem um pouco amistosa passa a ser de mando europeu (COSTA, 1999).

Os grupos autóctones, que antes eram protagonistas dessa dinâmica espacial, territorializando nele suas formas de relações e organizações sociais (culturas, crenças e demais sentidos existenciais), passam a ser desterritorializados em seus elementos constituidores de pertencimento com o meio, se reterritorializando a partir de outras condições sociais, técnicas e culturais; agora são coadjuvantes, quando não obstáculos a serem suprimidos, em nome de novos projetos societários originados na visão européia. Os nativos dessa região passam a ser entendidos como “vilões”, seres inferiores, selvagens ignorantes de Deus e das normas civilizatórias, devendo ser domesticados em suas línguas, valores culturais, crenças e demais elementos que favoreçam instrumentos de resistência e identidade próprias frente a dominação das principais potências européias.

De acordo com Costa (1999) a grande motriz impulsora dos interesses espanhóis sobre essa região reside em notícias de existência de vultosas riquezas minerais (ouro, prata e diamantes). A busca pela confirmação de veracidade dessas notícias é responsável pela vinda de muitas expedições e conquistadores europeus para essa região. Cabeza de Vaca, Hernando de Ribera e Ulrico Schmidl são os principais personagens desse momento. O que a autora ainda destaca, e o que julgamos mais importante para esse trabalho, é que esses homens aventureiros, em busca dessas riquezas e a mando político de suas coroas “através de suas narrativas, introduziram a paisagem inundável da bacia alto-paraguaia no imaginário ocidental” (COSTA, 1999, p. 18).

São a partir desses registros, que remontam o início do processo de exploração ocidental dessa área, séculos XVI e XVII, que o universo pantaneiro vai ganhando se construindo com as características que atualmente entendemos. Primeiramente sob o nome de *Xarayes*, essa região é entendida por esses *narradores* enquanto detentora de grandes riquezas de prata e ouro, dona de muita fartura e habitada por milhares de indígenas. Pouco tempo mais tarde, essa definição ganha em seu

imaginário um outro elemento que talvez seja ainda hoje uma de suas principais referências, suas águas e lagoas.

Foi Antonio de Herrera, na sua *História General de los hechos Castellanos em lãs islas y tierra firme del mar oceano*, quem primeiro denomina essa região como lagoa, sendo chamada pelos espanhóis de *Lagoa de Xarayes*, devido a presença constante das águas ao longo do transcurso do Rio Paraguai e das diversas lagoas presentes na sua paisagem.

Já no século XVII a *Lagoa Xarayes* passa ingressar no imaginário ocidental por meio de suas primeiras representações cartográficas. A confecção dos mapas foi feita nos Países Baixos a partir da transposição de narrativas dos viajantes e exploradores que por aí caminharam. Tal mecanismo de ordenação visual e de localização provocou, segundo Costa (1999), uma série de representações que não condiziam com o real, mas que estabeleceram o sentido diferenciado da realidade pantaneira.

As formas distorcidas dos elementos constituidores da base física da paisagem pantaneira, assim como as diferenças escalares entre os pontos no território com o contexto regional, além da representação de objetos, animais e da flora local, tendo como princípio mais o imaginário presente nos referenciais dos narradores do que a fonte concreta dos dados observáveis, contribuíram enormemente para inspirar o conteúdo das informações sistematizadas.

Outra via de produção cartográfica resultou do conhecimento empírico dessa área por parte de alguns jesuítas que passaram a percorrer a região desde fins do século XVI. Objetivando expandir o cristianismo, por meio da conversão dos nativos indígenas, esses religiosos criavam mapas com referencias topológicos para poderem se deslocar com precisão nessa área. Nesse contexto “Xarayes efetivamente passa a fazer parte dos atlas mundiais a partir da década de 1630”⁸ (COSTA, 1999.143).

O que destacamos, de acordo com a mesma autora, é que, durante esses primeiros séculos da colonização, todos os relatos de narrativas e documentos cartográficos que se fizeram sobre a região pantaneira são carregados de simbolismos fantásticos. De lugares habitados por indígenas donos de enormes riquezas de ouro e

⁸ A sua primeira representação cartográfica está presente no mapa intitulado “Paraguay, Ó Prov De La Placatum rerionibus adiacentibus Tucuman et Sta. Cruz de La Sierra” do ano de 1630. Seu traçado foi realizado pelo cartógrafo Jodocus Hondius II. (COSTA, 1999, p. 143).

prata, de rotas de passagens para o Eldorado, ou para o encontro de mulheres guerreiras como as *Amazonas*, que protegiam locais de riquezas e tesouros.

Novas conotações de sentido serão dadas ao que hoje chamamos de Pantanal a partir do século XVIII em virtude da presença mais significativa dos portugueses, os quais romperam os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.

Embora os espanhóis, como os cartógrafos jesuítas e europeus em geral, ainda em meados do século XVIII, empregassem as expressões *Xarayes* e *Laguna de los Xarayes* para identificar a região central da América do Sul, os portugueses do Brasil – usando as palavras de José Quiroga – mamelucos paulistas, já no início daquele século utilizam outra denominação para a região. Nos seus relatos surge Pantanal, ou Pantanaís, “que são campos alagados com várias lagoas e sangradouros” como designativo da região alagada (COSTA, 1999, p. 179).

Nessas palavras podemos observar que a designação espanhola de *Xarayes*, ou Lagoa *Xarayes*, como primeiramente foi denominada essa área, agora, após o contato com os portugueses, tanto vindos da metrópole como oriundos de seus primeiros descendentes aqui nascidos (brasileiros – mamelucos paulistas), passa a ser referenciada como Pantanal ou Pantanaís; esta denominação é fruto da constatação nesse local de uma grande variedade de áreas alagadas, entendidas como pantanosas.

Como os interesses dos portugueses e seus descendentes eram mais práticos, não se restringindo às expedições de reconhecimento ou de busca pelo Eldorado em si, apesar de não descartarem o sonho de encontrarem ouro e prata, esses grupos de caçadores/exploradores se organizavam em monções, mais focadas na captura de índios para fortalecer o domínio territorial, assim como aumentar a capacidade de trabalho por meio da mão de obra escrava. Posteriormente, com o crescente mercado europeu por novos produtos oriundos das Américas, o Pantanal passou a ser fonte de carnes, peles e penas de animais e aves exóticas, o que ampliou o grau de exploração dos recursos naturais da região.

Diante dessa necessidade político-econômica, as narrativas e caracterização da região por parte das monções dos mamelucos, a princípio paulistas e posteriormente cuiabanos, passam a compor uma importante fonte de compreensão da construção imaginária pantaneira, em especial quanto a idéia majoritária de natureza, elemento norteador desse trabalho.

Os monçoeiros, por desconhecerem ou ignorarem, jamais fizeram referências a Xarayes ou Puerto de los Reys. Muito menos se remeteram a esse lugar fazendo-lhes alusões míticas ou fabulosas. O que mais ganha destaque nos escritos desses expedicionários era o “relato prático, quase didático, nos quais se procura ensinar a outros viajantes como vencer as agruras do difícil percurso fluvial”. (COSTA, 1999, p.180).

Além do tom prático presente nesses relatos, também se destaca as grandes dificuldades enfrentadas no transcurso do Rio Paraguai em áreas pantaneiras. Os principais problemas se referiam a enorme dificuldade com os mosquitos e a presença ameaçadora de resistência e possível ataque de grupos indígenas, como os *Guaycurú* e os *Payaguá*. Quase sempre com o objetivo de chegar às famosas minas de Cuiabá, os principais trechos percorridos entre São Paulo e Cuiabá eram os que compreendiam o transcurso fluvial dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim e Paraguai.

É por meio dessas andanças e dificuldades que o Pantanal vai surgindo para o imaginário luso-brasileiro, amenizando ou adaptando os aspectos míticos e fabulosos para delimitar o Pantanal como:

(...) um território bem determinado. Todos os monçoeiros, explícita ou indiretamente, dão-lhe como limite as águas estendidas entre o Taquari e o Cuiabá. Depois, percebe-se que Pantanal é uma palavra-conceito, criada pelos monçoeiros ou mamelucos, os cuiabanos, para definir a paisagem singular dos rios da bacia paraguaia, por onde trafegam suas expedições. De forma sintética, estas narrativas definem os pantanais como campos alagados com lagoas e sangradouros; são vargens dilatadas, ricas em fauna terrestre e aquática e um território dominado pelos *Payaguá* e *Guaycurú*. É um território definido no qual a geomorfologia e a ocupação conferem identidade (COSTA, 1999, 187).

O Pantanal passa a ganhar vida nessas descrições. E sua vivacidade justifica-se, no relato desses monçoeiros, a partir de suas singularidades de flora e fauna, pela presença marcante dos indígenas e dos desafios naturais enfrentados em sua diversidade a todos aqueles que as suas águas no transcurso caudaloso do Rio Paraguai quiserem navegar.

Vemos, assim, que os diferentes elementos produzidos pelos vários grupos culturais e suas respectivas tecnologias de produção de espacialidade, vão se tensionando a cada novo elemento que adentra a esse território. Ao sentido primeiro

dado pelos nativos da região somou-se os elementos fantásticos estabelecidos pelos colonizadores espanhóis. A esses dois acrescentou-se, a partir das novas relações travadas entre o colonizador português e mameluco com as condições ambientais e técnicas do período, um sentido outro.

Incorpora agora um ar mais pragmático, não sendo mais um lugar em que se fixa um sonho de riqueza, mas de obrigatoriamente ter de se passar para atingir outros lugares em que a riqueza se encontra. Lugar de passagem obrigatório em que impera os terríveis perigos da natureza selvagem. Diante dessa nova situação, amenizam-se os seus atributos de mistérios fabulosos e de riquezas maravilhosas; realocam-se esses parâmetros em decorrência da singularidade paisagística aí identificada. O imaginário que projetava nesse lugar o território do fantástico, onde a mística do eldorado aí se fixava, agora fica subsumido à diversidade de flora e fauna entrelaçada com a presença ameaçadora de nativos indígenas, o que redefine o Pantanal como lugar de passagem, em que impera o desafio de superar a selvageria e os perigos da natureza inóspita. Em suma, destacamos:

Essas narrativas construíram sua natureza, desenharam seu espaço, mapearam o ambiente, com habitantes, rios, fauna, flora e relevo, enfim inventaram o Pantanal para o imaginário americano e europeu. Inicialmente, a imensa planície inundável foi descrita como um lugar maravilhoso, paradisíaco; depois, como inóspito, até ser determinado geograficamente. Com o correr do tempo, diversas narrativas referem-se a este mesmo lugar, que, ao ser traduzido em relatos, ganhou a perspectiva do narrador. Paraíso ou lugar inóspito são valores atribuídos ao mesmo ambiente por diferentes figurações. Sua mutação é realizada pelo narrador e pelo contexto de sua narrativa. Assim, a parte inundável nasce como reino dos Xarayes, região habitada por hospitaleiros e paradisíacos indígenas; passa a *Laguna de los Xarayes*, de onde brotam as majestosas águas do rio Paraguai, e local habitado por possuidores de prata e ouro. Por fim, Pantanal. As duas primeiras referências fazem parte do imaginário criado pelos conquistadores espanhóis. Pantanal, por sua vez, é uma invenção luso-brasileira (COSTA, 1999, p. 239).

Já nas últimas décadas do século XVIII e primeira metade do século XIX, em acordo com as novas condições técnicas e tecnológicas a permitirem processos cada vez mais eficientes de análise dos lugares, assim como de caracterização, localização e controle dos mesmos, o Pantanal passa a ser alvo mais constante de expedições de caráter científico.

Quando as condições políticas, assim como os determinantes econômicos, passaram a ter no arranjo territorial orquestrado por Estados-Nações livres o elemento fundamental para a organização e administração das sociedades e das riquezas localizadas no interior das fronteiras nacionais (FERRAZ, 2000), o Pantanal, assim como as demais regiões do Brasil, passa a ser de interesse de estudos científicos. Saber de forma mais precisa e rigorosa as reais características, os limites territoriais e as potencialidades econômicas de cada porção do território nacional passa a ser fundamental para se consolidar um território como nação no interior das fronteiras administradas por um determinado Estado nacional.

Nesse contexto, o Império brasileiro passa a apoiar as expedições científicas de reconhecimento e estudos da diversidade territorial, visando a orquestração, por parte do Estado, da idéia mais precisa do que era a nação, assim como os brasileiros se entendessem participantes de uma mesma nação administrada pelo Estado Brasil.

4.2- A MODERNIDADE CIENTÍFICA – A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF

Entre as inúmeras expedições científicas que aconteceram nesse território escolhemos para uma análise mais detalhada a Expedição Langsdorff, que teve como itinerário principal as áreas interioranas das regiões oeste e norte do Brasil no século XIX. Tendo partido da cidade do Rio de Janeiro em 1822, visitando no primeiro ano o Estado de Minas Gerais e depois em direção ao Oeste e ao Norte, até o Estado do Amazonas; essa expedição durou cerca de seis anos e passou pela área que hoje denominamos *pantaneira* e registrou, por meio de desenhos, diários, textos etc. uma grande diversidade da vida que se manifesta ao olhar.

A Expedição foi financiada pelo Czar Alexandre I, da Rússia, e quem recebeu a incumbência de organizar e executar essa missão foi o cônsul russo no Brasil, o Barão Langsdorff; tinha por objetivo “mapear flora, fauna, rios, minerais, etc. de regiões quase desconhecidas pelo próprio Império” (COSTA, 1995, p. 24). Para compor a tripulação dessa viagem o Barão Langsdorff foi muito minucioso e procurou escolher os mais talentosos cientistas, pintores e desenhistas que tivessem a disposição. Entre os principais deles destacamos: Rugendas (pintor), Hasse (zoólogo), Riedel (botânico), Adriano Taunay (pintor e desenhista) e Hercules Florence (inicialmente 2º desenhista e posteriormente a trágica morte por afogamento de Adriano Taunay foi elevado ao posto

de 1º desenhista da expedição). Por motivos pessoais se desligaram dessa expedição o pintor Rugendas, que de acordo com Florence (1977) se desentendeu com o Barão Langsdorff, e o zoólogo Hasse que contraiu matrimônio e preferiu ausentar-se desse trabalho.

A Expedição percorreu vastas regiões do interior do Brasil – São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso (norte e sul), Rondônia, Amazonas, Pará. O mais importante itinerário – a viagem através dos sertões do extremo oeste e do norte pelos rios, iniciou-se em 22 de junho de 1826 em Porto Feliz (SP) e terminou em 16 de setembro de 1828 em Belém do Pará. Dessa cidade a expedição voltou por mar ao Rio de Janeiro, onde chegou em 26 de março de 1829. Durante a viagem, o material coletado e os desenhos e pinturas eram despachados para a Academia de Ciências de São Petersburgo (MOURA, 1984, p. 11-12).

Esses elementos registrados foram posteriormente enviados para a Europa, mais especificamente para o seu centro financiador, e toda aquela diversidade representada em linguagem textual e pictórica formou a base do imaginário europeu sobre a natureza pantaneira. No transcurso da viagem, que aconteceu tanto por via fluvial quanto terrestre, seus participantes passaram por difíceis situações, desde as precárias condições de transporte, calor e umidade excessiva, milhares e milhares de insetos a persegui-los, animais ferozes, indígenas hostis, além de atritos constantes entre os membros da equipe por divergências teóricas e estéticas sobre o observado.

Quando passaram pelas áreas hoje denominadas pantaneiras, com base nos registros dos diários do Barão Langsdorff, podemos observar traços iniciais das idéias que construíram nessa experiência sobre a natureza do Pantanal.

As contrariedades, as dificuldades e os perigos que havíamos sofrido até então eram nada em comparação com todas as desgraças e os tormentos que tivemos sofrer subindo o Paraguai, o São Lourenço e o Cuiabá. A estação das chuvas já tinha começado e com elas aparecerem milhões de mosquitos. As chalupas e os marujos que, nesse clima abrasador, são obrigados a remar quase nus, estavam cobertos desses insetos a ponto de estarem enegrecidos e não achávamos nenhuma maneira de defender-nos dessas nuvens de vampiros. O Paraguai flui lentamente coberto de folhas, de raízes de árvores e de peixes podres, de crocodilos com cheiro de almíscar, de terra argilosa, vermelha, e de uma espuma amarela nojenta. As águas são apenas potáveis. O calor do ar oscilava entre 26 e 29 graus à sombra; e o calor da água do rio era de 24. Fomos obrigados a renunciar ao prazer de banhar-nos nesse rio por causa do perigo que se corre de sermos devorados pelas piranhas (LANGSDORFF apud COSTA, 1995, p. 23).

O Pantanal que vai emergindo dos relatos da Expedição Langsdorff é um lugar inóspito, dotado de grandes perigos e percalços naturais que se oferecem para aqueles homens que ousam transpassar seus caminhos. As inúmeras dificuldades que passaram, como, por exemplo, o forte calor, o perigo eminente das piranhas, poucas possibilidades de aportar a embarcação, o incômodo com os mosquitos, o mau cheiro dos peixes podres e demais tormentos referenciados caracterizam o Pantanal a partir de uma natureza selvagem que, dentro dos preceitos da modernidade, devem ser vencidos pelo homem e seu novo projeto societário.

Os sentidos que agora passam a emergir sobre a idéia de natureza no Brasil não são mais formados apenas de aspectos belos e românticos. Pois, quando comparamos discursos do mesmo período sobre a natureza inspirados em outros lugares, por exemplo na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber uma série de qualidades outras daquelas identificadas no Pantanal.

O Rio de Janeiro era uma cidade de contrastes: emoldurada por imponentes montanhas cobertas de mata tropical, localizada à margem de uma extensa e abrigada Baía, limitada a oeste por um vasto manguezal, a cidade, em sua compacticidade, contrastava vivamente com seu amplo entorno. Os contrastes, entretanto, se acentuavam quando o viajante desembarcava; à grandiosidade da natureza circundante, contrapunha-se um quadro urbano acanhado e confuso (MARTINS, 2001, P.13).

Deixando de lado os aspectos urbanos dessa citação podemos observar como a natureza carioca é carregada de outras qualidades que contrastam com aquelas identificadas na construção imaginária do Pantanal. Aqui não encontramos termos pejorativos, nem alusões a dificuldades e selvagerias oriundas da experiência de contato do homem com o mundo natural. As referências como “emoldurado por montanhas” e “grandiosidade da natureza” edificam esse lugar com base na valorização estética a partir do belo, como a estética kantiana assim valorizava o belo natural, enquanto ao Pantanal se agregam os elementos hegelianos do mau infinito, como o sentido de natural inferior ao espírito do belo produzido pelos grandes artistas em suas obras de arte.

Vemos assim, pelos relatos aqui apresentados, que o sentido estético de natureza no Brasil da segunda metade do século XIX reproduz o embate acadêmico europeu entre o poder da arte em elaborar verdades belas e a capacidade da razão científica em logicizar todo o espectro da verdade passível de ser revelada. Dois

projetos que fundamentavam a relação do homem com o meio a partir do sentido de verdade racional ou de verdade sensível, intuitiva.

O verde, sinônimo de beleza, esplendor e inspiração para os artistas europeus que chegam ao Brasil, representa a partir dos sentidos construídos nas regiões pantaneiras, para o entendimento majoritário europeu, conotações inversas. Pois do Pantanal:

É do verde que emergem índios hostis, animais selvagens, insetos e doenças. É o verde que previne o olho de encontrar riquezas fáceis para saquear. É o verde que preenche o sitio reservado para as plantações de cana-de-açúcar. É o verde que esconde e protege as populações cujo destino é servir. O alívio vem na forma de sinal vermelho: fogo nas florestas, para abrir um horizonte tão distante quanto a visão pode alcançar e, uma vez alcançado, fogo novamente (SEVCENKO apud MARTINS, 2001, p. 14).

A qualificação de belo e exuberante vinculada à natureza paradisíaca que os europeus tomavam contato a partir de sua chegada pelo litoral atlântico carioca, objeto de desenhos, belos quadros e poesias, não se repete quando observamos os registros desse mesmo olhar estrangeiro sobre a parte oeste do território brasileiro em terras que hoje denominamos Pantanal.

A tonalidade do verde quando do momento de sua passagem por essas terras quase permanentemente alagadas perde o brilho. As contrariedades enfrentadas com doenças, mosquitos, animais selvagens de várias espécies, falta de conforto, configuram-no a partir de sua natureza enquanto uma região selvagem, com habitantes de poucos valores éticos e morais quando medidos a partir de sua cultura européia. Também destacamos as adversidades, perigos causados pela presença ameaçadora de vários grupos indígenas prontos para atacar a qualquer instante.

Temos aí, portanto, a partir do olhar cientificista mais depurado sobre a natureza pantaneira, a interação escalar de mais um qualificativo para essa região. De lugar mítico, passando por lugar de riquezas incomensuráveis, lugar de passagem para outros pontos do território, de lugar de caça, agora se destaca lugar inóspito e primitivo. Do paraíso natural idealizado sobressai o inferno do verde que tem de ser conhecido e domado.

4.3- A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO: O BRASIL E SUA IDENTIDADE

Diante do contexto da economia internacional, o Estado brasileiro se viu forçado a se adequar a um novo referencial de eficiência administrativa e de capacitação de exploração de seus recursos que, ao longo do século XX, engendrou uma outra forma de conceber a natureza no Brasil e no Pantanal. Os processos que envolveram essa mudança de percepção da natureza no Brasil são resultantes da forma com que a *Ciência Moderna*, no caso a geográfica, vê essa categoria. As matrizes do pensamento kantiano, como já foi aqui abordado, se desdobraram no discurso científico da Geografia ao longo do século XX a partir de uma postura dicotômica e fragmentada: a *natureza* passa a ser coisificada, compreendida em uma perspectiva pragmática, utilitarista que deve servir de subsídios para os ideais pregados pela modernidade. Principalmente os de desenvolvimento e progresso econômico-social.

Com o advento de novas técnicas e tecnologias de informação e comunicação (fotografia, transporte ferroviário, barcos a vapor, sistema de comunicação por telex e posteriormente por telefone) os germes do progresso e os principais elementos da modernidade, que atualmente vivenciamos, já estavam se espacializando nas áreas pantaneiras desde fins do século XIX e se consolidaram ao longo do século XX. As condições foram criadas e mediadas pela técnica e pela ciência que de mãos dadas com o projeto de nação brasileira urbana, industrial e burocraticamente administrada em bases modernas, cristalizaram uma nova idéia de natureza pantaneira.

Uma *natureza* mercadoria, cujos sentidos de uso e valor se pautavam nas imagens elaboradas, captadas e representadas sobre o Pantanal. O edifício pantaneiro transita entre dois pólos distintos de apreensão: a de natureza perfeita, paradisíaca, fonte de recursos para a indústria turística, assim como do imaginário ufanista de nossas belezas naturais; a de natureza imperfeita, selvagem, aquela que é arredia ao processo civilizatório, justificando assim medidas autoritárias de domínio de seus recursos, seja pela eliminação de seus primeiros habitantes, seja pela exploração de seus minérios ou imposição de novas bases produtivas, como agroindústria ou pecuária extensiva.

Logicamente que essa dupla configuração não é antagonica, pelo contrário, a idealização dela permite estabelecer as necessárias semelhanças com que se delimita o sentido dessa formação territorial, o que significa esconder ou negar todo um universo de diferenças internas e externas aos múltiplos fenômenos que repercutem nesse lugar.

Como estamos tentando apontar neste capítulo, essa idéia hegemônica sobre Pantanal a partir do sentido estético de sua natureza não foi um processo em que uma leitura elaborada em determinado período histórico foi substituída por outra, pelo contrário. Apesar de alguns elementos, conforme as condições sociais, tecnológicas e políticas, priorizarem determinada forma de entendimento do Pantanal, o que se tem é uma constante recriação de elementos a partir dos novos fatores econômicos, técnicos e culturais. Assim, por exemplo, o que Kant e Hegel elaboraram sobre estética e natureza entre fins do século XVIII e início do XIX foram sendo devidamente redefinidos ao entrarem em contato com novas necessidades socioeconômicas e condições tecno-tecnológicas de produção daquela territorialidade.

Por isso, as idéias de Pantanal como natureza mítica continuam a se manifestar, assim como de natureza propiciadora de riquezas fáceis e enormes, ou como natureza como fonte de caça e de recursos etc. Só que a estas foram se somando outros elementos e leituras, que recondicionavam os referenciais antigos e repercutiram nos novos parâmetros.

Esse é o caso do Pantanal entendido, principalmente na primeira metade do século XX, como *sertão* (SOUZA, 2008). Desconsiderando os elementos humanos figurados por milhares de indígenas que há séculos habitavam a região, o discurso praticado sobre o Pantanal e sobre todo o oeste brasileiro foi de um grande vazio demográfico. Para que os objetivos do projeto societário e de nação do Brasil prosperassem seria necessário ocupar e civilizar esses espaços. A idéia de civilização aí também se faz relevante, pois para conseguir tal atributo era necessário possuir elementos e características concretas da modernidade.

Como a presença de linhas férreas e instrumentos de comunicação a interligarem esse lugar com os demais, ampliaram-se as possibilidades da participação efetiva nos processos e relações econômicas do país. Nesse momento, primeiras décadas do século XX, os discursos sobre o Pantanal pairam sobre uma concepção de natureza enquanto entrave e obstáculo a ser superado em favor do desenvolvimento civilizatório. E a cada característica da modernidade que ia se espacializando no solo pantaneiro considerava-se uma vitória da civilização sobre a selvageria. Analisando o discurso da mídia impressa de Corumbá no início do século XX, identificamos o seguinte:

(...) existe uma qualificação semântica eufórica, marca de um valor positivo para civilização e disfórica para a natureza, que é vista como

um valor negativo, obstáculo a ser vencido. Seus traços nos ajudam a elucidar as concepções então subjacentes a esse discurso. O Pantanal, que figurativiza a natureza, é representado como “terrível, “inóspito”, “maldito”, produtor de febres, “ceifador de vidas”, enfim, “inabitável”. Em contrapartida, a civilização ganha marcas positivas, figurativizada por ferrovia, trilhos, locomotiva, o fumo (fumaça), equivalentes do progresso, da vida e do trabalho (SOUZA, 2008, p. 43).

Identificamos aí que a semente de idéias sobre a região pantaneira, exemplificada aqui pela expedição Langsdorff, acabou brotando e se desenvolvendo arboreamente em acordo com as novas necessidades políticas e administrativas do Estado brasileiro, assim como os interesses econômicos majoritários das grandes empresas capitalistas. A ciência, entraria aí, como o mecanismo viabilizador para atender a essas condições.

A perspectiva do discurso presente na citação anterior elucidada os ideais da modernidade no contexto do Pantanal. Tudo o que represente qualquer possibilidade de obstáculo quanto ao alastramento dos interesses do modelo de produção capitalista será considerado pelo discurso majoritário enquanto segundo plano ou pejorativo. O que está em jogo nesse processo de novas significações espaciais a partir da visão da Ciência Moderna é a forma com que o homem se relaciona com o mundo.

Tendo enquanto referência no processo de produção do conhecimento científico a separação sujeito x objeto, os sentidos que o homem constrói nesses parâmetros científicas implicam em uma idéia de externalidade do mundo, da natureza, do outro, etc., priorizando um conhecimento do mundo em si, enquanto coisa. Assim sendo, no caso do Pantanal, esse novo projeto societário buscou a dominação da natureza pelo homem mediante o conhecimento produzido pela Ciência Moderna e instrumentos de ordem prática e utilitária.

Toda essa construção imagética pejorativa de uma natureza selvagem, inóspita, maldita, etc., são sentidos atribuídos à um lugar que no momento não espacializava essas características da modernidade, que apresentava a vida mediada por referências de tempo e espaço outros. Discutindo a importância do primeiro telégrafo para a imprensa de Corumbá, no ano de 1904, temos o início de uma transição nessa percepção.

A partir da instalação telegráfica, o principal fator de mudança na imprensa foi tanto a recepção como a veiculação de informações de forma mais imediata. Antes disso, as principais notícias atingiam

Corumbá com defasagens de 20, às vezes 30 dias, pois dependiam da chegada dos navios do Rio de Janeiro ou daqueles que vinham da região do Prata com informes recebidos pelo telégrafo dessa região. Até o final do século XIX, essa defasagem de informações marcou situações tais como a notícia da abolição, a da Proclamação da República ou de morte de personagens políticos ou literários, como José de Alencar. Era como se o tempo se prolongasse em Mato Grosso (SOUZA, 2008, p.38).

Algumas décadas à frente, a modernidade vai proporcionando novas tecnologias e condições de infraestrutura como estradas de ferro, telefone, rádio e a fotografia que possibilitam uma compressão ainda maior do tempo e do espaço. Quando o processo civilizatório já havia instalado suas bases para a inserção desse local nas relações capitalistas de produção rumo ao progresso o discurso sobre a natureza novamente é acompanhado de outros sentidos.

De forma geral, esses elementos demarcam uma virada na forma de organização do território brasileiro e da percepção da natureza. “De um país só natureza em meados do século XIX, para um país naturalmente rico em potencial em meados do século XX” (ARRUDA, 2001, p. 201). A difusão dessa mudança se expressa na linguagem textual e fotográfica; ela objetiva representar a inserção de novas idéias sobre a natureza, porém, no mesmo contexto da Ciência Moderna, dando destaque a “idéia do homem vencendo a natureza e cumprindo o papel essencial na transmissão e promoção da ideologia progressista-triunfalista (...)” (ARRUDA, 2001. P. 201).

O Estado do Mato Grosso era tido como um lugar em que a natureza pródiga e exuberante atrapalhava o seu desenvolvimento econômico. Para tentar reverter o quadro de atraso e impulsionar o desenvolvimento do Estado, um grupo de comerciantes sediados em Corumbá organizou e publicou em 1914 um *Albúm Gráfico do Estado do Mato Grosso* (ARRUDA, 2001, p. 203).

O objetivo do Estado era representar a idéia de um lugar prenhe de potencialidades, civilizado e composto por uma sociedade moderna e dinâmica. Destacando em suas imagens a grande diversidade paisagística, vasta rede hidrográfica, extensos campos pastoris, e a presença de grande riqueza mineral e natural.

Todo esse contexto desemboca numa série de percepções presentes na leitura sobre o Pantanal atualmente vivenciado. Uma natureza mercadoria, fruto de uma minuciosa seleção de imagens, de elementos e de sentidos representados e enunciados

em suas aspirações estéticas e políticas que acabam obliterando o cotidiano subversivo de um mundo naturalmente humano.

Ao chegar a segunda metade do século XX, principalmente nas suas últimas décadas, as crises econômicas dos processos acumulativos em larga escala que envolveram o capitalismo em sua escala mundial, contribuíram para um processo de rearranjo das forças econômicas em novos padrões produtivos e acumulativos. A nova ordem pregando a diminuição do papel do Estado no empreendimento direto da economia, assim como da sua intervenção sobre um território encerrado no interior de fronteiras mais rígidas, acaba sendo mais e mais aceita.

Tal mudança de perspectiva foi acompanhada por novos padrões tecnológicos de comunicação, informação e circulação/produção, gerando um dinamismo e maior flexibilidade da mão-de-obra, da divisão territorial e social do trabalho, assim como dos elementos propiciadores de geração e acúmulo de capital.

Diante disso, os elementos simbólicos, imagéticos, subjetivos e culturais passam a ser valorizados como fontes que agregam valor as mercadorias, ou são eles próprios fatores geradores de consumo e acumulação de bens e riquezas. Essa possibilidade de se tirar valor de aspectos meramente simbólicos foi um definidor para que a indústria do turismo atingisse o volume muito amplo de importância nos processos de acumulação capitalista, tanto em nível mundial quanto local.

Tendo como base todos esses aspectos aqui rapidamente delineados, podemos inferir sobre o sentido de natureza pantaneira volta a ser recriado, somando-se aos valores já consolidados o resgate em novas perspectivas e interesses da natureza como beleza perfeita, pura e intocada. Essa leitura kantiana da natureza é agora empregada para outros objetivos, não mais meramente estéticos, no sentido de contemplação em si proposta por Kant, mas amalgamada com elementos hegelianos, vamos ter o uso da natureza para o enriquecimento da obra humana, qual seja, para propiciar fonte de renda e acúmulo de riqueza para os que puderem explorar esse referencial imagético e simbólico de beleza natural.

Essa possibilidade significou uma linha de fuga para muitos sujeitos que estavam mergulhados na crise econômica que se refletiu na região a partir dos anos 80 (crise da pecuária, inviabilização dos custos do transporte ferroviário, diminuição do valor das comodities etc.). Territorializou-se outra perspectiva de salvação econômica, pelo menos para alguns empresários e para o Estado, de forma que a modernização das

estruturas administrativas, atendendo às tendências articuladas em escala global, permitiu a reprodução dos processos de exploração e acumulação econômica na região.

Parafraseando Deleuze (2009), a contingencialidade espacial no momento presente permite que a duração dos tempos passados se manifeste enquanto um intrincado processo com que se entende o Pantanal. A prática de leitura pautada no pensar generalizante, o qual busca circunscrever o todo pantaneiro em semelhanças de particularidades dicotômicas, tende a ler o Pantanal como resultado de uma história linear do antes que necessariamente virou o agora que se transformará infalivelmente no amanhã.

Essa forma de encarar os processos de produção da realidade tenta encobrir, mas não consegue, as condições altamente diferenciadas que irrompem de suas condições de potencialidades virtuais em cada singularidade, em cada vida, humana ou não. Eis uma Geografia da diferença, aquela que entende o mundo como o lugar que acontece a partir da capacidade humana denominar e criar sentidos para o mesmo, cobrando sentido de orientação e localização a partir da atualização do estado de coisas até aqui presentes.

Acreditamos que uma reflexão geográfica sobre o Pantanal deva considerar, a partir dessa trama de signos que compõem a natureza pantaneira, a existência de outras formas de ordenação do pensamento sobre a vida que se manifesta/cristaliza nesse lugar, enfim, se faz existir nas territorialidades pantaneiras.

Uma linguagem geográfica que revele as diferentes perspectivas de se ler, viver e mover nos lugares em suas mais variadas escalas e características, de maneira que nos possibilite melhor clarear e ordenar nossas percepções, pensamentos e ações, ou seja, como forma de tornar mais rico e dinâmico o discurso geográfico sobre os sentidos do homem no mundo (SANTOS, 2009).

5. AMARROS E CONCLUSÕES: O PANTANAL A PARTIR DA ESTÉTICA DA NATUREZA – CONTRIBUIÇÕES PARA A LINGUAGEM GEOGRÁFICA

O primeiro capítulo dessa dissertação, intitulado “Palavras Iniciais”, apontou nos últimos parágrafos que a busca para tentar estabelecer um sentido mais organizado em meu pensamento frente ao caos de elementos que extravasavam para além dos discursos midiáticos e didático-científicos no trato do Pantanal foi o grande motivador desta pesquisa. A princípio, deduzi que os discursos apresentavam contradições em suas articulações internas. Tanto a linguagem midiática quanto a científica da Geografia, notadamente a reproduzida no universo do ensino básico, insistiam com a idéia de Pantanal como uma região fechada e acabada em seu sentido pautado na riqueza e beleza natural. A natureza, portanto, era o conceito que representava e individualizava a essa região.

Ao mesmo tempo em que essa concepção era repetidamente divulgada, outros aspectos advindo da intervenção humana não podiam deixar de ser apresentados. Esses aspectos se subdividiam em dois fatores. Um fator era a degradação ambiental, que tanto a mídia quanto a ciência geográfica apresentavam como fruto da irresponsabilidade de algumas pessoas no uso ou relação com as riquezas naturais da região; outro era mais abordado pelas mídias, principalmente pelos veículos jornalísticos, que divulgavam aspectos referentes a violência e os problemas sociais de determinados grupos e coletividades. Ou seja, ao mesmo tempo em que tinham de reafirmar a perfeição paradisíaca do local, não podiam deixar de apresentar a imperfeição ali existente. Um paraíso em que o inferno está presente é um paradoxo. Eis aí o que pensava ser a contradição de seus discursos.

Quando do contato com as idéias de Deleuze, principalmente em seu clássico *Diferença e Repetição* (2006), foi se desterritorializando do meu pensamento esse entendimento pautado na lógica da contradição e foram se criando outras perspectivas mais próximas das multiplicidades ali presentificadas. O movimento contraditório em sua base dialética pressupõe uma tese afirmativa que é organicamente negada por sua antítese e, do atrito entre ambas, ocorre uma evolução em que a negação se afirma como única síntese possível.

Essa forma de conceber o movimento tende a encerrar toda a mobilidade de pessoas, objetos e fenômenos no interior de um esquema fechado em que um elemento

tem o seu opositor espelhado que o superará, num processo, portanto, previsível e passível de dedução lógica. Sabendo como uma coisa surgiu, pode-se prever de forma lógica, racional e científica para onde ela caminha e como terminará. Não existe espaço aí para o contingencial ou para o rizomático. Todo *sim* corresponde a um único e exclusivo *não*. É impossível haver outros silêncios ou falas que neguem, afirmem, titubeiem, gaguejem, duvidem, berrem, cantem etc.

Ao assim perceber os limites da explicação dialética, comecei a entender o porquê do seu emprego não auxiliar muito a compreender a complexidade das diferenças inerentes a realidade pantaneira quando delimitados pelos pares de discursos midiático e científico que enquadravam o Pantanal como paraíso ou como inferno.

Mas aí se pode questionar: o inferno não é exatamente a negação do paraíso, e vice-versa? Aí realmente não existe a contradição dialética? Insistamos com o exemplo acima em que para cada *sim* não existe apenas um único *não*, pois as possibilidades de respostas a uma dada afirmação são diferenciadas e variam conforme as múltiplas condições colocadas. Querer acreditar na mecânica anteposição de um inferno a um céu é insistir no pensamento enquanto *imagem moral*, ou seja, na razão clássica, aquela que visa simplificar por semelhanças e generalizar por igualação do não igual (SHOPKE, 2004).

O pensar por representação visa exatamente transformar as diferenças em conceitos que buscam as identificações de semelhanças, permitindo assim eliminar, ou negar, tudo que pode diferenciar, provocar tensão e desconstrução do pensamento reprodutor e uniformizador, o qual padroniza as coisas para dizer como devem se comportar segundo seus modelos tidos como únicos e corretos.

Quando a diferença é subordinada, pelo sujeito pensante, à identidade do conceito (mesmo que essa identidade seja sintética), o que desaparece é a diferença no pensamento, a diferença de pensar com o pensamento [...]. Restaurar a diferença no pensamento é desfazer este primeiro nó que consiste em representar a diferença sob a identidade do conceito e do sujeito pensante (DELEUZE, 2006, p. 371).

Quando, portanto, os discursos midiático e o científico apresentam o Pantanal como paraíso de um lado e inferno do outro, na verdade não estão se contradizendo, nem sendo antagônicos, apenas expressando diferenças devidamente conceituadas em modelos representativos de identificação de semelhanças. Assim, tudo o mais, que é a maior parte do que vem a ser o Pantanal, fica de fora. Só o que se

sujeita, ou se reduz, a ser representado como paraíso ou inferno é que é devidamente agenciado nesses parâmetros enunciativos da verdade sobre a natureza pantaneira.

Para que sejam incorporados, estes devem ser simplificados em seus processos de entendimento e generalizados como elementos únicos e amplos que explicam ao todo daquela territorialidade. Portanto, paraíso/natureza perfeita e inferno/natureza imperfeita, fazendo referência às diferenças entre o pensar estético de Kant e Hegel respectivamente, não se negam, mas se identificam, se assemelham na conformação de uma dada forma de ler aquela porção do mundo, com a função de negar as profundas diferenças, as múltiplas diferenças em suas potencialidades de resistência, tensões e transformações desses referenciais de entendimento e de pensamento uniformizadores.

Feita a crítica aos limites da contradição dialética, desdobrou-se a análise desses discursos a partir de uma Geografia do/no pensar a diferença pela diferença, e não mais como conceito de identidade. Sobressaiu-se, então, as cisões territoriais que o discurso da semelhança estabelece ao tratar de diferentes fenômenos numa mesma espacialidade.

O Pantanal é um arranjo espacial que acontece no presente a partir da duração de vários processos em suas múltiplas temporalidades. Esses processos possuem ritmos e mecanismos diferentes, se tocam, se distanciam, se transformam conforme as condições e forças em jogo. Isso se manifesta em configurações territoriais que dão sentido ao lugar em conformidade a escala com que se pensa o mundo. Esse pensar delimita, portanto, a dimensão escalar do fenômeno observado, ou seja, perceber, para além do mero olhar, a forma com que o fenômeno ali acontece (sua paisagem), para assim identificar sua distribuição espacial (a territorialidade), de maneira a compreender seu comportamento, processos e elementos constituidores determinantes (estabelece assim sua regionalização).

A construção do discurso geográfico, portanto, exige de todos nós que:

- Identifiquemos as formas (reconhecimento da paisagem);
- Identifiquemos a distribuição (localização dos fenômenos e reconhecimento do território);
- Desvendemos o significado (possamos apontar qual o papel de cada um dos fatores observados na constituição dos lugares estudados, articulando-os entre si, definindo os limites de sua influência, definindo, portanto, sua regionalidade) (SANTOS, 2006, p. 12).

Apesar da afirmação de Santos aparentar um sentido de pensamento representacional, buscando semelhanças para caracterizar o sentido de espaço geográfico, podemos retirar dela a perspectiva de dinâmica escalar na forma com que se entende os lugares. Os fenômenos estão nos lugares, são lugares em suas manifestações territoriais, portanto, possuem uma forma paisagística e um comportamento, o qual, quando identificado, delimita uma região, aquela em que tal fenômeno apresenta dada função e forma, ou seja, torna-se um elemento espacial quando humanamente é lido e entendido em certa perspectiva e por dada referência lógica.

A espacialização lógica do fenômeno observado não se encontra a priori na exclusividade do mesmo, nem ao contrário, é fruto apenas da projeção do que o pensar humano estabelece sobre as coisas, a partir do que deduz ser a coisa em sua essência. O fenômeno é pura virtualidade, um devir de potencialidades, é a multiplicidade do mundo em suas singularidades, é o movimento da diferença a se diferenciar (DELEUZE, 2006). O que o pensar geográfico faz é atualizar um determinado estado de coisas, ou seja, permitir que certas potências virtuais aconteçam em condições de entendimento, por meio de proposições discursivas, estabelecendo as funções e utilidades do fenômeno necessárias e possíveis para o presente. Portanto, o sentido espacial de determinado fenômeno se dá no contato, no encontro do mesmo com o homem, pois o ser humano vai estabelecer a compreensão desse a partir daquilo que cria em cada momento e situação como possibilidade de leitura e orientação frente ao mundo a partir do lugar em que o fenômeno acontece.

Pantanal, portanto, é um lugar preche de lugares, de forma que a dinâmica escalar é definida conforme nosso olhar negocia as condições e necessidades com as quais podemos entender determinado fenômeno no contexto da dinâmica escalar de outros fenômenos que com ele articula os sentidos de compreensão, ou seja, sua territorialidade e regionalização.

Assim, quando observamos o comprometimento dos ciclos de cheias e vazantes no Pantanal como consequência dos processos de ocupação econômica dos mananciais dos rios, o pensamento representacional, o atualmente hegemônico nos discursos midiáticos e científicos, tende a identificar o problema restrito àquela escala em que se estabelece semelhanças entre causa e efeito imediato. Por generalização, esse é um problema pantaneiro porque em seu interior ocorre e pronto. Não se percebe, ou evita-se agenciar nessa forma de pensar, que os rios são dinâmicos, portanto buscam

suas diferencialidades numa espécie de política de criação de novas linhas de fuga, as quais visam territorializar outros caminhos a percorrer frente às forças e materiais que resistem. Nessa luta contra as barreiras geológicas, pedológicas e geomorfológicas, cada rio, cada filete d'água, estabelece intercessores com o clima e a gravidade para que sua vontade de potência afirme seu devir água em novos trajetos e forças.

Isso significa que, um rio que se encontra na área do Pantanal, como por exemplo o Taquari, não apresentou sempre essa mesma territorialidade, essa regionalização e paisagem desde tempos pretéritos; ele aconteceu no momento que o pensar entrou em contato com ele e assim o entendeu como pertencendo a aquela bacia hidrográfica. Só que esse rio não apareceu no mundo “pronto” como agora é percebido, ele construiu sua espacialidade numa temporalidade que está além da escala humana individual. O que ele é hoje é exatamente a duração desses tempos múltiplos de cada fenômeno que com ele estabeleceu lutas, acordos, agenciamentos (é o tempo geológico da formação das rochas e minerais; é o tempo dos movimentos das placas tectônicas; é o tempo das mudanças climáticas e atmosféricas; etc.).

E como esse rio é um elemento espacial, portanto não se restringe a um processo histórico linear de um passado, presente e futuro, é uma contingencialidade em que a duração temporal nele presente, através das múltiplas temporalidades de cada fenômeno que o formou, aponta para novas diferenciações futuras, novas mudanças na sua ordem espacial. Quando a dinâmica diferencial das múltiplas temporalidades do ser humano passa a fazer parte dos processos de construção do sentido do rio Taquari, esse se torna então um fenômeno geográfico. A partir daí ele, o rio, passa a acontecer enquanto realidade pensada em conformidade aos interesses, necessidades e ações que o homem articula para a organização de sua própria espacialidade.

A geograficidade do rio Taquari, portanto, irá sofrer mudanças em conformidade com as diferentes condições técnicas e tecnológicas que as relações humanas criam para produzir e reproduzir suas existências. A cada padrão técnico e tecnológico que o ser humano elaborou para se locomover, comunicar, alimentar e dar sentido a sua existência, o contato estabelecido com o referido rio definiu um novo parâmetro territorial do mesmo, ou seja, estabeleceram-se outros usos e funções que se desdobraram em novas regionalizações e em outras manifestações paisagísticas.

O território de uma bacia hidrográfica que possui a função de lugar sagrado no qual os espíritos descansam, delimita uma região com sua paisagem correspondente;

essa é bem diferente quando essa bacia hidrográfica passa a ser entendida território e região em que os peixes, nas cheias, se reproduzem, permitindo assim alimentar todo um conjunto amplo de aldeias. Esse mesmo lugar passa a ser outro lugar quando o seu sentido territorial se redefine como caminho fluvial para deslocar tropas de mulas e exploradores, ou seja, territorializa outra regionalização com outra paisagem manifesta, já que seu uso e função se transformaram. Quando, a partir de novas condições tecnológicas, torna-se possível utilizar as nascentes do rio para controlar o volume de água necessário e garantir grandes produções de soja, milho e cana, ou então, quando do crescimento urbano e industrial, aumenta o volume de dejetos jogados em suas águas, isso levará a outros sentidos de território, região e paisagem para esse outro lugar que passou a acontecer.

Percebe-se aí que, para cada condição de organização tecnológica, e das conseqüentes necessidades e potencialidades humanas, tem-se diferentes processos de territorialização e regionalização de um dado fenômeno. Captar as características dessas diferenças e passar a interpretá-las em suas múltiplas possibilidades é a grande contribuição de uma Geografia pautada na lógica da diferença. Para tal, não há como pensar a diferença sem a interação da dinâmica escalar dos vários fenômenos que contribuem para entender um processo de territorialização.

A Geografia do rio Taquari na época da ocupação colonial não pode ser lida sem levar em conta a escala que ele se encontrava não estava isolada dos interesses e disputas geopolíticas das metrópoles européias, dos conflitos em escala global entre Espanha, Portugal, Inglaterra, França, dentre outras nações, pelo controle das denominadas “novas terras”. Também não pode ser entendida sem as técnicas cartográficas que se encontravam nas mãos da ordem Jesuíta, a qual tinha outra escala territorial a definir uma região específica de ação. Outro fenômeno fundamental na época que deve ser agenciado para explicar a paisagem de então do rio Taquari é o da tecnologia bélica e seus centros produtores, assim como das fontes de matéria prima necessárias para a produção de armas, cada um desses fenômenos com sua própria escala territorial e respectiva delimitação regional.

O mesmo se aplica na atualidade para tentar melhor interpretar a paisagem delineada pelo referido rio a partir dos processos de usos e funções, da regionalização, que os interesses e ações humanas o estão territorializando. Sua paisagem está a se diferenciar do que se tinha como idealizada de natureza perfeita e pura, passando a

manifestar a relação entre degradação de seu ambiente natural a jusante a partir dos usos e interesses econômicos que ocorrem a montante. Contudo, mais do que isso, não é apenas uma questão de causa/efeito, mas sim elementos em escalas diferenciais que os múltiplos fenômenos articulam para ali se manifestarem com aquela singularidade.

São os interesses da indústria de combustível em escala nacional e mundial. São os interesses dos pecuaristas chineses. São os interesses das indústrias de fertilizantes. Mas também existe a necessidade de emprego, tanto local, dos que precisam trabalhar nas fazendas produtoras, assim como mundial, pois os trabalhadores da China e EUA, entre outros, precisam da soja e do álcool ali produzidos. Se acrescentarmos a esses a questão das mudanças ocorridas no comportamento climático, assim como as crises econômicas, desvalorização das commodities, superprodução etc., teremos múltiplos fenômenos, com suas diferentes escalas de manifestações, que são necessários para explicar a Geografia do rio Taquari.

O lugar rio Taquari não se explica por ele mesmo, como se apenas pelo fato de estar dentro do lugar Pantanal é passível de entendimento a partir do estabelecimento de aspectos semelhantes que se bastam numa relação de causa/efeito. O referido rio é o mundo ali acontecendo em sua singularidade espacial, portanto, só se explica, só toma sentido, só pode ser efetivamente localizado quando o sentido de orientação espacial, com o qual o regionalizamos, estabelece a dinâmica escalar dos vários fenômenos ali territorializados, sendo que estes estão além de seus limites fronteiriços.

A Geografia da diferença busca, portanto, as forças intensivas que permitem o fenômeno tomar sentido regional sem com isso circunscrevê-lo a um local delimitado fixo, pelo contrário, entende a este em sua dinâmica de escalas que potencializam as diferenças, as multiplicidades de aspectos que fazem de cada fenômeno um feixe de devires em fuga, para além dos dualismos de causa e efeito, portanto, não busca uma verdade única para dado problema, mas atualiza estados de coisas para possibilitar a criação de diferentes caminhos e respostas.

Essa postura, por exemplo, é bem diferente do discurso científico que se fundamenta na representação. O pensar por semelhanças visa delimitar regiões estanques, em que tudo se restringe a um problema que tem uma causa. Busca-se uma resposta enquanto verdade e a solução se faz. Tudo o mais que potencialmente existe ou pode existir não adentra a esse pensar. Desse modo, a poluição do rio Taquari advém da ocupação de seus mananciais. A resposta é a consciência ambiental para preservar o

ritmo da cheias e vazantes e assim conservar a natureza em seu estado de perfeição eterna.

Essa resposta atende os interesses, por exemplo, da indústria do turismo, que precisa da idéia de natureza perfeita e eternamente igual em sua essência inicial como forma de garantir acúmulos econômicos, permitir a geração de emprego e a sobrevivência financeira dos municípios. Ao se ampliar essa resposta, acaba-se por camuflar toda a diferencialidade de fenômenos ali territorializados. Assim, não se percebe, ou evita-se ver, que as justificativas para os fazendeiros explorarem as riquezas naturais das terras nos mananciais do rio, repete as da indústria do turismo quando requer a preservação ideal da natureza perfeita, ou seja, a necessidade de gerar empregos, garantir acúmulos econômicos para os investidores e a sobrevivência financeira dos municípios.

Ao extensionalizar as respostas, o pensar generalizante acaba por fazer uma cisão territorial dos múltiplos processos e nega o sentido propriamente geográfico dos mesmos. Não trabalha com a dinâmica escalar, mas sim com escalas rígidas e fixas, em que cada fenômeno é abordado em si, apenas identificando causas e efeitos mecânicos numa dada área rigidamente delimitada. O território e a região, assim como a paisagem, passam a ser coisas separadas, que não se relacionam no sentido espacial do lugar, pois apenas definem por identidades elementos semelhantes e imutáveis em suas formas, funções e características.

Tal concepção entende o rio Taquari como um elemento natural que sempre foi assim e sempre deverá assim continuar sendo; a ação humana irresponsável, dentro de uma concepção histórica progressista, terá como o efeito o seu fim; a solução para isso é eivar esforços para que ele permaneça sempre o mesmo. Ao invés de afirmar a diferença constante na multiplicidade da ordem espacial, para assim criar outros olhares para além da lógica hegemônica atual, nega as potências da diferenciação da vida para garantir a semelhança daquilo que idealmente se define como natureza perfeita e pura.

O exemplo aqui do rio Taquari expressa o como a questão da natureza no Pantanal é entendida no contexto dos discursos científicos e midiáticos. Ambos se pautam no pensar por semelhanças e na igualação do não igual. Só que o discurso científico foca a escala macro; trabalha com uma uniformização da idéia de região a partir da delimitação do lugar pantanal como algo fixo, passível de ser abordado em sua totalidade apenas adotando a relação mecânica de causa e efeito no interior de suas

fronteiras precisas. Tudo em seu interior é catalogado e padronizado segundo esse modelo de generalização. As tensões, quando ocorrem, devem ser solucionadas por medidas técnicas e racionais que não buscam a criação de novas diferenças, mas de identificação de respostas generalizantes e aplicadas de igual forma para o conjunto daquele sistema fechado.

Os livros didáticos reproduzem a isso quando discutem o Pantanal e abordam, por exemplo, os problemas ambientais. A culpa é de elementos genéricos: falta de consciência ou motivados pelos interesses econômicos. Não se territorializa em singularidades o que é esta consciência no contexto dos pensamentos hegemonicamente exercitados atualmente. Os interesses econômicos são de quem? Há forma mudar esses interesses no contexto da lógica econômica do mundo atual? Qual projeto de sociedade se encontra realmente por trás das necessidades econômicas que envolvem a diversidade pantaneira? São questões que, quando elaboradas no interior da sala de aula, as respostas fogem da criação de olhares diferenciados e buscam sempre o óbvio generalizante e padronizador: é culpa do governo, do grande capital, de pessoas maldosas.

Já o discurso midiático, notadamente o jornalístico, ao abordar o Pantanal, volta-se para a escala do micro, pois foca as questões mais cotidianas, as tensões diferenciadas se tornam mais presentes. Assim, a mídia retrata o problema ambiental, mas como reproduz em escala micro o mesmo modelo de pensamento representacional, acaba por apresentar a mesma lógica explicativa do discurso científico. A poluição ambiental se dá no Pantanal, mas se desterritorializam os processos que agenciam tal fato com a lógica que delimita o conjunto daquele território na articulação com as forças que estão além de seus limites.

Quem poluiu? Alguém, um elemento abstrato. Quando se encontra um culpado, como ocorre nas notícias de jornais quando a polícia florestal prende um grupo de pescadores ilegais, ou a promotoria do meio ambiente multa determinada indústria madeireira, apesar dos nomes dos meliantes, o que se tem ali é o modelo de culpabilidade vazia que se generaliza, pois o restante dos diferentes fenômenos que explicam o porquê daqueles pescadores ou indústria assim agirem não está ali territorializado.

Nos dias atuais, a forma com que o Pantanal é abordado nos discurso expressos pela ciência e pela mídia, embora aparentem não dialogarem entre si, já que o

primeiro fica mais restrito a escala macro do fenômeno e o outro ao nível micro, ambos desembocam na mesma apreensão imagética sobre esse objeto de estudo. Do Pantanal dotado de uma existência em si. Fruto de suas escalas de abordagens fixas e rigorosamente delimitado por essas linguagens que informam e comunicam.

O Pantanal que se faz existir ancorado em pressupostos específicos das concepções de natureza e estética é caracterizado por idéias de desenvolvimento e progresso que buscam justificar discursos que viabilizam ações de intervenção e exploração da natureza, ao mesmo tempo em que prega a necessidade de preservação e conservação da beleza perfeita desta natureza. Assim sendo, os discursos que se cruzam acabam muitas vezes pontuando temáticas diferentes, de acordo com interesses próprios sobre essa região, mas articulam por semelhanças dicotomizadas o conjunto pantaneiro como algo si.

Quando comparamos, por exemplo, uma notícia sobre a perspectiva do desenvolvimento e progresso a partir da mídia eletrônica como aquela do título “Em Brasília, Delcídio busca alternativas para implantar luz para todos no Pantanal” os pontos destacados desse fato são apenas positivos sobre a região. Já, quando os aspectos desenvolvimentistas são analisados a partir do livro didático o que se observa são uma série de críticas que envolvem alusões à problemas ambientais, extinção de determinadas espécies de animais e vegetais, poluição de rios, alteração no habitat natural desses seres vivos, prejuízo para grupos nativos indígenas; enfim, é nessa interação de discursos que o Pantanal, sempre vinculado à idéia de natureza, é expressado em seus referenciais de perfeição ou de imperfeição. Ambas justificam a necessidade de ação humana como algo em separado da mesma: natureza perfeita para o uso do prazer humano, via turismo; natureza imperfeita para o uso dos interesses humanos, explorar os recursos.

O entendimento, a partir da interpretação dos questionários que fizemos com os professores, não rompe com essa idéia, que muitas vezes é reforçada. As qualificações atribuídas ao Pantanal também direcionam para o entendimento do mesmo a partir da noção de paisagem natural, notadamente quando realçados os seus valores estéticos de conotações paradisíacas e belas, afirmados a partir de definições que muitas vezes vinculam sua imagem como um santuário ecológico e Patrimônio Natural da Humanidade, assim definido pela UNESCO. Mas também expressam preocupações

com a problemática ambiental, ou seja, que se deve aumentar a consciência das pessoas para a preservação daquele santuário natural.

O entendimento do Pantanal como resultado de um encontro do homem com aquele conjunto de fenômenos, estabelecendo o acontecimento daquele território enquanto decorrência dos interesses, ações e necessidades humanas, raramente aparece nos discursos dos professores, da mídia e dos livros didáticos. Quando o fazem, é tratado de forma isolada como se o Pantanal fosse uma coisa (natureza) e a urbanização (sociedade), outra. Não possibilita uma leitura mais ampla a partir dos sentidos de orientação que o homem estabelece na interação desses elementos e dos valores que convergem entre o mundo e esse lugar.

Desse modo, tanto o discurso científico da Geografia, presente nos livros didáticos e nas falas dos professores, quanto o sentido geográfico presente nos enunciados jornalísticos da mídia eletrônica aqui analisada, tendem a separar o Pantanal, enquanto natureza, perfeita ou não, da vida e relações humana ali territorializadas. Os pantaneiros, quando focados, são tratados como outros que não humanos, meras extensões do reino da natureza, os quais conseguiram se integrar na condição de se tornarem brutos, quase não humanos no sentido de ordem civilizatória, urbana e moderna.

As cidades e seus habitantes não fazem parte da natureza pantaneira. As manchetes de jornais quando abordam problemas como prostituição, narcotráfico, desemprego etc., que ocorrem na região, tratam a esses como fruto de um outro mundo, totalmente cindido em relação ao universo pantaneiro, como se esses aspectos inerentes a vida moderna não fizessem parte da mesma lógica definidora daquela territorialidade. Os livros didáticos e a maior parte das falas dos professores não abordam essas questões da rotina social quando se fala de Pantanal. A idéia que se tem é que não existe cidade ou relações humanas naquele lugar.

Esses discursos acabam tentando, por semelhanças, delimitar uma região a partir da construção de significados cujos elementos naturais são os aspectos determinantes da relação humana com o objeto natureza. O máximo de significado possível para a questão da natureza pantaneira se divide, como aqui foi várias vezes apontado, entre a idéia de natureza perfeita e de natureza imperfeita. O que aí não se enquadra, não atende os pressupostos desses significantes, não cabe no interior desses discursos com o significado de Pantanal.

Deleuze faz a crítica a essa redução do pensamento apenas pela busca de significados identificatórios daquilo que se idealiza do mundo com o que se deseja que ele atenda enquanto discursos que significam o mesmo. Para o filósofo, é necessário que o pensar a diferença pela diferença busque a criação de *sentidos* e não de encontrar *significados*. O significado, entendido como um objeto da mente, um ente da razão, que não possui uma existência que transcenda o intelecto humano, deve ceder lugar a idéia de sentido, que ao contrário, na perspectiva de Deleuze, é algo que está no mundo, mesmo não possuindo necessariamente uma existência física, concreta.

Para sermos mais precisos, uma lógica dos sentidos, pressupõe a idéia de um mundo de puras relações diferenciais. Isso quer dizer que um corpo não tem qualquer sentido em si, mas adquire um ou vários no instante mesmo em que se relaciona com os outros (ser aluno ou ser casado pressupõe sempre uma relação, um encontro de corpos). Os incorporais, portanto, são os verdadeiros objetos do pensamento, e não os corpos; a *diferença* como um incorporeal, em Deleuze, é possivelmente o primeiro e o único elemento a verdadeiramente descentrar o pensamento e tirá-lo de sua tarefa menor de mero reconhecedor do mundo e das coisas. Brincar com os sentidos, é brincar com as múltiplas relações a que estão fadados os seres. Não há nada de fixo ou fixável nessas relações. Daí porque os sentidos são sempre mais flexíveis que os significados SCHOPKE, (2004, p. 182).

Os significados dos lugares, por exemplo, são expressos na linguagem como aquilo que se encerra em seu a priori enquanto essência que caracteriza ao conjunto daquela formação territorial. Ele enrijece e delimita o que vem a ser cada lugar. Portanto, Pantanal é uma área fixa cujo seu significado já estava dado desde tempos imemoriais a partir da sua condição de beleza natural. É isso que o pensamento por semelhanças reconhece como sendo esse lugar.

A criação de sentidos, ao contrário, não visa enrijecer e encerrar os lugares em representações a priori idealizadas. Buscam-se as diferenças que denotam múltiplas possibilidades de leitura e compreensão dos lugares em suas dinâmicas de escalas e fenômenos. O mundo atualmente não comporta mais, pelo próprio processo em que as relações sociais se fragmentam e mutuamente se intercessionam, um entendimento dos lugares como espaços fechados, acabados e portadores de essências imutáveis que estabelecem um significado único e eterno para os mesmos.

A noção (idealizada) de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades coerentes e homogêneas é

contraposta à fragmentação e ruptura atuais.... A compressão do tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso (MASSEY, 2000, p. 178)

Para melhor se compreender o que se entende por Pantanal, portanto, não se deve mais insistir nesses modelos representacionais que buscam significados idealizados do lugar. Pantanal não é sua natureza, tanto a perfeita quanto a imperfeita, pois a própria idéia de natureza não cabe mais nesses significados em que o homem pensa seu objeto coisificado e passivo. Natureza é o próprio acontecer espacial do homem na criação de diferentes sentidos para os fenômenos, estabelecendo aí as condições de melhor se orientar e se localizar no mundo a partir de onde se encontra.

Aí temos a pertinência de uma Geografia da diferença, aquela que busca uma linguagem que não se acomode com apenas reconhecer semelhanças e identificar significados generalizantes para os lugares fixos e imutáveis, para assim contentar a metafísica do discurso científico. Coloca-se a necessidade de se territorializar novas potencialidades afirmativas para a linguagem geográfica, possibilitando ao discurso desta ciência estabelecer diálogos com outros ramos do conhecimento humano, contribuindo para um melhor entendimento dos sentidos estabelecidos pelos homens com o mundo a partir dos lugares em que territorializa, regionaliza e manifesta nas formas paisagísticas a construção de suas espacialidades..

Uma Geografia que permita, de acordo com Ferraz (2005), olhar a paisagem do mundo a partir das experiências humanas, ou seja, que enxergue o mundo a partir das relações e sentidos propriamente humanos; uma ciência que releve o ser/estar humano no mundo a partir do entendimento do mundo/natureza como sentido afirmativo do homem/vida. Eis aí a potência em devir da Geografia da diferença.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Gilmar; TORRES, David V.; ZUPPA, Graciela (orgs.). **Natureza na América Latina** – apropriações e representações. Londrina, Pr. Ed. UEL, 2001.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007
- BARBOZA, Jair. **Infinitude Subjetiva e estética: Natureza e Arte em Schelling e Schopenhauer**. Editora UNESP: São Paulo, 2005
- BECKENKAMP, Joãozinho. **Entre Kant e Hegel**. EDIPUCRIO: Porto Alegre, 2004. (Coleção Filosofia, nº 178).
- BORNHEIN, Gerd. . **Kant juízo estético e reflexão**. In: **Artepensamento**, NOVAES, Adauto (Org), São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- CARDOSO JR., H. R. **Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos contemporâneos das ciências humanas**. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.28, n. 2, p. 105-116, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29417.pdf>>. Acessado em 22 fev. 2008.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. PEREIRA, Diamantino A. C. SANTOS, Douglas. **Geografia: ciência do espaço: o espaço brasileiro**. 2ª ed. Revi. e atual. São Paulo, 1994.
- CASTRO, Maria Lília Dias de. **O discurso publicitário: uma proposta de leitura e interpretação**. In: *Mídias e Processos de Significações*. Editora Unisinos, São Leopoldo – RS, 2000.
- COSTA, Maria de Fátima G. **O Brasil Pelo Olhar da Expedição Langsdorff**. In: *O Brasil de Hoje no Espelho do Século XIX: Artistas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff*. Estação Liberdade: São Paulo, 1995.
- CRAIA, E. **A problemática ontológica em Gilles Deleuze**. Editora: EDUNIOESTE, Cascavel, 2002.
- DANILO, Marcondes de Souza Filho. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. Editora Cortez, São Paulo, 1983.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DIAS, Rosa M. **Nietzsche Educador**. Editora Scipione, São Paulo, 2007.

- DUARTE, Elizabeth Bastos. **Considerações sobre a produção midiática.** In: Mídias e Processos de Significações. Editora Unisinos, São Leopoldo – RS, 2000,
- DUARTE, Rodrigo. **Sobre o feio e o repulsivo: de Kant a Schopenhauer.** In: CÉRON, Ileana P. e REIS, Paulo (org.). Kant: crítica e estética na modernidade. Editora SENAC: São Paulo, 1999.
- EATON, Marcia Muelder. **Arte e Estético. In: Estética – Fundamentos e Questões da Filosofia da Arte.** (Tradução: Euclides C. Calloni). Editora Paulus: São Paulo, 2008)
- FERRAZ, C. Benito O. **Geografia e Paisagem: entre o olhar e o pensar.** Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2002.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. **Geografia e Poesia em Manoel de Barros: O Pantanal é o mundo do homem.** (texto inédito). Dourados: s/d
- FERRAZ, C. Benito O. **A Linguagem Geográfica – Por uma outra Ciência – Por uma outra Ciência.** UNESP, Presidente Prudente, (mimeo), 2005.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. Entre-Lugar: apresentação. In: **Revista Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano1, nº 1, p. 16-31. Editora UFGD, 2010.
- FERRAZ, Cláudio, B. **O que é Pantanal?** (vídeo-documentário). Edvaldo C. Moretti e Cláudio Benito O. Ferraz. Dourados, UFGD, 2009. DVD 10 min.
- FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829.** Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977.
- FOUCLAT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Tradução de Edmundo Cordeiro. Editora Gallimard, Paris, 1971.
- FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo.** 2ª Edição: Liber Livro Editora, Brasília, 2005.
- GALLO, Silvio. **Deleuze & a Educação.** 2ª Ed. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2008.
- GRANDIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica.** Tradução de Brenno Dischinger. Editora UNISINOS, São Leopoldo RS, 1999.
- HAMM, Christian. **O “mistério” do prazer estético e a possibilidade do belo: reflexões sobre a estética em Kant.** In: STEIN, Ernildo e BONI, Luís A. (org.). Dialética e Liberdade: Festschrift em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lima. Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- HEGEL, Georg W. F. **Estética: a idéia e o ideal.** (Tradução de Orlando Vitorino). Editora Nova Cultural Ltda: São Paulo, 1999.
- JOBIM & SOUZA, Solange. **Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin.** 9ª Edição. Campinas, SP: Papirus, 2005. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. (Tradução: Alex Marins), São Paulo: Martin Claret, 2002.
- KUSCH, Martin. **Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal**. Editora UNISINOS, São Leopoldo RS, 2001.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, Papirus, 1997.
- MAGNOLI, Demétrio. **Geografia: a construção do mundo – geografia geral e do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- MARTINS, Élvio Rodrigues. **Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 33 – 51, 2007.
- MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2001.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **Espaço da Diferença**. Campinas, SP.: Papirus, 2000
- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2008.
- MOURA, Carlos Francisco. **A Expedição Langsdorff em Mato Grosso: Desenhos e pinturas inéditos há mais de 150 anos**. Imprinta Gráfica e Editora LTDA. Cuiabá, 1984.
- NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal: homem e cultura**; fotos de Mario Ramires e Raimundo Alves Filho. Ed. UFMS, Campo Grande, MS, 2002.
- SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** Texto apostilado. 2007.
- SCHOPKE, Regina. **Por uma Filosofia da Diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: EDUSP, 2004.
- SOBRINHO, Noéli C. M. A Pedagogia de Nietzsche. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos Sobre Educação**. Pgs. 7 a 39. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2003.
- SOUZA, José Carlos de. **Sertão Cosmopolita: Tensões da Modernidade em Corumbá (1872 – 1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.
- STRATHERN, Paul. **Kant: em 90 minutos**; tradução, Maria Helena Geordane. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

TERRA, Ricardo Ribeiro. **Kant: Juízo estético e reflexão.** In: NOVAES, Aduino (org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VATTIMO, Gianni. **Para Além da Interpretação: o significado da hermenêutica para a filosofia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze;** tradução André Talles. Rio de Janeiro. (versão eletrônica), Editora Ifch-unicamp, 2004.

ANEXOS

ANEXO I – Modelo do questionário aplicado aos professores das redes pública e privada do Ensino Básico do Estado do Mato Grosso do Sul.

UFGD

Universidade Federal da Grande Dourados

Faculdade de Ciências Humanas

Programa de Mestrado em Geografia

Mestrando: Marcelo A. Fontanive

Orientador: Professor Dr. Cláudio B. O. Ferraz.

Escola _____

Pesquisa: Pantanal: a construção de uma paisagem a partir das concepções de estética e natureza.

Questionário trabalhado junto aos professores do Ensino Básico/Fundamental e Médio da SED/MS e da rede privada.

Tema: Questões relativas ao ensino do Pantanal nas escolas públicas e privadas do MS.

01 – O Pantanal é conteúdo trabalhado em sua disciplina?

- a) () Sim b) Não

02 – O Pantanal é trabalhado no Ensino Fundamental em qual ano?

- a) () 6º ano b) 7º ano c) 8º ano d) 9º ano

03 – O Pantanal é trabalhado no Ensino Médio em qual ano?

- a) () 1º ano b) 2º ano c) 3º ano

04 - Quantas aulas levam para tratar da questão do Pantanal?

05 – Quando o Pantanal é trabalhado em suas aulas qual recurso utiliza?

- a) () Livro didático b) () matérias de jornais e/ou revistas c) () músicas
d) () filmes/documentários e) () visita prática em trabalho de campo até a região pantaneira. d) Outros. Quais? _____

Observação: nessa pergunta podem ser assinalados mais de uma alternativa.

05 – Especifiquem o título, autor, ano e edição de seu livro didático.

- a) Título: _____
b) Autor (as) _____

Ano _____ d) edição _____

06 – Entre os conteúdos trabalhados quando aborda o Pantanal qual é detentor de maior interesse dos alunos?

- a) () Diversidades de flora e fauna b) () Hidrografia c) () principais pontos turísticos d) () a cultura do povo pantaneiro e) () as desigualdades sociais presentes nessa região e) () outro, _____

07 – Em sua opinião a forma com que o Pantanal vem sendo abordado nos livros didáticos é:

- a) Boa b) Ruim c) Regular d) excelente

08 – Para você professor o que é o Pantanal?

09 – O Pantanal é uma paisagem?

- a) () Sim, é uma paisagem natural; b) () Sim, é uma paisagem humanizada; c) () Não, o Pantanal não é uma paisagem.

10 – O Pantanal é bonito?

- a) () Sim (por quê) b) () Não (por quê)

ANEXO II - Listagem das escolas das redes pública e privada do Ensino Básico do Estado do Mato Grosso do Sul onde foram aplicados os questionários.

Ponta Porã

- Escola Estadual Adê Marques.
- Colégio Objetivo Magsul. (privada)
- Escola Estadual Mendes Gonçalves.
- Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni.
- Escola Anglo Mappe – Ponta Porã. (privada)

Dourados

- Escola Estadual Castro Alves.
- Escola Estadual Pastor Daniel Berg.
- Escola Estadual Ministro João Paulo dos Reis Veloso.
- Escola Mace – Unidade II. (privada)
- Centro de Ensino Imaculada Conceição. (privada)
- Colégio Objetivo Dourados. (privada)

Corumbá

- Escola Estadual Pompeu dos Santos.
- Escola Tenir (privada)
- Colégio Adventista de Corumbá. (privada)
- Centro de Ensino Imaculada Conceição. (privada)
- Escola Estadual Otacílio F. da Silva.

ANEXO III Sistematização das respostas do questionário referente ao item 12.1

01 – O Pantanal é trabalhado em sua disciplina?

Ponta Porã: SIM (06) Não – (zero)

Corumbá: SIM (08) – NÃO- (zero)

Dourados: SIM (06) – NÃO – (zero)

02 – O Pantanal é trabalhado no ensino fundamental em qual ano?

Ponta Porã: 6 ano (zero); 7 ano (6); 8 ano (zero); 9 ano (2).

Corumbá: 6 ano (5); 7 ano (6); 8 ano (5); 9 ano (5).

Dourados: 6 ano (3); 7 ano (1); 8 ano (zero); 9 ano (zero).

03 – O Pantanal é trabalhado no Ensino Médio em qual ano?

Ponta Porã: 1 ano (zero); 2 ano (zero); 3 ano (6).

Corumbá: 1 ano (6); 2 ano (4); 3 ano (5).

Dourados: 1 ano (2); 2 ano (1); 3 ano (4) .

04 – Quando o Pantanal é trabalhado em aulas qual recurso utiliza?

Ponta Porã: livro didático (3); materiais de jornais e revistas (2); internet (3); músicas (2); filmes e documentários (3); visita prática em trabalho de campo até a região pantaneira (zero)

Corumbá: livro didático (7); materiais de jornais e revistas (8); internet (3); músicas (6); filmes e documentários (6); visita prática em trabalho de campo até a região pantaneira (4)

Dourados: livro didático (5); materiais de jornais e revistas (3); internet (zero); músicas (1); filmes e documentários (5); visita prática em trabalho de campo até a região pantaneira (zero)

05 – Livros didáticos adotados pelos professores.

Ponta Porã: 1) Material didático Anglo – Mappe. 2) Coleção Geografia do Século XXI - Brasil: o despontar de uma potência – Francisco Coelho Sampaio. Editora Positivo. 3) Apostila objetivo Magsul. 4) Geografia Geral e do Brasil – Elian Lucci, Ancelmo

Lazaro Branco. Saraiva, 2005. 5) Geografia: a construção do Mundo - Demétrio Magnoli (Editora Moderna, 2005)

Corumbá: 1) Geografia Crítica – José Vecentini e Vânia Vlach, 2009. 2) História do Mato Grosso do Sul – Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz, 1994. 3) Textos diversos. 4) Apostila Anglo – projeto Buriti. 5) Geografia, Sandra Lessa da Silva, 3 edição, casa publicadora brasileira, 2010. 6) material da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 7) Material da rede Saescano de escolas.

Dourados: 1) Construindo o espaço brasileiro, Igor Ferreira. Projeto Araribá, 2007. 3) Apostila Objetivo.

06 – Entre os conteúdos trabalhados quando aborda o Pantanal qual é detentor de maior interesse dos alunos?

Ponta Porã: Diversidade de flora e fauna (5) Hidrografia (1) Principais pontos turísticos (5) A cultura do povo pantaneiro (zero) As desigualdades sociais presentes nessa região (zero)

Corumbá: Diversidade de flora e fauna (7) Hidrografia (4) Principais pontos turísticos (5) A cultura do povo pantaneiro (4) As desigualdades sociais presentes nessa região (4)

Dourados: Diversidade de flora e fauna (6) Hidrografia (4) Principais pontos turísticos (4) A cultura do povo pantaneiro (3) As desigualdades sociais presentes nessa região (zero)

07- Em sua opinião a forma com que o Pantanal vem sendo trabalhado nos livros didáticos é:

Ponta Porã: Boa (2) Ruim (zero) Regular (4) Excelente (zero)

Corumbá: Boa (1) Ruim (4) Regular (2) Excelente (1)

Dourados: Boa (zero) Ruim (1) Regular (5) Excelente (zero)

08 – Para você professor o que é o Pantanal?

Ponta Porã:

- 1) “A maior planície inundável do mundo. Lugar de rara beleza e diversidade de flora e fauna”.
- 2) “É a maior planície do mundo que abrange áreas do Brasil (Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Bolívia e Paraguai, onde recebe o nome de Chaco. É uma região caracterizada por complexo do Pantanal, devido a diversidade de flora e fauna da região”.
- 3) “Local de maior exuberância de flora e fauna do Brasil”.
- 4) “É uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta, milhares espécies de flora e fauna vivem harmonicamente em meio a uma diversificada flora. Também é considerada a maior planície inundável do mundo”.
- 5) “Pantanal é uma região com grande biodiversidade no Brasil, sendo considerada como um complexo pois em um único domínio encontramos espécies de fauna e flora encontrados em todo território brasileiro”.

Corumbá:

- 1) “Principalmente por morar em Corumbá – é o nosso pedaço do paraíso, solo sagrado dos nosso avós, pais e que serão de nossos filhos”.
- 2) “O Pantanal é de grande importância para a nossa região sua flora e sua fauna. É o patrimônio da humanidade dado pela Unesco”.
- 3) “Pantanal não é somente estar lá no campo, ou seja, estar perto dos animais e vegetais. Porque para mim, Pantanal abrange a cidade onde eu vivo que é a cidade de Corumbá, capital do Pantanal”.
- 4) “É um complexo de biodiversidade”.
- 5) “É uma planície alagada, um bioma natural, um patrimônio mundial da humanidade que deve ser preservado”.
- 6) “Uma diversidade rica e pouco explorada culturalmente”.

7) “O Pantanal dentre os vários ecossistemas do mundo, é considerado um santuário ecológico. E ocupa uma área aproximadamente de 240 km de extensão em Mato Grosso do Sul. Onde a fauna e a flora funciona de forma harmoniosa”.

8) “É o lugar onde o ciclo de cheias e vazantes dita o ritmo da vida do homem que habita neste lugar”.

Dourados:

1) “Um complexo de biodiversidade onde se destaca a rica flora e fauna, possibilitando ainda riquezas outras provenientes da economia turística e resultado de uma pecuária de corte”.

2) “Ecossistema único de grande importância para a humanidade”.

3) “Um grande berço da biodiversidade”.

4) “Espaço natural sem interferência do humana, com diversidades de flora e fauna, que fornece a parceria do homem e a natureza”.

5) “Local das maiores riquezas naturais do mundo”.

6) “Um ecossistema importante e único, com grande diversidade de flora e fauna”.

09 – O Pantanal é uma paisagem?

Ponta Porã: Sim, é uma paisagem natural (4); Sim, é uma paisagem humanizada (2)

Não, o Pantanal não é uma paisagem. (zero)

Corumbá: Sim, é uma paisagem natural (5); Sim, é uma paisagem humanizada (5) Não, o Pantanal não é uma paisagem. (1)

Dourados: Sim, é uma paisagem natural (4); Sim, é uma paisagem humanizada (2) Não, o Pantanal não é uma paisagem. (zero)

10 – O Pantanal é Bonito?

Ponta Porã:

- 1) “Sim, pois existem nessa região diversas espécies de animais e plantas, um fator importante dessa região é a inundação da planície em determinados meses, que provoca uma mudança natural da paisagem”.
- 2) “Pelas lindas paisagens que podemos observar”.
- 3) “Sim, isso se justifica pelo verde de suas paisagens e suas riquezas de flora e fauna, bem como o movimento de suas águas nos períodos de cheias são os mais belos exemplos de sua beleza”.
- 4) “Baseado em pesquisa e livros acredito que sim, porém, não conheço o Pantanal pessoalmente”.
- 5) “Sim, é uma das mais belas paisagens do mundo. E apresenta características de vegetação com um pouco de cada flora brasileira”.

Corumbá:

- 1) “Sim, é um bioma rico em diversidade e possui uma característica impar de outros lugares do mundo”.
- 2) “Sim, é maravilhoso!!! Principalmente para quem gosta de praticar o turismo contemplativo. E particularmente eu não tenho palavras para expressar tal beleza por ser uma pantaneira nata”.
- 3) “Sim, pela riqueza e variedade interdisciplinar”.
- 4) “ Sim. É uma riqueza natural sem limites, é um berço de vários tipos de vegetações, animais e algo que não existe em lugar algum. A sua fauna e sua flora é de uma riqueza sem igual”
- 5) “Sim, apresenta as riquezas da biodiversidade”.
- 6) “Sim, porque existem diversidades no Pantanal, como: flora e fauna”.
- 7) “Sim, pela importância do ecossistema que abrange a nossa região, a Bacia Platina, onde corre o Rio Paraguai e a nossa biosfera”.
- 8) “Sim, pois com suas características morfoclimáticas representa uma particularidade desse grande país – chamado Brasil”.

Dourados:

- 1) “Sim, pela sua diversidade de flora e fauna, e por ser a maior área alagada do mundo”.
- 2) “Sim, pois apresenta uma rica biodiversidade que em função do avanço das atividades econômicas, encontra-se em pleno processo de proteção e valorização”.
- 3) “Sim, porque toda área natural e não modificada pelo homem é bonita”.
- 4) “Sim, pelas riquezas naturais e sócio-culturais presente em suas paisagens”.
- 5) “Sim, pelas belezas naturais, pelas suas riquezas (fauna/flora/minerais/recursos hídricos /produção econômica)”.
- 6) “Sim, pelo fluxo hidrológico das cheias e novamente da presença da rica e diversificada fauna e flora”.

ANEXO IV – Notícias da Mídia analisadas



Em Brasília, Delcídio busca alternativas para implantar Luz para Todos no Pantanal

Geral - 12-02-2010 - 08:20

Da Assessoria

O senador Delcídio do Amaral (PT/MS) se reuniu, em Brasília, com o secretário de Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia, Josias de Araújo, e o chefe de gabinete, Antonio Pires, para discutir alternativas que permitam implantar o Programa Luz para Todos nas propriedades rurais localizadas na Nhecolândia, Paiaguás e Nabileque, regiões distantes do Pantanal.

“Esperamos que esse programa seja tão exitoso no Pantanal como tem sido no restante de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Entendemos que a região apresenta algumas restrições, em função até de suas características peculiares, como o solo constantemente alagado e a grande distância entre as propriedades. É evidente que o custo de instalação da energia ali é mais elevado que em outros locais, mas estamos negociando com as autoridades do ministério a possibilidade de enquadrar o Pantanal nos projetos especiais que a legislação e os decretos da Presidência da República viabilizam, no sentido de se encontrar uma solução diferenciada, sem onerar quem vive na região”, ponderou o senador.

No encontro em Brasília, Delcídio aproveitou para discutir também a questão da dívida das aldeias indígenas com a Enersul. “Através da Lei Federal número 12.212, sancionada agora em janeiro pelo presidente Lula, quem consome até 50 KW/hora por mês e vive em aldeias indígenas ou em comunidades quilombolas ficou livre do pagamento da conta de energia. O problema é que, no caso específico de Mato Grosso do Sul, existe um passivo de R\$ 1,9 milhão relativo a anos anteriores. Ao longo das próximas semanas vamos conversar com a Aneel, a Enersul e com o próprio Ministério de Minas e Energia para buscar uma solução que zere essa dívida”, explicou o senador.

© 2004 - ConesulNews - Todos os direitos reservados



Desmate do Pantanal atinge 15,18% e supera o da Amazônia

14/06/2010

Pnud

Brasil

Créditos: PnudO Pantanal, bioma brasileiro reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural Mundial, perdeu 15,18% de sua área original até 2008. Entre 2002 e 2008, o ritmo de devastação de sua cobertura foi maior do que o registrado em outros biomas, como a Amazônia e a Caatinga. Esses são os resultados do primeiro monitoramento feito sobre o bioma pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em sete anos, a região perdeu 4.279 km² de mata, o equivalente a 2,82% de sua cobertura original. A porcentagem é maior do que a registrada na Amazônia (2,24%) ou na Caatinga (2,01%), ficando apenas abaixo da registrada no Cerrado, que viu 4,17% de sua cobertura vegetal desaparecer no período.

É a primeira vez que a planície pantaneira tem dados oficiais sobre desmatamento. A iniciativa faz parte do projeto Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros, realizado pelo MMA em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o PNUD.

Antes, somente a Amazônia contava com esse tipo de ferramenta. Atualmente, dos seis grandes biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampas), faltam apenas dados sobre a Mata Atlântica e os Pampas, mas o processo deve ser implementado até o final do ano.

Os dados anualizados indicam que o Pantanal perdeu, em média, 713 km² de vegetação a cada ano. No entanto, não há como saber se o ritmo de devastação cresceu, diminuiu ou manteve-se estável nesse período, já que os resultados baseiam-se somente na comparação entre 2002, quando foi feito um retrato de todos os biomas brasileiros a pedido do MMA, e 2008, o primeiro ano do monitoramento via satélite para todos eles.

Só a partir deste ano, quando saírem os resultados da comparação 2008-2009, é que o governo contará com esse tipo de avaliação.

Diretrizes

O Programa de Monitoramento deve auxiliar o governo a traçar planos mais eficientes no combate aos principais vetores do desmatamento. Segundo Luciano Evaristo, diretor de Proteção Ambiental do Ibama, é preciso descobrir, em cada região, como exatamente se dá essa ação e quem são seus agentes.

Ele cita como exemplo a Caatinga, onde os principais agentes do desmatamento são famílias de pequenos proprietários que vendem lenha para os pólos gesso e cerâmico da região. A ação do Ministério, portanto, foi centrada nessas indústrias. "Não podemos proteger o bioma a custo da sobrevivência do povo", explica.

Para o Pantanal, os prováveis vilões são a pecuária e a lenha para usinas siderúrgicas, "que ainda insistem em utilizar o carvão de áreas nativas para a obtenção do ferro gusa".

No entanto, um diagnóstico mais preciso do quanto cada um contribui para esse desmatamento vai precisar de mais pesquisas. "Os grandes [desmatadores] serão punidos imediatamente. Se identificarmos que essa produção ocorre em pequenas propriedades, daremos outro tratamento", afirma Evaristo.

http://www.conhecaopantanal.com.br/index.php?id_pag=4&id_noticia=1211

Policial

11/05/2010 11h40

Fonte: Capital do Pantanal

Por: Mariana Conte

Bolivianos são presos por tentar entrar ilegalmente no país

Eles tentavam embarcar no ônibus da Viação Cruceña com destino a São Paulo/SP, quando foram detidos pelos policiais. Os três portavam documentos de imigração falsificados

Divulgação



Bolívianos portavam documentos falsificados

Corumbá (MS) A Polícia Federal de Corumbá prendeu na manhã de ontem, 10 de maio, na rodoviária do município três bolivianos que tentavam entrar ilegalmente no país.

Eles tentavam embarcar no ônibus da Viação Cruceña com destino a São Paulo/SP, quando foram detidos pelos policiais.

Os três portavam documentos de imigração falsificados. Segundo disseram, todos tentaram entrar legalmente no sábado passado, e pretendiam ir a São Paulo, mas foram barrados no Posto de Controle de Imigração da Polícia Federal em Corumbá.

Ao retornarem à Bolívia, uma pessoa lhes teria oferecido os documentos de imigração por cerca de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada um, o que foi aceito.

Ao tentarem embarcar com a documentação falsificada, foram presos em flagrante por policiais federais, que faziam fiscalização de rotina. Os três permanecem presos na Polícia Federal, à disposição da Justiça Federal.

http://www.capitaldopantanal.com.br/portal/contents_print.php?CID=83331

Cultura - 03/06/2009 - 10:32:00

Principais pontos turísticos no Pantanal

Poconé

A cidade de Poconé fica a 100 quilômetros de Cuiabá e é um dos pontos de partida para quem pretende visitar o Pantanal mato-grossense. É por Poconé que os turistas chegam à rodovia Transpantaneira, que leva ao Porto Jofre. Saindo da cidade também é possível viajar pela MT-370, que vai até Porto Cercado. O acesso a Poconé é feito, por Cuiabá, seguindo por 11 quilômetros pela BR-070 e depois mais 89 quilômetros pela MT-060 em estrada asfaltada. A cidade possui um aeroporto para pequenas aeronaves.

Porto Jofre

O acesso a Porto Jofre é feito pela rodovia Transpantaneira, principal porta de entrada ao Pantanal. Ao percorrer a estrada é possível observar uma grande variedade de

pássaros, de diversas espécies, além de muitos jacarés e capivaras que vivem nesse habitat. As aves que são mais vistas nessa localidade são, principalmente aquelas que se alimentam de peixes e moluscos, como o caso de tuiuiús, cabeças-secas, garças, baguaris, colhereiros, curicacas, gaviões, além de dezenas de aves migratórias que passam temporadas na região. Às margens da Transpantaneira encontram-se também muitas pousadas e hotéis-fazendas, desde os mais sofisticados aos mais rústicos. Como chegar: de Poconé ao Porto Jofre são 149 Km por estrada de terra (Rodovia Transpantaneira).

Porto Cercado

Para chegar a Porto Cercado, o acesso é pela rodovia MT-370, saindo de Poconé. O local também é referência para a visita ao Pantanal mato-grossense. No trajeto, é possível observar também uma série de animais característicos da fauna pantaneira, semelhante ao que é avistado na Transpantaneira. Dezenas de pontes sobre a planície alagada fazem parte do trajeto. Ao final está a Estância Ecológica Sesc Pantanal, que possui uma grande estrutura de lazer e hospedagem com trabalhos orientados para o desenvolvimento sustentável adequados à educação ambiental e pesquisa científica. Na Estância Ecológica os turistas podem realizar passeios de barco pelos rios, baías e corixos, além de conhecer a vida do dia-a-dia do pantaneiro. Passeios de cavalo, pescaria e visita aos ninhais são alguns dos outros atrativos da região.

Como chegar: de Poconé a Porto Cercado são 43 Km por estrada de terra (MT-370).

Baías de Chacororé e Siá Mariana

As duas baías pantaneiras ficam no município de Barão de Melgaço (135 km de Cuiabá), que é a cidade mais pantaneira de Mato Grosso. A baía de Chacororé tem um diâmetro aproximado de 15 quilômetros, sendo que na época da cheia ela fica duas vezes maior que a baía de Guanabara. A baía de Siá Mariana também é um viveiro natural que atrai muitos turistas na época de pesca permitida. Para chegar às baías, o acesso pode ser pela rodovia BR-364 e em seguida pela MT-361, chegando em Barão de Melgaço. Outra alternativa, também por terra, é saindo de Cuiabá a passando por Santo Antônio de Leverger. Esse caminho é mais curto, mas deve ser feito na época da vazante, de julho a dezembro.

Aquidauana

Localizada no Pantanal Sul, Aquidauana é um autêntico paraíso povoado por exuberantes espécies da fauna e flora que se espalham por uma imensa planície inundável, formada por baías, colinas, cordilheiras, vazantes e corixos. É um dos portões de entrada para o lado Sul do Parque Nacional do Pantanal e tem localização privilegiada na região da Serra de Piraputanga. No século XVI, os espanhóis fundaram o povoado de Xaraés, que deu origem à cidade, às margens do Rio Aquidauana. Os índios da região chamam a planície local de Mar de Xaraés.

Miranda

Miranda é considerada o Portal do Pantanal Sul, visto que a grande planície alagadiça começa praticamente dentro da cidade. Desde a sua entrada, o turista já encontra uma flora tipicamente pantaneira nos dois lados da rodovia - assim como várias espécies da fauna, com destaque para as aves. E aí começam os atrativos colocados à disposição dos turistas, como áreas de camping, hotéis e pesqueiros.

Rio São Lourenço

No coração da região pantaneira, o rio tem pacus, pintados e cacharas. A pesca dos dourados com isca artificial é muito produtiva, principalmente nas galhadas. Convém contratar um guia que conheça bem os pontos menos freqüentados. A melhor época para a pesca é de julho a novembro.

Rio Paraguai

A espinha dorsal do Pantanal é o Rio Paraguai, que corta a região de norte a sul e recebe as águas dos rios Miranda, Aquidauana, Taquari e Cuiabá. De outubro a abril, as cheias fazem surgir enormes lagos, baías, braços de rio e corixos - canais de escoamento.

Instituto Luiz de Albuquerque

No museu podem-se encontrar animais empalhados, peças de várias tribos indígenas da região, sessões de artes plásticas e de artesanato em couro e barro, utensílios usados nas fazendas centenárias, objetos pessoais dos primeiros desbravadores do Pantanal e do Marechal Cândido Maria da Silva Rondon. O prédio de arquitetura francesa, construído em 1922 para abrigar um grupo escolar, foi restaurado para dar espaço, além do museu, a duas bibliotecas.

Forte Coimbra

Localizado numa área de difícil acesso - apenas avião ou barco chegam ao local - foi construído em 1775 para defender o território brasileiro contra as invasões espanholas. Foi cenário de batalhas também na época da Guerra do Paraguai. Tombado em 1975, hoje é sede da artilharia de costa da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira do Exército.

Casario do Porto

Em 1814, o Porto foi o 3º maior da América Latina. Desembarcavam transatlânticos com mercadorias para compra e venda da Europa para o Brasil. Tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1992, o cartão postal da cidade ainda guarda vestígios de um período de grande prosperidade. Os prédios abrigavam grandes empórios, 25 agências bancárias internacionais, curtumes e a primeira fábrica de gelo do Brasil. O prédio Wanderley Baís&Cia, construído em 1876, é um dos mais belos do porto. No local funciona hoje a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo e a Fundação de Cultura do Pantanal. Outro casarão de igual valor arquitetônico é a casa Vasquez & Filhos, construída em 1909 pelo arquiteto italiano Martino Santa Lucci.

Forte Junqueira

Construído em 1871, logo após a Guerra do Paraguai, está localizado numa área privilegiada de onde se avista o Pantanal. Os 12 canhões fabricados na Inglaterra nunca foram usados. As paredes são de calcário e têm meio metro de espessura. O Forte, situado dentro do Quartel do 17º Batalhão de Caçadores, tem esse nome em homenagem a José Oliveira Junqueira, ministro da guerra na época de sua construção.

Estrada Parque

Podem-se ver, ao longo dos seus 120 Km e 87 pontes de madeira, aves, mamíferos e jacarés. Na Estrada Parque se encontra o Porto da Manga, que se destaca pela mostra maravilhosa da flora dos ipês, das bocaiúvas e animais vivendo em perfeito entrosamento. O acesso pode ser feito pela BR-262, a partir do Buraco das Piranhas, seguindo o sentido do Passo do Lontra; ou a partir de Corumbá, seguindo para Porto da Manga.

Ao Norte do Estado, Rio Verde, Coxim e Costa Rica oferecem opções de passeios ecológicos, pesca esportiva, safáris fotográficos ou de contemplação.

FONTE: MS NOTÍCIAS

http://www.pontanews.com.br/mostra.materia.php?CODIGO_NOTICIA=42982

PANTANAL

Aquário será portal de MS para o mundo

Ele irá abrigar 263 espécies de peixes, com 7 mil exemplares e 4 milhões e 275 mil litros d'água



5.Mai.2010 | CAMPO GRANDE - O governador André Puccinelli realizou ontem, juntamente com o arquiteto Ruy Ohtake e o oceanógrafo Hugo Gallo, a apresentação e discussão da proposta de construção do Centro de Pesquisa e Reabilitação da Ictiofauna (Cepric) – Aquário do Pantanal. Um dos mais importantes empreendimentos de Campo Grande e Mato Grosso do Sul, a construção do Aquário custará cerca de R\$ 80 milhões e está previsto para entrar em operação no final de 2011.

"É um importante empreendimento. Hoje, apresentamos detalhes de uma ideia que há anos vem sendo estudada. O aquário é uma representação ao público da história, memória e ictiofauna do nosso Pantanal. É o portal de Mato Grosso do Sul para o mundo em Campo Grande" destacou Puccinelli. Os recursos para construção do Aquário fazem parte dos 3,1 bilhões do programa MS Forte, lançado pelo Governo do Estado em 2009. Considerado o maior aquário do Brasil, o Aquário do Pantanal pretende abrigar 263 espécies de peixes, com 7 mil exemplares e 4 milhões e 275 mil litros d'água. Entre as espécies pantaneiras de escama e couro, também farão parte do aquário espécies da Amazônia, Bacia do Paraná e litoral brasileiro. "A intenção é que façamos, com o Aquário do Pantanal, a divulgação do Pantanal sul-mato-grossense, que corresponde a 63% de todo o bioma pantaneiro", afirmou o governador André Puccinelli. Ruy Ohtake, arquiteto responsável pelo projeto, acredita que o Aquário será o centro turístico de Mato Grosso do Sul. "As pessoas virão ao Mato Grosso do Sul para ver o aquário. Será uma referência para o Pantanal, com um banco de dados para estudos científicos, com laboratórios e biblioteca e servirá para formação de teses. Também atenderá aos alunos das escolas. Para o turismo, será o maior local de visitação do Centro-Oeste, com capacidade para receber 20 mil visitantes por dia" afirma Ohtake.

O complexo Aquário do Pantanal, que será construído no Parque das Nações Indígenas, com entrada pela Avenida Afonso Pena, terá uma área de 17 mil m², abrangendo aquários, laboratório, biblioteca e um espelho d'água na parte externa, onde ficarão jacarés e plantas típicas da flora pantaneira.

O projeto foi entregue ao governo do Estado no último dia 30, para entrar em fase de licitação. Após assinada a ordem de serviço, a estimativa é que o Aquário fique pronto em 18 meses. Ao todo serão 16 grandes aquários internos e na parte externa, mais 5 aquários com jacarés, sucuris, lontras, ariranhas, entre outras espécies e vegetação pantaneira. O Aquário deverá aumentar significativamente o afluxo de turistas, beneficiando também o setor hoteleiro, transportes aéreos e afins. Três propósitos estão sendo levados em conta na concretização do Aquário, segundo o secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (Semac), Carlos Alberto Menezes. "São propósitos contemplativos e turísticos, educacionais e científicos", destacou o secretário. Carlos Alberto afirmou que o empreendimento será um local de pesquisas científicas internacionais, um fórum de discussões de projetos ambientais e de programas educacionais. A reunião foi realizada no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, no Parque dos Poderes, e contou com a presença do prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, o deputado Paulo Corrêa, representando a Assembleia Legislativa, o vereador Vanderlei Cabeludo e representantes de organizações ambientais não-governamentais.

http://www.progresso.com.br/not_preview.php?not_id=45601

ANEXO V – Material didático analisado.

Título original: *Projeto Araribá – Geografia*
© Editora Moderna 2006



Elaboração de originais

Maria Angela Gomez Rama
Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo.
Especialista em Ensino de Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Professora da rede pública e em escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio.

Ana Paula Ribeiro
Licenciada em Estudos Sociais pela Universidade Paulista.
Pós-Graduada "Lato Sensu" em Turismo Ambiental pelo Centro de Estudos de Administração em Turismo e Hotelaria do Senac de São Paulo.
Professora da rede pública de Ensino Fundamental e Médio. Editora.

Wagner Nicaretta
Graduando do curso de Geografia pela Universidade de São Paulo.
Professor das redes pública e em escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio. Editor.

Lina Youssef Jomaa
Graduanda do curso de Geografia pela Universidade de São Paulo.
Professora da rede pública e privada de Ensino Fundamental e Médio. Editora.

Elaboração da seção Representações gráficas

Graça Maria Lemos Ferreira
Mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na Área de Geografia Humana.

Marcello Martinelli
Professor Livre-Docente do Departamento de Geografia, disciplina de Cartografia Temática, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Coordenação editorial: Virginia Aoki

Edição de texto: Ana Paula Ribeiro, Wagner Nicaretta,

Assistência editorial: Susi Aparecida Reis Gil

Preparação de texto: Mara Lafourcade Rayel

Coordenação de design e projetos visuais: Sandra Botelho de Carvalho Homma

Projeto gráfico e capa: Sandra Botelho de Carvalho Homma

Foto: Relógio de sol, instrumento utilizado para medir o tempo.
Madri, 1880/Observatório Astronômico de Madri.

Coordenação de produção gráfica: André Monteiro e Maria de Lourdes Rodrigues

Coordenação de revisão: Estevam Vieira Léo Jr.

Revisão: Duna Duetto Editora, Equipe Moderna, José Alessandre, Rita Lopes

Edição de arte: Flavia Maria Susi

Ilustrações de vinhetas: Vicente Mendonça

Editoração eletrônica: Grapho Editoração

Coordenação de pesquisa iconográfica: Ana Lucia Soares

Pesquisa iconográfica: Evelyn Torrecilla, Maria Magalhães

As imagens identificadas com a sigla CID foram fornecidas pelo Centro de Informação e Documentação da Editora Moderna.

Coordenação de tratamento de imagens: Américo Jesus

Tratamento de imagens: Américo Jesus, Evaldo de Almeida,

Fabio N. Precendo, Luiz Carlos Costa, Rubens Mendes Rodrigues

Saída de filmes: Helio P. de Souza Filho, Marcio Hideyuki Kamoto

Coordenação de produção industrial: Wilson Aparecido Troque

Impressão e acabamento: Gráfica Parma

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Projeto Araribá : geografia / obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna ; editora responsável Virginia Aoki. — 1. ed. — São Paulo : Moderna, 2006.

Obra em 4 v. para alunos de 5ª a 8ª séries.
"Componente curricular : Geografia"
Bibliografia.

1. Geografia (Ensino fundamental) I. Aoki, Virginia.

06-2066

CDD-372.891

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia : Ensino fundamental 372.891

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 6090-1500
Fax (0__11) 6090-1501
www.moderna.com.br
2008

Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2



Leia mais

O pantanal. Fernando Portela e João Lima S. Neto. São Paulo: Ática, 1999.

Nessa história de ficção, um grupo de artistas que irá filmar sobre um personagem que viveu no Pantanal durante a Guerra do Paraguai se hospeda em um hotel da região.

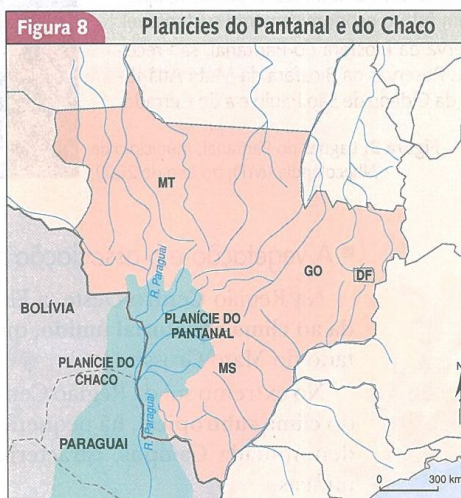
As discussões entre os membros da equipe e o anfitrião apresentam aspectos da realidade pantaneira e compõem as peças de um enredo que irá culminar num crime misterioso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

■ O Pantanal

O Complexo do Pantanal é marcado por áreas de contato ou de associação de diversas formações vegetais: Cerrado, Floresta Tropical, Campos (gramíneas) e plantas aquáticas.

Esse complexo caracteriza a área denominada **Planície do Pantanal**, que corresponde a uma vasta planície inundável, ocupando áreas do sudoeste do Mato Grosso, do oeste do Mato Grosso do Sul, além de terras da Bolívia e do Paraguai. Nesses países, ela recebe a denominação de Planície do Chaco (fig. 8).



Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. p. 62.

A Planície do Pantanal apresenta áreas freqüentemente sujeitas às inundações resultantes das cheias de inúmeros rios que a atravessam, entre eles o Rio Paraguai e seus afluentes. Isso é uma conseqüência da baixa declividade, que torna lenta a drenagem dos rios e causa a inundação da área no período das chuvas.

Contudo, na Planície do Pantanal, as águas se mantêm em constante movimento, diferenciando-se das de um pântano, que, por serem paradas e lodosas, permanecem estagnadas. Os pântanos geralmente aparecem junto aos rios e também são conhecidos como brejos.

O regime de cheias da Planície do Pantanal origina ambientes diferentes: áreas sempre alagadas, outras que alagam apenas no período das chuvas e áreas que nunca alagam.

Pelos recursos naturais diversificados, flora e fauna abundantes e de grande beleza, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no ano de 2000, reconheceu o Pantanal como **Reserva da Biosfera** (fig. 9).

O Parque Nacional do Pantanal também foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade.

• Declividade

Qualidade da superfície ou terreno que se inclina para baixo.

Reserva da Biosfera

As Reservas da Biosfera são áreas onde existem ecossistemas representativos de uma região, nas quais devem ocorrer, de forma combinada:

- conservação da biodiversidade;
- desenvolvimento econômico e culturalmente sustentável;
- apoio administrativo e organizacional à pesquisa científica e ao monitoramento ambiental.

As áreas reconhecidas como Reservas da Biosfera devem possibilitar às comunidades que nelas habitam o desenvolvimento de uma relação de equilíbrio com a natureza e, também, apresentar caminhos para um futuro economicamente sustentável. No Brasil, além da Reserva da Biosfera do Pantanal, são reconhecidas pela Unesco as Reservas da Biosfera da Mata Atlântica, a do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e a do Cerrado.

Figura 9. Lagoas do Pantanal, município de Nhecolândia (MT), no ano de 2000.

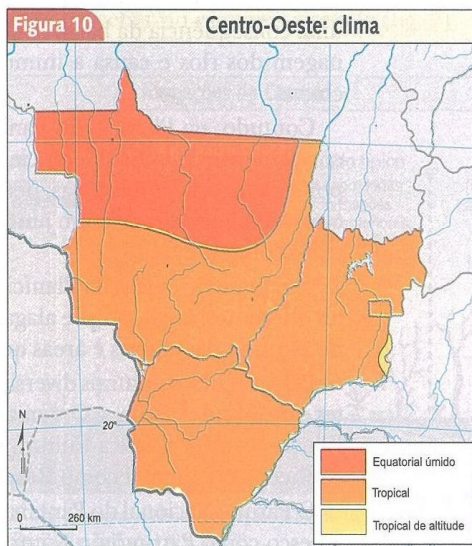


■ A vegetação e a associação com os climas

Na Região Centro-Oeste, a Floresta Amazônica está associada ao **clima equatorial úmido**, que domina grande parte do estado do Mato Grosso.

No extremo sul da Região Centro-Oeste, devido à ocorrência do **clima subtropical**, há pequenos trechos da formação vegetal denominada **Campos**, caracterizada principalmente por gramíneas.

Tanto o Cerrado quanto o Pantanal estão sob a influência do **clima tropical**, caracterizado por verão chuvoso e inverno seco (fig. 10).



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. São Paulo: Moderna, 2003. p. 6.

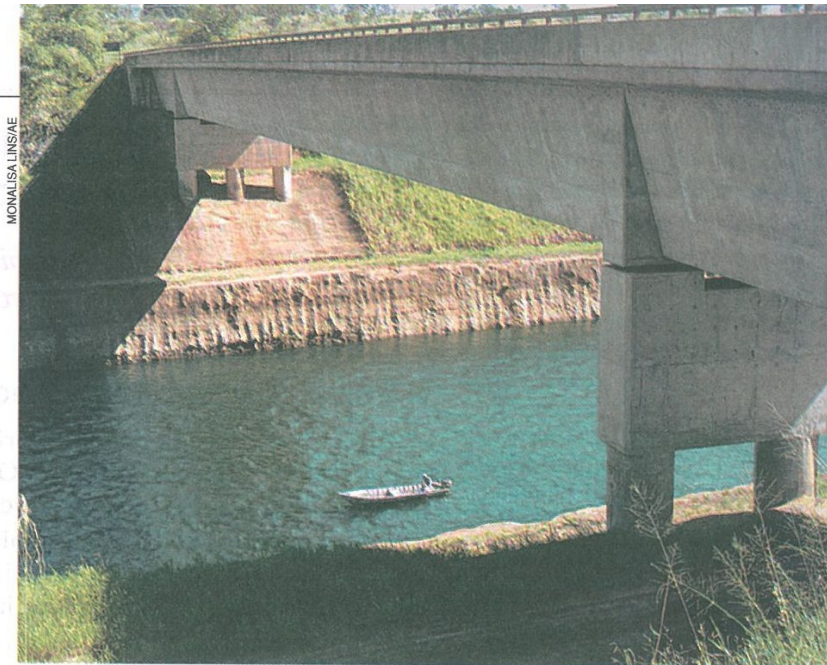


Figura 14. Canal de integração da Hidrovia Tietê-Paraná, em foto de 2001.



Leia mais

Cerrado brasileiro. José Maria V. Franco; Armênio Uzunian. São Paulo: Harbra, 2004.

De linguagem extremamente acessível, este livro apresenta as características do Cerrado, sua fauna, sua flora e sua importância econômica. Além de oferecer informações sobre o bioma, o objetivo dos autores é conscientizar o leitor da necessidade de preservar suas riquezas.

Comunidades tradicionais do Cerrado

“São inúmeras as populações humanas que dele [do Cerrado] sobrevivem e conhecem parte de sua inestimada variedade. Essas populações nem sequer encontram segurança fundiária. Apesar de inúmeras tentativas, a região não conta com nenhuma reserva extrativista ou outra unidade de conservação de uso sustentável relevante. Agroextrativistas, como, por exemplo, os que vivem no sul do Maranhão, os geraizeiros do norte de Minas, os trabalhadores rurais do oeste baiano, mesmo os Kalunga da Chapada dos Veadeiros, recebem pouca e efetiva proteção social. Meios de vida são diminuídos com a chegada de grandes projetos intensivos em capital, pouco geradores de emprego e dependentes de grandes áreas agricultáveis. Os assentamentos de reforma agrária existentes não são adaptados ao ambiente local, ampliando a degradação, o endividamento das famílias e o abandono.

O mesmo se aplica às comunidades indígenas da região, fortemente impactadas pelo processo de modernização que ocorreu no Brasil Central, desde o período colonial, com as entradas e bandeiras provenientes das províncias de São Paulo, Bahia e Pernambuco, que buscavam especialmente ouro e mão-de-obra escrava. Pouco divulgado, o processo de dizimação das etnias indígenas do Cerrado foi repleto de crueldades e aconteceu em curto espaço de tempo. O caso mais emblemático talvez seja o do estado de Goiás. Poucas são as comunidades sobrantes. Meia dúzia de Avá-Canoeiro, não mais que três centenas de Karajá. Favorecer a gestão ambiental e o acesso às suas terras e proteger seus meios de vida, portanto, são medidas necessárias para garantir a diversidade social e cultural na região.”

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Embrapa.
Disponível em: <www.cerradobrasil.cpac.embrapa.br>.
Acesso em: 20 nov. 2005.

Título original: *Geografia: a construção do mundo —
Geografia Geral e do Brasil*
© Demétrio Magnoli, Regina Araujo, 2005

 **Moderna**

Coordenação editorial: Maria Raquel Apolinário
Edição de texto: Tereza Romeiro, Wagner Nicaretta, Alicia Egydio Leva
Preparação de texto: Tereza Romeiro
Coordenação de design e projetos visuais: Sandra Botelho de Carvalho Homma
Projeto gráfico: Marta Cerqueira Leite
Capa: Marta Cerqueira Leite

Foto: Cultivo de arroz em terraços, Bali, Indonésia, 2000.
© Denis Waugh/Stone-Getty Images

Coordenação de produção gráfica: André Monteiro, Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de revisão: Estevam Vieira Léo Jr.
Revisão: José Alexandre Neto, Duna Dueto Editora Ltda
Edição de arte: Flavia Maria Susi
Assistência de produção: Elaine Cristina da Silva, Fabiola Rodrigues O. Silva
Cartografia: Alessandro Passos da Costa, Rodrigo Carraro Moutinho
Coordenação de pesquisa iconográfica: Ana Lucia Soares
Pesquisa iconográfica: Vera Lucia da Silva Barrionuevo
As imagens identificadas com a sigla CID foram fornecidas pelo Centro de Informação e Documentação da Editora Moderna.
Coordenação de tratamento de imagens: Américo Jesus
Tratamento de imagens: Fabio N. Precendo, Rubens M. Rodrigues
Saída de filmes: Helio P. de Souza Filho, Marcio Hideyuki Kamoto
Coordenação de produção industrial: Wilson Aparecido Troque
Impressão e acabamento: Prol Editora Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Magnoli, Demétrio, 1958 - .
Geografia : a construção do mundo : geografia
geral e do Brasil / Demétrio Magnoli, Regina Araujo ;
comunicação cartográfica Marcello Martinelli. — 1. ed.
— São Paulo : Moderna, 2005.

Bibliografia.

1. Geografia (Ensino médio) 2. Geografia
(Ensino médio) - Brasil I. Araujo, Regina.
II. Martinelli, Marcello. III. Título.

05-4172

CDD-918.1007

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Geografia : Ensino médio 918.1007

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_11) 6090-1500
Fax (0_11) 6090-1501
www.moderna.com.br
2008

Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

As faixas de transição

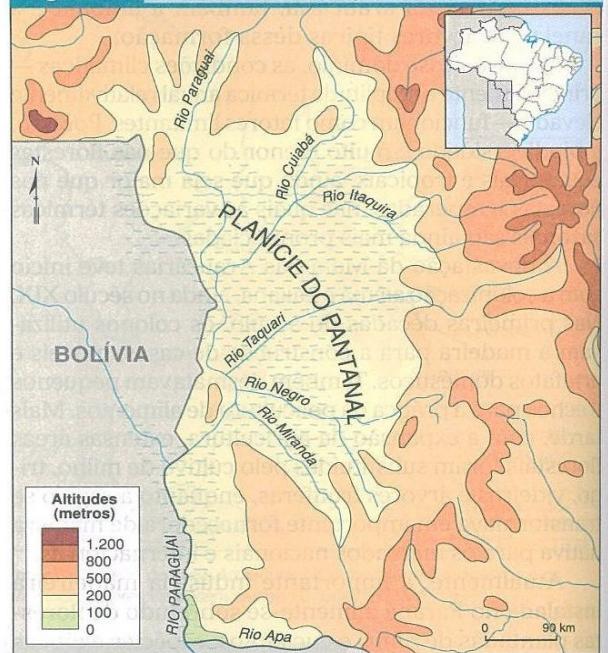
As faixas de transição funcionam como extensos corredores que se interpõe entre as áreas nucleares dos domínios morfoclimáticos. Em alguns casos, constituem unidades paisagísticas nas quais se mesclam características dos domínios vizinhos. Contudo, em outros casos, trata-se de áreas nas quais a instabilidade das condições ecológicas deu origem a uma interação entre os elementos naturais que nada têm a ver com as características dos domínios circundantes.

Entre as faixas de transição, algumas apresentam especial interesse, sob os pontos de vista ambiental e social: o Pantanal Mato-grossense, a Mata dos Cocais e os manguezais litorâneos.

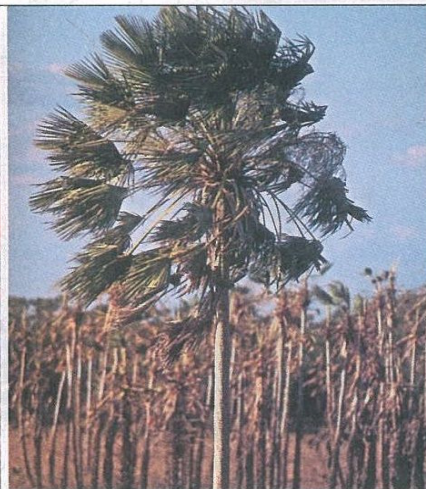
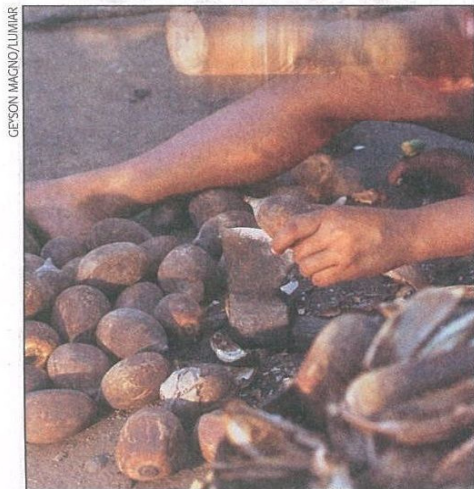
• O Pantanal Mato-grossense ocupa cerca de 110 mil quilômetros quadrados e corresponde à porção brasileira do Chaco sul-americano (fig. 15). A vegetação pantaneira é extremamente heterogênea, mesclando características de todos os domínios naturais brasileiros. Ao longo dos rios, enfileiram-se matas tropicais densas. Nas áreas ciclicamente alagadas predominam os campos. As áreas mais elevadas caracterizam-se por vegetação de cerrado. Durante a estação chuvosa, no verão, quando apenas 20% da planície não é atingida pelas enchentes, inúmeros córregos, lagoas, vazantes e rios se comunicam e se mesclam, carreando grande fluxo de nutrientes que alimenta a extraordinária densidade e diversidade da fauna da região. Na estação seca, durante o inverno, a água cede lugar aos campos e a alguns arbustos pantaneiros, que funcionam como excelentes pastagens naturais. Grandes propriedades de pecuária extensiva ocupam as terras baixas alagadiças. O gado doméstico divide espaço com a fauna silvestre: quando o rebanho não é bem tratado, transmite doenças aos animais nativos. A caça ilegal, a pesca indiscrimi-

nada e a mineração nas proximidades de Corumbá (MS) também são responsáveis por impactos ambientais negativos na região. Contudo, uma das maiores ameaças ao ecossistema origina-se fora dele: o desmatamento das margens de importantes rios que atravessam o Pantanal está associado à expansão da agricultura comercial no cerrado, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No rio Taquari, por exemplo, a retirada da cobertura vegetal se associa ao crescente assoreamento do leito fluvial, ampliando a área de inundação do rio e ameaçando a fauna silvestre.

Figura 15 O Pantanal Mato-grossense



Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 44.



Quebra do fruto do babaçu, no Maranhão, e árvore de carnaúba, no Ceará. As palmeiras dominam as paisagens naturais que separam a Amazônia do Sertão.